

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO, LETRAS E SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM SOCIEDADE,
CULTURA E FRONTEIRAS – NÍVEL MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, CULTURA E FRONTEIRAS

SAMUEL CABANHA

MEMÓRIAS QUE NARRAM A CIDADE: A TRAJETÓRIA DE DOIS IMIGRANTES
PORTUGUESES EM FOZ DO IGUAÇU

FOZ DO IGUAÇU – PR
2017

SAMUEL CABANHA

**MEMÓRIAS QUE NARRAM A CIDADE: A TRAJETÓRIA DE DOIS IMIGRANTES
PORTUGUESES EM FOZ DO IGUAÇU**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - para obtenção do título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras, junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – nível de mestrado - área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras.
Linha de Pesquisa: Território, História e Memória.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Klauck

Foz do Iguaçu – PR
2017

Catálogo na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UNIOESTE

C112 Cabanha, Samuel

Memórias que narram a cidade: a trajetória de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu / Samuel Cabanha. - Foz do Iguaçu, 2017.
112 f. : il.: tabs.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Klauck

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

1. Foz do Iguaçu (PR) - História. 2. Portugueses – Foz do Iguaçu (PR) – Identidade. 3. Migração – Foz do Iguaçu (PR) – Depoimentos. I. Título.

CDU 981.62(Foz do Iguaçu)
325.14(81=690)

SAMUEL CABANHA

**MEMÓRIAS QUE NARRAM A CIDADE: A TRAJETÓRIA DE DOIS IMIGRANTES
PORTUGUESES EM FOZ DO IGUAÇU**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteiras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Sociedade, Cultura e Fronteiras – Nível de Mestrado, área de concentração: Sociedade, Cultura e Fronteiras, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *Campus* Foz do Iguaçu.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Samuel Klauck
Orientador

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Foz do Iguaçu - UNIOESTE
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Valdir Gregory

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Marechal Candido Rondon
UNIOESTE
Membro Efetivo (da instituição)

Prof. Dr. Paulo Renato da Silva

Universidade Federal de Integração Latino-Americana – UNILA
Membro Efetivo (convidado)

Foz do Iguaçu – PR, 21 de março de 2017.

Dedico este trabalho aos depoentes, sem os quais seria impossível a realização desta pesquisa e, sobretudo, porque **João e Manuel** ousaram em compartilhar um pouco de suas histórias de vida.

AGRADECIMENTOS

Difícil agradecer, mas necessário! E fá-lo-ei com essas simples palavras a fim de retribuir todo auxílio e apoio que tenho recebido das mais diversas “instâncias”, sem o qual seria impossível concluir essa pesquisa.

À UNIOESTE

Em primeiro lugar, porque é pública. Em segundo lugar, por ser um pináculo em excelência acadêmica e por ter propiciado grande parte de minha formação acadêmica até então.

AOS PROFESSORES

Ao Prof. Dr. Samuel Klauck pela aceitação da orientação do trabalho de pesquisa. Pela sua dedicação, paciência, ensinamentos e comprometimento com tudo que realiza.

Aos professores do programa Dr. José Carlos dos Santos e Dr. Valdir Gregory pelas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores do programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras, colaboradores importantíssimos nesta caminhada, colegas e funcionários com quem cruzei desde o início do mestrado, cada qual constituindo alguma parte do quebra-cabeça.

À SECRETÁRIA DO MESTRADO

Vânia Maria da Costa Valle sempre pronta para me atender, pela sua responsabilidade, dedicação e comprometimento com a UNIOESTE.

AS FONTES ORAIS

Por causa deles é que esta dissertação se concretizou. Aos poucos nos tornamos amigos, como aqueles que compartilham histórias, angústias, alegrias [...].

Agradeço imensamente ao senhor João da Silva Lavado e ao senhor Manuel Alves Pereira Martins, que mesmo com idade avançada se dispuseram por horas e horas para

falar sobre suas memórias, compartilhando aspectos de sua vida, de seu passado, de seu presente e de seu futuro.

AOS DEMAIS

Aos meus familiares, pelos quais tenho muito carinho. Aos mais próximos, pela paciência e incentivo.

A minha querida esposa, por sua ajuda nos momentos mais críticos, por acreditar em mim. Por contribuir imensamente para o meu crescimento profissional e por ser também um exemplo a ser seguido. Sua participação foi fundamental para a realização deste trabalho.

Aos amigos que fizeram parte desses momentos, sempre me ajudando e incentivando.

Aos meus colegas de trabalho, que participaram, indiretamente, deste trabalho e me ajudaram em alguns momentos.

“As lutas pela memória, eis algo de que todos temos conhecimento de causa. Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

CABANHA, Samuel. **Memórias que narram a cidade: a trajetória de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu**. 2017. 112 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Cultura e Fronteiras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu.

RESUMO

Este estudo aborda alguns elementos da imigração portuguesa em Foz do Iguaçu no período de 1957 a 2016. Explora as memórias e as trajetórias de vivências de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu, de modo a evidenciar como as memórias afloradas nas entrevistas narram à cidade e o seu grupo de pertencimento. A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, seguindo os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, sendo que o levantamento dos dados se consistiu na pesquisa documental clássica, e em parte, no uso de fontes orais através de entrevistas e de fontes impressas (fotografias, matérias de jornais, *sites* e de um processo judicial). De forma sucinta, o arcabouço teórico gira em torno de discussões que envolvem os conceitos ligados à imigração, à memória e à identidade, evidenciando como as memórias portuguesas afloradas nas entrevistas e nos afazeres do grupo atuam como marcadores identitários. Como resultado, o estudo *(re)constrói* alguns detalhes das trajetórias, do cotidiano, da vida material dos depoentes e do grupo de imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu. Dessa forma, demonstra como a identificação do grupo se articulou de modo que edificaram para si um lugar de memória, “a Casa de Portugal”, e deixa algumas migalhas que contam um pouco do vai e vem da comunidade portuguesa no município. Nesse sentido, a pesquisa sobre a comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu impacta os estudos sobre multiculturalidade na região, além de servir de pano de fundo e abertura para estudos futuros.

PALAVRAS-CHAVES: Memórias, Portugueses, Foz do Iguaçu, Representação.

CABANHA, Samuel. **Memories that tell the city: the trajectory of two Portuguese immigrants in Foz do Iguçu.** 2017. 112 f. Dissertation (Master's degree in Society, Culture and Borders) – State University of West Paraná, Foz do Iguçu.

ABSTRACT

This study deals with some elements of Portuguese immigration in Foz do Iguçu from 1957 to 2016. It explores the memories and travels of experiences of two Portuguese immigrants in Foz do Iguçu, in order to show how the memories surfaced in the interview narrated to the city and To your sample group. The methodology adopted was the qualitative research, following theoretical-methodological assumptions of the Oral History, and the data collection consisted of classic documentary research, and partial use of oral sources through interviews and printed sources (photographs, Newspaper articles, websites and a court case). Briefly, the theory framework revolves around discussions that involve concepts related to immigration, memory, and identity, showing how Portuguese memories that surfaced in the interviews and in the group's activities act as identity markers. As a result, the study reconstructs some details of the travel, the daily life, the material life of the deponents and the group of Portuguese immigrants in Foz do Iguçu. In this way, it demonstrates how the identity of the group was influential so that they built for themselves a place of memory "The House of Portugal", and leaves some crumbs that tell a little of the comings and goings of the Portuguese community in the municipality of Foz do Iguçu. In this sense, research on the Portuguese community in Foz do Iguçu impacts the studies on multiculturalism in the region, and serves as a fundation and opening for future studies.

KEYWORDS: Memories, Portuguese, Foz do Iguçu, Representation.

LISTA DE FIGURAS¹

Figura 1: Foto da Carteira de Trabalho de Manuel Alves Pereira Martins.	54
Figura 2: Foto da Carteira de Trabalho do Menor (Registro do desembarque no Brasil: 22 de julho de 1954).	54
Figura 3: Foto da Carteira de Trabalho de Manuel Alves Pereira Martins (Registro como Ajudante de Carpinteiro):	56
Figura 4: Foto da Carteira de Trabalho de Manuel Alves Pereira Martins (Registro como empregado da SOTEGE):	57
Figura 5 - Montagem da estrutura do arco da Ponte da Amizade para recebimento do concreto..	59
Figura 6 e 6.1: Detalhes da montagem da estrutura do arco da Ponte da Amizade para recebimento do concreto.....	60
Figura 7: Início da Construção da Ponte da Amizade (Em destaque a margem do lado paraguaio).	61
Figura 8 e 8.1 – Selo e Postal paraguaio em alusão à construção da ponte da amizade.....	62
Figura 9 e 9.1 – Medalha para marcar a inauguração da ponte.....	63
Figura 10: Foto do culto a Nossa Senhora de Fátima, realizado próximo ao canteiro de obras da Ponte da Amizade:	65
Figura 11: Foto que registra o passeio que a SOTEGE proporcionou a Manuel e sua família e a alguns operários - Visita ao Hotel das Cataratas e às quedas d'água:	67
Figura 12: Foto do churrasco feito por alguns portugueses (encarregados e esposas), tendo ao centro de chapéu o Engenheiro José Rodrigues Leite de Almeida.....	68
Figura 13 - Jornal Oeste em Revista – Traz a matéria enfatizando a vinda de 250 trabalhadores trazidos pela empresa SOTEGE.....	72
Figura 14: Foto em família. Manuel com filhos e esposa em visita à Ponte da Amizade depois de concluída a obra.....	75
Figura 15 – A Ponte da Amizade como ponto turístico. Matéria extraída do Jornal Gazeta do Iguaçu, edição extraordinária em comemoração aos 100 anos do município de Foz do Iguaçu (2014).....	75

¹ As fotos sem identificação de fonte foram fotografadas pelo autor.

Figura 16 - Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional do senhor João da Silva Lavado. Documento cedido para cópia.	76
Figura 17 – Foto, de 1958, de Manoela Lavado, quando estava em construção a Ponte Internacional da Amizade, por uma construtora portuguesa. João da Silva Lavado é o segundo da esquerda para a direita.	79
Figura 18 – Foto da fachada da Associação Cultural Luso-Brasileira de Foz do Iguaçu....	82
Figura 19 – Trecho extraído da Ata de fundação da Associação Cultural Luso-Brasileira de Foz do Iguaçu – com a primeira composição dos membros da Diretoria.	83
Figura 20 – Foto da fachada da “Casa de Portugal em Foz do Iguaçu (destaque dado pelo autor)”.....	83
Figura 21 e 21.1 – Fotografias de membros da comunidade Portuguesa no dia de Portugal (10 de junho de 1994) e no desfile cívico militar em comemoração ao aniversário do município de Foz do Iguaçu (10 de junho de 1994).	87
Figura 22 – Os fundadores.....	90
Figura 23 – Lançamento da primeira pedra fundamental.....	91
Figura 24 – Lançamento da primeira pedra fundamental.....	91
Figura 25, 25.1, 25.2 e 25.3 – Intercâmbio cultural.	93
Figura 26 – Vinda da turma de medicina da Faculdade do Porto - Intercâmbio cultural....	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Total de Entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Por Sexo (1908-1936)	32
Tabela 2: População de Foz do Iguaçu: 1950/1970.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS

CAVO - Companhia Auxiliar de Viação e Obras.....	55
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.....	19
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional.....	59
DNER – Departamento Nacional de Estradas e Rodagem.....	55
FENARTEC - Feira das Nações, Artesanato, Turismo e Cultura.....	84
SINICON - Sindicato Nacional da Construção Pesada.....	55
SOTEGE – Sociedade de Terraplenagem e Grandes Estruturas Ltda.....	55
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	26

SUMÁRIO

	Pág.
Resumo.....	08
Abstract.....	09
Lista de Figuras.....	10
Lista de Tabelas.....	12
Lista de Abreviaturas.....	13
INTRODUÇÃO	16
A pesquisa: abordagem teórico-metodológica.....	19
Organização do Trabalho Dissertativo	26
CAPÍTULO I	29
1. A imigração Portuguesa no Brasil: séculos XIX e XX.....	29
1.1. Os portugueses no Paraná.....	34
CAPÍTULO II.....	38
2. A memória como objeto de pesquisa	38
2.1. Memórias e Identidades.....	39
2.2. Memória coletiva.....	43
CAPÍTULO III	46
3. Identidade Portuguesa e as narrativas: a escrita da memória	46
3.1. Manuel Alves Pereira Martins e o monumento: significados da obra para as mãos que trabalharam	51
3.2. O monumento: lazer, culto à Fátima e a missa em torno do canteiro de obras	64
3.3. As narrativas e a Ponte da Amizade como monumento.....	69
3.4. Visita à Ponte da Amizade	73
3.5. João da Silva Lavado: Os veios da madeira, o trabalho manual, o comércio e o associativismo a caminho da Casa de Portugal	76

3.6. As Casas de Portugal e a Casa de Portugal em Foz do Iguaçu: memórias e os caminhos para a edificação	80
3.7. A pedra fundamental, a construção e o pretense intercâmbio com a comunidade para um lugar de memória.....	90
3.8. A judicialização da memória.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
REFERÊNCIAS	102
ANEXO I.....	109

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa iniciou-se na tentativa de buscar alguns elementos da imigração portuguesa em Foz do Iguaçu entre 1957 e 2016. Fundamentou-se na exploração de relatos de memórias contidos nas narrativas de dois interlocutores, sob dois aspectos; 1) as narrativas como fruto da memória individual e coletiva que perpassam as vivências dos depoentes; e, 2) as memórias e as representações que narram a cidade e seu grupo de pertencimento. Balizado nesses dois aspectos, buscou-se *(re)construir* alguns detalhes das vivências, do cotidiano e da vida material dos narradores, de modo a falar um pouco do grupo de imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu e, por fim, destacar como esse grupo edificou para si um lugar de memória, qual seja, Associação Cultural Luso-Brasileira em Foz do Iguaçu, atualmente denominada como Casa de Portugal². Esta última como resultado da necessidade dos imigrantes portugueses em possuir um lugar de referência como núcleo de sociabilidade, de pertencimento, de identificação, de preservação de memórias.

A pesquisa aborda a trajetória de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu. Desses relatos orais, o objetivo foi descrever fatos que narram a cidade através de suas memórias, tendo como propósito final, enfatizar e perceber a presença portuguesa no município.

É necessário deixar claro que dos relatos orais e das vivências dos depoentes, extraímos dois fatos que vamos explorar mais a fundo: a construção da Ponte da Amizade e a edificação da Casa de Portugal. Cabe dizer que as informações relativas à Casa de Portugal foram encontradas no processo judicial e nas entrevistas, pois visitei a casa poucas vezes devido a mesma estar fechada, e em nenhuma das vezes que a visitei pude entrar, apenas contemplei a estrutura pelo lado de fora. Durante todo o tempo de elaboração da presente dissertação não pude ter acesso ou, até mesmo, adentrar na Casa, pois a mesma figura como objeto de disputa judicial com pedido de reintegração de posse, cuja disputa gira em torno de uma pequena faixa de terra. Até a data de conclusão da escrita da dissertação o processo ainda tramitava na Justiça Estadual³, tendo iniciado no

² A Casa de Portugal tem por endereço a Avenida Portugal nº 726, Bairro Polo Centro.

³ Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, onde figura como polo ativo a imobiliária Foz Nações e como polo passivo a Associação

ano de 2007. Ainda assim, esse trabalho relatará alguns aspectos da construção da Casa de Portugal, de sua missão e das memórias de seu entorno, fatos que puderam ser colhidos e analisados através dos relatos orais dos depoentes, dos documentos e imagens e do acesso ao processo judicial, que também foi peça imprescindível para elaboração da dissertação.

É necessário frisar que a ideia para realização desta pesquisa teve início quando passei pela avenida onde está construída a Casa de Portugal, despertando meu interesse. Na tentativa de compreender seu “fundamento”, fui até a instituição, e a primeira vez que tive a oportunidade de visitar a casa, não sabia bem ao certo o que ia encontrar e com certo receio, típico de um pesquisador neófito, busquei primeiramente, como um expectador, permanecer curioso questionando: “que lugar é esse?”. Para aguçar o imaginário do leitor, que apenas terá a casa apresentada através de algumas narrativas e imagens, é pertinente ressaltar que ao passar pelo lugar, o transeunte perceberá que a paisagem é afetada pela arquitetura da casa, a qual relembra e remete ao perfil de uma edificação de uma cidade medieval portuguesa, representando a imagem de um antigo castelo. Ao recriar a imagem de um castelo para a sede da associação, a comunidade portuguesa procura torná-la um monumento, pois como afirma Le Goff (2013, p. 486) “o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação”. Sendo assim, durante o decorrer do texto dissertativo a intenção é explorar essa dimensão simbólica da Casa de Portugal.

A fachada, insígnias e arquitetura da casa proporcionam curiosidade e certo ar de mistério. Na imponente fachada da casa se destaca uma bandeira e um brasão com a inscrição “Casa de Portugal”, que, de início, me deixou inquieto e com uma incógnita. Essa curiosidade foi um ponto importante que despertou e, posteriormente, direcionou meu interesse pela temática.

A partir de então, iniciou-se a pesquisa tendo como base os indícios da presença física de imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu, da Casa de Portugal e do contato com os depoentes.

Cabe dizer que idealizei todo um traçado metodológico para minha pesquisa, mas como ocorre em quase toda pesquisa de campo, apareceram alguns percalços e dificuldades. O que seria o objeto inicial da pesquisa sofreu uma reviravolta, pois quando adentrei ao Programa de Pós-Graduação da UNIOESTE a intenção era trabalhar junto à Casa de Portugal e seus associados a questão de como as manifestações festivas e culturais

poderiam atuar como processo de preservação de costumes e de “identidade”, mas o trabalho sofreu mudanças e foi organizado em torno da exploração de memórias portuguesas em Foz do Iguaçu.

A questão do processo judicial, que envolve a Casa de Portugal, só foi descoberta no transcurso da pesquisa, sendo que a primeira informação que tive a respeito da instituição foi que, desde a morte de seu antigo presidente, o senhor Manuel Maria Lameiras, a casa havia entrado em processo de inventário e, dessa forma, a instituição não estava realizando qualquer tipo de atividade e nem tampouco era possível visitar a casa. Posteriormente, essa informação, que me foi repassada, se mostrou inverídica, e devido a isso, me trouxe alguns inconvenientes, erros de percurso e perda de tempo para a elaboração da pesquisa. Passado esse entrevero, a pesquisa começou a fluir a partir do momento em que fui direcionado por um representante do Consulado de Portugal em Foz do Iguaçu a uma pessoa que foi meu primeiro contato, o senhor João da Silva Lavado, cidadão de nacionalidade portuguesa, residente no Brasil, desde o ano de 1952, e radicado em Foz do Iguaçu, desde o ano de 1959.

Através das conversas com o senhor João e da aproximação com o mesmo, ele se sentiu confiante para indicar outro depoente, o senhor Manuel Alves Pereira Martins, cidadão português, radicado no município de Foz do Iguaçu, desde o ano de 1957. Nesse sentido, foi mais fácil trabalhar as entrevistas, pois se acredita que quando há a indicação para formação de uma teia de narradores, os entrevistados⁴ se sentem mais seguros para falar. A partir daí, entendi que seria crucial trabalhar com a história de vida desses dois depoentes e suas memórias.

Um fator de peso, que forçou minha decisão em trabalhar com memórias, foi o fato de constatar a dificuldade em termos documentais, da quase inexistência de documentos e de escassa bibliografia sobre a imigração portuguesa em Foz do Iguaçu. Fui levado a optar por um trabalho dissertativo alicerçado nos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral (HO). Além do recurso da HO, a linguagem adotada na redação do texto dissertativo se desvencilha de qualquer propósito ou aproximação a uma sofisticação acadêmica, perseguindo uma redação clara e objetiva, tendo como propósito essencial, o de não tornar a pesquisa uma narração enfadonha de fatos, datas, nomes.

⁴ Projeto de Pesquisa submetido para análise através do Sistema Nacional de Informações Sobre Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos – SISNEP, e aprovado pelo Parecer Consubstanciado do CEP (UNIOESTE) através do nº 1.741.605.

Para melhor situar o leitor e o próprio exercício metodológico, a pesquisa abarcou o tempo histórico de 1957 a 2016.

As entrevistas foram realizadas conforme roteiro de perguntas descritas no apêndice deste trabalho, seguindo a forma semiestruturada, porém sem se ater a um padrão muito rígido, sendo que aos narradores foi dada a liberdade de falarem quando já se tinha alcançado alguns objetivos durante a entrevista, pois dessa forma, pude colher alguns elementos peculiares de suas vidas. A esse respeito, cabe dizer que isso teve um propósito, pois, na medida em que contam aspectos singulares de suas vidas, ao mesmo tempo, acabam falando do coletivo. Dessa forma, verificou-se que as entrevistas se apresentaram como ricas fontes para a interpretação e compreensão das representações e memórias portuguesas em Foz do Iguaçu, de modo que através das mesmas, pude desvelar alguns fatos marcantes desse grupo de imigrantes no município.

Através das narrativas dos depoentes (*re)faço* alguns elementos da trajetória dos imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu, coletando memórias que narram a cidade. Trazendo à tona as andanças desse grupo, a saber, o vai e vem dessa comunidade, pude inferir que existiu um processo de coesão identitária, primeiramente, a partir dos encontros dessa comunidade, e posteriormente, nos seus afazeres e sobretudo quando convergiram na ideia de edificar a Casa de Portugal como um lugar de memória, o que será objeto de discussão mais à frente. Dessa forma, as narrativas orais que surgiram durante o trabalho foram compreendidas enquanto atos de narrar, de (*re)interpretar* o tempo passado e o tempo presente.

A pesquisa: abordagem teórico-metodológica

Como é comum em relatos de História Oral⁵ (HO), e tendo em vista que as memórias, as narrativas e os contos servem para organizar e transferir experiências, realizei diversos encontros com os depoentes, a fim de “compor, (*re)significar* e

⁵ “No que tange à História Oral, embora sua introdução no Brasil date dos anos 70, somente no início dos anos 90 a história oral experimentou aqui uma expansão mais significativa. A multiplicação de seminários e a incorporação pelos programas de pós-graduação em história de cursos voltados para a discussão da história oral são indicativos importantes da vitalidade e dinamismo da área. Por outro lado, o estabelecimento e o aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de reconhecido mérito internacional, propiciados pelos encontros e seminários, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências. A criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, e a publicação de seu *Boletim* têm estimulado a discussão entre pesquisadores e praticantes da história oral em todo o país” (AMADO; FERREIRRA, 2004, p. IX).

compreender” as memórias portuguesas. A partir desses relatos orais e das fotografias acostadas ao texto dissertativo, busquei dar visibilidade e enfatizar a presença da comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu.

Para isso, este trabalho segue o entendimento de Alberti (2000), que diz que a História Oral é uma “metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita” (ALBERTI, 2000, p. 1). Esse texto dissertativo tem a pretensão de contribuir nessa constituição de fontes para explicar um pouco da história do município de Foz do Iguaçu, em dado período de tempo. A respeito da HO, é importante salientar o que aponta Bauer (2007), cuja autora destaca “a importância do sujeito e da subjetividade na História, tanto na forma como as pessoas lidam com ela e como a interpretam, pois a fonte oral apresenta o indivíduo em certo contexto”, dentro de uma sociedade, através das suas memórias, vivências, narrativas e da matéria textual produzida em conjunto com o pesquisador (BAUER, 2007, p. 154).

Concordando com essa assertiva, pode-se dizer que a história oral serve para dar visibilidade ao homem comum, como sujeito histórico, e nesse sentido, é interessante destacar a reflexão de Thompson, que descreve,

[...] a História Oral busca dar voz aos excluídos, torna-se militante [...]
[...] a História Oral “traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade”, ao transformar em sujeitos o objeto de pesquisa e ao admitir vozes anônimas para a construção histórica, definindo, assim, o sentido social da História (THOMPSON, 1992, p. 44).

Entretanto, é preciso destacar que o termo fonte oral exige cuidados, uma vez que pode referir-se a quaisquer tipos de depoimentos, tendo objetivos os mais variados e procedimentos diversos. Assim sendo, quando se optou em trabalhar com HO, subentendeu-se que não é nada aleatório, mas que tal metodologia pressupõe a organização em torno de um projeto de pesquisa que utiliza fontes orais para construção do trabalho dissertativo.

Dessa forma, a história oral constitui-se, nos dias de hoje, em um importante campo de investigação histórica, além de ser uma metodologia que permite a constituição de fontes históricas e documentais por meio do registro de testemunhos, depoimentos e narrativas. Nessa perspectiva, minha escolha como método de pesquisa foi a história oral

de vida, pois segundo Meihy (2005, p. 147), esse gênero é centrado no eu e na trajetória de vida, na qual o sujeito conta a própria história, e assim sendo, tem mais liberdade de narrar, pois a linha narrativa é muito mais “solta” e fora de uma estrutura.

Outro fator a ser destacado é que no trato com os depoentes, na aquisição e “tratamento” das informações, buscou-se manter os relatos mais originais possíveis, na tentativa de atingir a comunidade de leitores e assim poder corroborar pesquisas de demais pesquisadores que porventura venham a se interessar pelo assunto e ou como podem vir a fazer “uso” dessa informação posteriormente.

Como é comum em trabalhos de campo e, principalmente, quando as narrativas e memórias são usadas como elementos principais da pesquisa, atentei para a singularidade e a percepção de fatos cotidianos e, dessa forma, busco promover a historiografia por meio da trajetória de vivências dos depoentes, dos registros das memórias e de algumas narrativas apontadas neste texto. Assim sendo, o contato com as fontes orais me permitiu observar a riqueza de informações que poderiam ajudar na compreensão da temática. Através dos relatos orais foi possível entender melhor a concepção de Janaína Amado (1997), que aponta que

“Inerente às entrevistas, existe, entretanto, uma dimensão simbólica, que os historiadores têm a obrigação de conhecer e estudar, pois faz parte da história. Mediadas pela memória, muitas entrevistas transmitem e reelaboram vivências individuais e coletivas dos informantes com práticas sociais de outras épocas e grupos. A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm. Negligenciar essa dimensão é revelar-se ingênuo ou positivista. Ignorá-la, como querem as concepções tradicionais da história, relegando a plano secundário as relações entre memória e vivência, entre tempos, entre indivíduos e grupos sociais e entre culturas, é o mesmo que reduzir a história a uma sucessão de eventos dispostos no tempo, seccionando-a em unidades estanques e externas; é o mesmo que imobilizar o passado nas cadeias do concreto, do “real”, em que, supostamente, residiria sua “verdadeira natureza”, que caberia aos historiadores “resgatar” para a posteridade” (AMADO, 1995, p. 135).

Outro fator importante a ser destacado é que, em grande parte, o alicerce desta pesquisa está baseado na dimensão simbólica das memórias e narrativas dos interlocutores. Sendo assim, pode se dizer que o presente texto reflete uma visão circunscrita, cabendo a outro autor, se achar necessário, desconstruir e ou reconstruir essa trama. Assim sendo, essa pesquisa “representa” a reflexão sobre alguns conceitos e não pretende exaurir qualquer análise possível, mas sinalizar a importância da utilização da história oral na

produção do conhecimento, sendo também uma tentativa metodológica de prática interdisciplinar.

Sobre a tese interdisciplinar desta pesquisa, a psicologia se entrelaça e se integra muito bem com a História. Esse entrelaçamento é evidente uma vez que passado, presente e futuro são elementos que existem no horizonte da práxis e da vivência psicológica, do *dasein*, do ser no mundo, no qual o sujeito impregnado no seu tempo (presente) é invadido por nuances do passado e do futuro, por intermédio de determinados contextos, do cotidiano, da subjetividade, da literatura, da moral, da linguagem, das ciências, entre outras.

A partir da prática interdisciplinar, é possível amplificar e qualificar o olhar sobre o fenômeno. Nesse sentido, cabe destacar que a prática interdisciplinar passou a ter evidência a partir da perspectiva de uma redefinição historiográfica inaugurada pelo movimento da Escola de *Annalles*, como aponta Burke,

[...] “A base filosófica da nova história é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída. O compartilhar dessa ideia, ou sua suposição, por muitos historiadores sociais e antropólogos sociais ajuda a explicar a recente convergência entre essas duas disciplinas [...]. Este relativismo também destrói a tradicional distinção entre o que é central e o que é periférico na história (BURKE, 2011, p. 12).

A partir dessa maximização houve uma ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa, ficando latente outra(s) face(s) do(s) fenômeno(s), a saber, a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica.

Embora a memória enquanto categoria de pesquisa pareça ser uma experiência (fenômeno) individual, uma intimidade da pessoa, para Pollak (1992), a memória [...] “deve ser entendida também como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, e mudanças constantes” (POLLAK, 1992, p. 201). Desta maneira, no presente trabalho a memória foi compreendida como um elemento norteador das construções sociais, sejam elas históricas ou *(re)conhecidas* na história oral, donde a pesquisa teve os seguintes objetivos:

- a) Explorar a trajetória de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu, a fim de identificar se as memórias afloradas nas entrevistas narram a cidade e o seu grupo de pertencimento;

- b) Encontrar alguns elementos de coesão identitária no grupo de imigrantes portugueses, a fim de evidenciar a ideia de congregação de vontades do grupo;
- c) Apontar como essa identificação do grupo se articulou de modo que edificaram para si um lugar de memória;
- d) Contribuir para preencher lacunas sobre estudos sobre a comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu;

Sendo assim, organizei as questões teóricas, que serviram de suporte para o desenvolvimento da pesquisa, primeiramente, as ligadas ao plano metodológico, no qual foram feitas algumas considerações sobre a História Oral; em segundo lugar, foram trabalhados os conceitos teóricos, principalmente os ligados à imigração, à memória e à identidade; sendo esse item seguido pelos relatos de memórias do(s) entrevistado(s) e pela interpretação das fontes. Além da descrição das informações obtidas a partir dos relatos orais, com a construção do texto dissertativo verificou-se que as narrações foram válidas no sentido de contribuírem para contextualização “temporal” do conteúdo narrado pelos sujeitos. Dessa forma, pude inferir que a abordagem qualitativa é uma metodologia criativa, abrangente e que forneceu instrumentos interpretativos para melhor compreensão das fontes orais, pois neste tipo de metodologia de pesquisa, o pesquisador atua para além do ato de observar, ou seja, é também um ato de comunicar a análise das observações e das informações obtidas não apenas como produto final, mas como um processo em andamento, que a cada novo tempo, desafia a uma nova ressignificação/construção.

Utilizando a abordagem qualitativa viabilizei o *(re)conhecimento* do objeto, atuando apenas como um interlocutor entre objeto e o conhecimento, deixando o objeto falar por si mesmo. Ainda no que se refere aos resultados da pesquisa qualitativa, Bauer, Gaskell e Allum (2002, p. 24) afirmam que,

[...] “são significativos e conseguiram desmistificar a sofisticação estatística como o único caminho para conseguir resultados confiáveis. O prestígio ligado aos dados numéricos possui tal poder de persuasão que, em alguns contextos, a má qualidade dos dados é mascarada e compensada por uma sofisticação numérica” (BAUER, GASKELL & ALLUM, 2002, p. 24).

Segundo Demo (1998), a pesquisa qualitativa confronta o paradigma positivista⁶, porém, “sem destruir o legado formal da ciência” (DEMO, 1998, p. 89). Como pôde ser observado, diversos são os conceitos e definições acerca do que é abordagem qualitativa, mas que, em sua essência, não diferem muito entre si, a qual pode ser caracterizada como “um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade” (OLIVEIRA, 2010, p. 60). Por opção, essa pesquisa se embasou e se debruçou também em análises de fotografias como fontes de informação, pois estas memórias fotográficas contêm fragmentos da história do município. Assim sendo, pode se dizer que a fotografia é carregada de elevado valor emocional, sendo que é praticada com o intuito de criação e preservação de recordações, de momentos felizes e, particularmente, importantes dos percursos de vida dos sujeitos, dos familiares, dos grupos e de suas redes de sociabilidades. A respeito da “ilustração” em trabalhos, Freisleben (2015) aponta que,

“A História é registrada a partir de documentos e da arte em pinturas, filmes, vídeo e produção fotográfica. As imagens ajudam a construir relações entre a aparência e a realidade, entre o singular e o comum e entre o visível e a significação. A fotografia, apesar de surgir historicamente no meio dos fatos como registro, mantém um foco privilegiado com a imaginação e com as ideias. Portanto, é constitutivamente histórica e se configura como um elemento privilegiado para o artista, o historiador, o professor e o pesquisador” (FREISLEBEN, 2015, p. 930).

Dessa forma, a opção por trabalhar com muitas fotografias foi intencional, sobretudo porque são escassas as obras sobre imigrantes portugueses no município de Foz do Iguaçu. Para embasar essa assertiva, ancorei-me no que aponta Halbwachs (2003), que afirma que “é impossível conceber o problema da memória, enquanto recordação e localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória” (HALBWACHS, 2003, p. 7-8).

Tendo o panorama e norte do “porquê e do como” se daria a pesquisa, a primeira etapa do estudo foi de consultas literárias em livros, fotografias, periódicos, artigos científicos, sítios eletrônicos e reportagens sobre o tema em tela, pois como pontua

⁶ (...) “Na tradição positivista, pesquisa qualitativa não fazia muito sentido, pela própria exclusão da dialética como método importante da reconstrução do conhecimento; tomando as ciências exatas e naturais como modelo paradigmático, as ciências sociais teriam como desafio intrínseco absorver as mesmas regras; o próprio marxismo ortodoxo não escapou disso, quando exagerou na dose do materialismo histórico e dialético, selecionando, na realidade, de preferência a manifestação material” (DEMO, 1998, p. 89).

Oliveira (2010, p. 69) “as fontes a serem pesquisadas já são reconhecidamente do domínio científico”. Na segunda etapa da pesquisa, houve o *rapport*⁷ entre pesquisador e depoente(s). Posteriormente, iniciou-se a realização das entrevistas, as quais sempre ocorreram por meio de contatos prévios, em local escolhido pelos entrevistados: nas residências próprias. A etapa final da pesquisa de campo foi de análise e interpretações do material coletado, buscando concatenar o “produto” coletado nas entrevistas ao referencial teórico e aos fatos históricos encontrados em outras fontes, a saber, jornais, revistas, trabalhos acadêmicos e vídeos institucionais, que serviram de cerne para a pesquisa.

Outro fator que destaco é que, após a realização das entrevistas, as informações foram analisadas e passaram por um “filtro” antes de serem “transcritas” para incorporação no presente texto. A esse respeito, tomou-se essa atitude porque, mesmo que o plano inicial fosse que as entrevistas seguiriam a forma semiestruturada, ao me deparar com os depoentes, dois senhores com idade na casa dos 80 anos, decidi por não seguir uma metodologia rígida nas entrevistas, porque os mesmos demonstraram uma imensa necessidade de compartilhar algumas experiências, mas, por vezes, divagavam um pouco para além do tema proposto. A respeito desses “divagavam”, cabe dizer que foi feito um enorme esforço em não deixar alguns desses fatos sem interpretação e ou fora do texto, sempre observando o que aponta Amado (1995),

“[...] a memória tem a capacidade de associar vivências individuais e grupais com vivências não experimentadas diretamente pelos indivíduos ou grupos: são as vivências dos outros das quais nos apropriamos, tornando-as nossas também, por meio de conversas, leituras, filmes, histórias, músicas, pinturas, fotografias... Nossas memórias são formadas de episódios e sensações que vivemos e que outros viveram...” (AMADO, 1995, p. 132).

Portanto, a partir da clivagem acerca do material coletado nas entrevistas, busquei selecionar somente os fatos que tinham relação com meu objeto de pesquisa, sendo assim, optei por incluir as narrativas feitas pelos depoentes de maneira sucinta no texto dissertativo, selecionando as falas a serem utilizadas e mesclando as mesmas à produção do texto, sendo que, em grande suma, as discussões das mesmas foram feitas no 3º capítulo.

⁷ Psicologia: Estabelecer *rapport* (palavra francesa que significa confiança) através do acolhimento e escuta do paciente. In.: (Org.) _____ Conselho Federal de Psicologia – CFP e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP, (2010, p. 22).

Essa atitude de uma presença neutra, mas objetiva, encontra amparo no que aponta Thomson (2000), que diz que ao atuar dessa maneira se “evita afetar adversamente as histórias contadas, conduzido as entrevistas de modo a fazer o mínimo de interrupções possível” (THOMSON, 2000, p. 48).

Thomson (2000), aponta que se o pesquisador

“[...] reduzir o ato de entrevistar a um conjunto de técnicas é... como cortejar seguindo uma fórmula... Há o perigo de se confiar demais nos instrumentos, e de menos na intuição, à antiga, sobre quais instrumentos usar em que situação... as técnicas e outros aspectos da história oral variam conforme o tipo de pessoa que se estiver entrevistando”. (THOMSON, 2000, p. 48).

Dessa forma, espera-se que as informações apresentadas no presente estudo sejam satisfatórias, que tenham atingido os objetivos acadêmicos, e que agucem o interesse do leitor e de outros pesquisadores.

Organização do Trabalho Dissertativo

Explanados os conceitos de História Oral e pesquisa qualitativa, estabeleceu-se o percurso da "investigação", sendo a maior parte do texto apoiada nos relatos orais e nas fotografias como fontes de interpretação. A metodologia de apresentação do texto foi voltada para facilitar a “produção de narrativas como fontes do conhecimento”. O intuito do trabalho foi o de organizar uma pesquisa de caráter descritivo dos dados coletados através das entrevistas e através de outros meios, primando pela fidedignidade e qualidade das informações, e devido a isso, os depoentes receberam uma via dos TCLE⁸, assinadas pelo pesquisador.

A fim de facilitar a compreensão do leitor sobre a metodologia empregada, já na introdução foram explicitados alguns aspectos da metodologia utilizada na pesquisa, ou seja, os pressupostos teórico-metodológicos da História Oral (HO). Para melhor compreensão da formatação textual e também como forma de uma organização metodológica, o processo de produção do texto foi dividido em capítulos.

⁸ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: “É de extrema importância para salvaguardar e proteger as identidades das pessoas, dos locais de pesquisa, bem como, a confidencialidade dos dados obtidos” (DENZIN; LINCOLN, 2006, p 146).

No 1º capítulo, o leitor encontrará uma sucinta apresentação do processo de imigração portuguesa no Brasil, seguido de relatos da presença de portugueses no Paraná e de particularidades da região oeste do Paraná, trazendo algo pouco explorado, a saber, os relatos orais que mencionam a presença desses imigrantes na região de Foz do Iguaçu. No 2º capítulo, são tratados aspectos relativos à discussão teórico-conceitual em que são abordados os conceitos de memória, memória coletiva e identidade, cujos conceitos são cruciais para a compreensão do texto dissertativo. Neste mesmo capítulo, está o arcabouço teórico que serve de base para a pesquisa. No 3º capítulo, ao se abordar as vivências dos dois imigrantes portugueses por meio da exploração de suas memórias, é colocado em prática o que acredito vem ao encontro do que aponta Fraser (1993) como um caminho possível para se chegar à subjetividade através da “investigação das formas culturais e dos processos mediante os quais os indivíduos expressam o sentido de si mesmos na história” (FRASER, 1993, p. 132).

Como pesquisador iniciante tive a difícil tarefa de não separar os dados, mas buscar concatenar as subjetividades explícitas nas narrativas e nas ilustrações da "informação factual", construindo analogias, referências e pontes de diálogo entre o factual e o subjetivo. Ainda no 3º capítulo, consta o conteúdo e análise das entrevistas, em cujo capítulo apresento uma breve biografia dos depoentes, entendidos como guardiães da memória. Também se buscou fazer a junção das análises das informações colhidas nas entrevistas com alguns teóricos citados na fundamentação teórica. Neste mesmo capítulo é que me proponho a explicar como a narração é capaz de desvelar a memória, que, por vezes, é tida apenas como uma experiência singular em algo que se possa entender como fruto do coletivo.

Dessa forma, o texto traz à tona alguns elementos da imigração portuguesa na cidade, evidenciando como esse movimento assumiu uma “coesão identitária” e buscou ocupar e consolidar um espaço de visibilidade social, criando para si, um lugar de memória [...].

Ainda nesse capítulo, estão detalhadas as entrevistas, nas quais podemos compreender melhor a reflexão enfatizada por Portelli (1996), que descreve

“[...] as entrevistas como textos pessoais e subjetivos, manifestando-se através de discursos socialmente construídos e identificáveis, com estruturas comuns e, por isso, passíveis de serem trabalhados como “fusão do individual e do social”.

Ou ainda

[...] as narrativas como “histórias de construção da subjetividade pessoal através da interpretação da subjetividade dos demais e da dimensão subjetiva das realidades históricas” (PORTELLI, 1996, p. 4-7).

É dessas entrevistas que vieram à tona as trajetórias de vida, a partir das quais foi possível até mesmo vislumbrar como os depoentes representam a colônia de imigrantes portugueses, e como estes fizeram uso da cidade, revelando seus encontros, seus trabalhos, seus ajuntamentos, costumes e convívio. Antes de adentrar nas trajetórias de vida dos depoentes, onde os mesmos compartilham algumas vivências, é necessário e crucial compreender, mesmo que sucintamente, o processo de imigração portuguesa no Brasil.

CAPÍTULO I

1. A imigração Portuguesa no Brasil: séculos XIX e XX

Antes de iniciar com o tema da imigração sugerido no título deste capítulo, é crucial dizer que delimito a fala da imigração portuguesa no Brasil ao recorte temporal de fins do século XIX e século XX, e isso se deu pelo entendimento que nesse período, os imigrantes inseridos nesses fluxos migratórios estavam mais decididos a virem em caráter permanente e a fixarem raízes no Brasil. É necessário enfatizar ainda que esse texto dissertativo jamais conseguirá alcançar a singularidade de cada imigrante na questão do “*porquê migrar*”, mas se embasará no que a bibliografia existente já produziu, a qual aponta algumas possibilidades para a compreensão da temática da imigração e dos fluxos migratórios em determinada época. A temática sobre a imigração portuguesa no Brasil ainda carece de estudos e melhor contextualização. Mas existem consensos entre historiadores, os quais destacam que cidadãos portugueses não eram rigorosamente tidos como imigrantes até a proclamação da independência do Brasil. Outra questão que se cogita e que vale a pena destacar é que “a questão da imigração europeia do século XIX estaria intimamente ligada ao fim da escravidão e começo do trabalho assalariado, sobretudo devido à grande transformação do regime de trabalho no país” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 136).

Ainda segundo esse mesmo autor, o processo de imigração europeia para o Brasil tinha por objetivo atender a uma política de governo, focada no povoamento do território brasileiro e, principalmente, na necessidade de mão de obra. Durante o período do Brasil colônia e Brasil imperial, o país era reconhecidamente português na maioria da população livre, nos usos e costumes, nas instituições culturais, políticas e religiosas. Pode-se dizer que durante o império pouca coisa mudou e, dessa forma, é possível hipotetizar que, com referência ao termo “imigração” portuguesa, a mesma só pode ser pensada a partir de meados do século XIX e início da república.

Segundo Klein (1989), do início do século XIX até a década de 1950 “a imigração portuguesa foi a mais longa e numerosa em relação às demais correntes migratórias de europeus para o Brasil, e, ainda acentua que, em sua quase totalidade, os imigrantes portugueses se dirigiram principalmente ao Brasil” (KLEIN, 1989, p. 17). Essa facilidade dos portugueses se integrarem ao meio brasileiro se deveu, principalmente, a algumas

particularidades, principalmente no que tange às semelhanças de sobrenomes e alguns hábitos de origem, e dessa maneira, foram considerados brasileiros rapidamente (SCOTT, 2001, p. 3).

Nesse mesmo sentido, Scott (2001) aponta que a língua foi o fator preponderante para a integração rápida dos imigrantes portugueses,

“[...] é o fato de dominarem a língua do Brasil, lhes conferindo certa autonomia e vantagem em relação aos demais imigrantes”. Além do mais, a própria rede de solidariedade e amizade que funcionava entre os integrantes das comunidades lusitanas facilitava a sua fixação nas comunidades receptoras. Além disso, uma vez absorvidos pela comunidade, praticamente não deixavam rastros fáceis de serem recuperados, através da documentação oficial, pois se tornava difícil distingui-los da população brasileira em geral e identificá-los positiva e individualmente como portugueses, devido à semelhança dos nomes próprios e de família que compartilhavam com a população brasileira na época (SCOTT, 2001, p. 3).

Essas aproximações e peculiaridades corroboraram o que tomo a ousadia de definir com o conceito de mimetização⁹, sendo que tal fato pode ter sido um fator prejudicial ao controle para dados estatísticos da imigração, no caso específico de portugueses, pois muitas informações já não passavam pelos canais normais de recepção e encaminhamento destinados ao acolhimento desses imigrantes estrangeiros. Nesse sentido, sobre as limitações de estudos sobre a imigração portuguesa, Venâncio (2007) aponta que

“O estudo da imigração portuguesa está, dessa forma, sujeito constantemente ao risco da idealização ou da estigmatização prévia. Além disso, as fontes são escassas e incompletas. A documentação fundamental para esse estudo, como as séries de concessão de passaporte, só aparecem na segunda metade do Século XVIII, tornando-se regular apenas nas primeiras décadas do Século XIX. No que diz respeito aos primeiros tempos, são desconhecidos os percentuais de retornados, havendo assim o risco de assimilarmos os “viajantes” aos grupos de colonizadores efetivos. Vista sobre o prisma da longa duração, a emigração internacional portuguesa pode ser definida como um fenômeno semiclandestino ou que quase sempre escapou ao controle das autoridades” (VENÂNCIO, 2007, p. 65-66).

Essa “hipótese” pode ser corroborada pelo que aponta Scott (2001), que diz que “os imigrantes portugueses, de maneira geral, desembarcavam nos portos brasileiros com uma

⁹ O conceito de mimetização aplicado se deve ao fato que neste caso em específico, a problemática da subjetividade referente à construção da identidade apresentava mínimas turbulências na dinâmica de poder e nas relações sociais de poder em que se acentuam a diferenciação social.

situação já pré-definida”, a saber, pela ajuda de portugueses que se encontravam no Brasil há mais tempo. Dessa forma, esses imigrantes portugueses escapavam das formas convencionais de registro de imigrantes, o que dificulta o acesso a fontes e a pesquisa de historiadores (SCOTT, 2001, p. 3).

Outro fator a ser destacado é que o maciço ingresso de imigrantes no Brasil foi promovido pelos governos provinciais. Várias organizações foram formadas para fomentar o movimento migratório. Com essa subvenção promovida pelos governos provinciais, os imigrantes não se fixavam mais em regime de parceria¹⁰, “mas como assalariados, seja com um salário mensal, seja com pagamentos proporcionais ao número de pés sob seus cuidados ou ao volume de café produzido” (BUESCU, 2011, p. 109).

Essa informação vai de encontro ao que aponta Gregory (2002), cujo autor descreve que,

[...] “No Brasil Meridional, via de regra, não houve colonização espontânea, embora ela dependesse, também, da necessidade e da vontade de migrar e produzir dos colonos. Ela tem sido organizada, planejada, subvencionada e dirigida pelo governo central, pelos governos das províncias ou dos estados e dos municípios, por companhias particulares ou por proprietários individualmente” (GREGORY, 2002, p. 29).

No que tange à representatividade numérica e demográfica, Fausto (2001) aponta que “os portugueses representavam um percentual de 29% dos imigrantes no período 1887 – 1930”. Considerando-se que a maioria desses imigrantes se instalaram no Distrito Federal e em São Paulo, e uma das características da imigração portuguesa foi a concentração desses imigrantes nas cidades” (FAUSTO, 2001, p. 158). Esse autor ainda aponta que “esses indicadores não atestam que os imigrantes portugueses não tenham se

¹⁰ “As experiências de colonização começaram com o senador Nicolau Vergueiro que, em 1847, fundou a colônia de Ibicaba. O sistema adotado foi o de parceria, isto é, o colono recebia um lote de terra, adiantamentos para viagem e equipamentos, para, depois, dividir os lucros líquidos com o proprietário da terra e pagar suas dívidas. Dentro deste sistema, foram feitas outras experiências em São Paulo (em 1853/4 foram autorizados empréstimos por 6 anos para subsídios a viagens dos imigrantes) e Santa Catarina (Blumenau, Joinville). O sistema de parceria, entretanto, não se comprovou satisfatório: apesar da lei de 1837 sobre o trabalho dos colonos (renovada em 1879) havia abusos por parte dos proprietários, era difícil fazer contas certas sobre os lucros líquidos, o fornecimento de equipamentos e mantimentos era espoliatório – e, por outro lado, os próprios colonos encontravam dificuldades em se adaptar às novas condições. Havia, ainda, o fato de que os colonos produziam menos que os escravos: uma família de 4/5 pessoas ativas cuidava de 1.500/2.000 pés, enquanto vimos que um escravo cobria facilmente 1.000 pés ou mais. Chegou-se a protestos por parte dos países de emigração, até a proibição da ida para o Brasil (rescrito de Heydt, na Prússia, em 1859). É verdade que tais restrições foram feitas mais tarde, depois de abolido o sistema de parceria, e não apenas pela Prússia, mas também pela França e Inglaterra” (BUESCU, 2011, p. 108-109).

instalado nas lavouras, mas que os portugueses ficaram mais conhecidos por seu papel no pequeno e grande comércio, assim como na indústria” (FAUSTO, 2001, p. 158).

No que concerne aos dados estatísticos, os quantitativos numéricos são relevantes para dimensionar a imigração portuguesa no Brasil, neste ponto, Scott (2001, p. 15) salienta que “entre o ano de 1908 e 1936 entraram em São Paulo, por via marítima, nada menos que 1.221.282 imigrantes estrangeiros”. Da tabela abaixo se depreende que de uma maneira geral predominavam os indivíduos do sexo masculino sobre o feminino, embora a proporção pudesse apresentar variações de acordo com as diversas nacionalidades, conforme se observa na tabela a seguir.

Nacionalidades	Total	Masculino	% Masc.	Feminino	% Fem.
Portugueses	275.257	187.053	67,9	88.204	32,1
Espanhóis	209.282	124.295	59,4	84.987	40,6
Italianos	202.749	131.174	64,7	71.575	35,3
Japoneses	176.775	99.270	56,2	77.505	43,8
Alemães	43.989	28.302	64,3	15.687	35,7
Turcos	26.321	19.321	73,4	7.000	26,6
Romenos	23.756	12.622	53,2	11.134	46,7
Iugoslavos	21.209	11.240	52,1	9.969	47,9
Lituanos	20.918	12.260	58,6	8.658	41,4
Sírios	17.275	11.304	65,4	5.971	34,6
Poloneses	15.220	9.424	61,9	5.796	38,1
Austríacos	15.041	9.432	72,7	5.609	27,3
Outros	47.664	30.938	64,9	16.726	35,1
Total	1.221.282	779.236	63,8	442.046	36,2

Tabela 1: Total de Entradas dos Imigrantes Estrangeiros pelo Porto de Santos – Por Sexo (1908-1936)
Fonte: Scott (2001) *apud* Vasconcellos (1937)

Cabe destacar que o contexto da imigração carece de uma análise mais aprofundada, para isso é crucial compreender que ela também atuou nas subjetividades e nos desejos dos imigrantes, pois como aponta Prado Júnior,

“[...] A ambição pela posse da terra forma nesses imigrantes um impulso muito poderoso, e constitui ela com certeza um dos mais fortes senão o mais forte estímulo que os leva a abandonarem sua pátria onde tal oportunidade lhes é negada. E mesmo quando não conseguem alcançar desde logo esse objetivo, como efetivamente se deu no Brasil na maior parte dos casos, representa, contudo, um ideal sempre presente que influi fortemente na evolução dos acontecimentos” (PRADO JUNIOR, 1981, p. 189).

Sendo assim, o país representava para os imigrantes portugueses um objeto de desejo, pois conforme Pasckes (1990/1991), o “Eldorado” brasileiro exercia poder de atração sobre os imigrantes portugueses, favorecendo sua vinda para o Brasil,

“[...] O que desejavam eles fazer num país tão longe? Seguramente a ideia de um “eldorado” brasileiro foi o que mais motivou os portugueses a emigrarem. Aliás, a fantasia de um enriquecimento fácil e uma vida mais opulenta já crescia mesmo na viagem para o Brasil. Segundo o depoimento de uma médica da Junta de Emigração de Portugal, os emigrantes portugueses deixavam-se iludir sobre seu futuro imediato no Brasil devido às condições de vida, de alimentação e de assistência sanitária por que passavam durante três semanas a bordo de muitos navios que os trazia” (PASCKES, 1990/1991, p. 86).

Ao mesmo tempo em que a imigração para o Brasil oferecia e “representava” expectativas de um ideário de melhores condições de vida, a Europa, e mais precisamente, Portugal como império decadente nos séculos XIX e início do século XX, vivia crises cíclicas de abastecimento acompanhadas de queda de taxas de mortalidade na população, e nesse sentido, Venâncio (2007) aponta que

“[...] várias áreas do meio rural português sofreram, na década de 1850, um processo de modernização capitalista. Por essa época ocorre a mecanização de algumas atividades agrícolas, e, na década seguinte, com a restrição ao livre uso de pastos e terrenos baldios, são abolidos os últimos vestígios de direitos camponeses herdados da época feudal. Esse conjunto de medidas leva a uma progressiva diminuição dos padrões de vida dos pequenos proprietários rurais, gerando assim novos candidatos à imigração” (VENÂNCIO, 2007, p. 74).

Assim, ao falarmos de imigração portuguesa no Brasil, nos séculos XIX e XX, é necessário se ter em mente a noção contextual em que esses imigrantes estavam inseridos. Podemos caracterizar três momentos para as correntes migratórias de portugueses a partir de fins do império e início da república: em primeiro lugar, a corrente migratória mais significativa, a ocorrida no final do século XIX, ocasião em que Portugal vivia um período de crise devido às dificuldades políticas da monarquia e a perda de seu principal mercado, o Brasil; e, num segundo momento, o período pós 1ª guerra mundial, no qual Portugal vivia um período de grave crise econômica e carestia, somando-se a isso a crise econômica mundial de 1929; e, num terceiro momento, a corrente migratória menos significativa em

termos numéricos, e que estava atrelada, principalmente, à crise econômica que assolava Portugal e o início da Revolução dos Cravos¹¹.

O tema da imigração ainda carece de estudos, o mesmo não pode estar embasado apenas em fatores econômicos como os dinamizadores e ou motivadores do “porquê migrar”. Dadas as particularidades e peculiaridades dos fluxos migratórios, vê-se que a dinâmica da imigração de um modo geral, está inserida em um contexto geopolítico internacional e nacional e, nesse sentido, entrelaçam-se macro e micro-história.

1.1. Os portugueses no Paraná

No tocante a estudos sobre a imigração portuguesa no Paraná, Scott (2001) afirma que “em meados dos anos oitenta havia uma escassez de estudos sobre a imigração portuguesa, porém, uma década depois esse vazio relativo começava a se atenuar, havendo um crescente interesse sobre esta problemática” (SCOTT, 2001, p. 2). Atualmente, a produção historiográfica sobre a imigração é ampla, diversificada e vem sendo enriquecida por abordagens que analisam aspectos diferenciados dessa temática. Porém, a vinda de imigrantes portugueses ao Paraná é fenômeno pouco explorado e pouco conhecido. As análises ainda são relativamente escassas e bastante pontuais, embora se encontrem alguns trabalhos, como por exemplo, o trabalho de Passos (2009) e de Villas Bôas e Padilha (2007), cujos trabalhos ajudam a elucidar ou, até mesmo, servir de base para estudos posteriores e mais aprofundados, principalmente se o pesquisador se propuser a trabalhar com micro-história.

Tratar o problema da imigração portuguesa no Paraná comporta um maior nível de dificuldade em relação a outros grupos de imigrantes. Dentre os sinais da passagem de portugueses pelo Paraná, existem alguns aspectos históricos e, até mesmo, estruturais que apontam a cidade de Paranaguá como a que foi e continua sendo até hoje a cidade do Paraná que tem mais traços da cultura e herança lusitana¹². Paranaguá foi a porta de

¹¹ “Em 1974 um clássico *putsch* militar de jovens oficiais desiludidos e radicalizados pelas longas guerras coloniais de retaguarda derrubou o mais velho regime direitista então operando no mundo: a “Revolução dos Cravos em Portugal”. A aliança entre eles, um forte Partido Comunista emergindo da clandestinidade e vários grupos marxistas radicais, logo se dividiu e foi superada, para alívio da Comunidade Europeia, a que Portugal se juntou pouco depois. A Revolução Dos Cravos foi o movimento que derrubou o regime salazarista em Portugal, e ocorreu no ano de 1974, de forma a estabelecer liberdades democráticas, com o intuito de promover transformações sociais no país” (HOBSBAWM, 1995, p 67).

¹² Segundo Mattoso (2000) a “Lusitânia era o nome pelo qual, na antiguidade, era conhecida a região oeste da península Ibérica, que fica no sudoeste da Europa. Os limites da Lusitânia correspondem, aproximadamente,

entrada dos portugueses e manteve alguns traços característicos desse legado. Porém, quando Curitiba passou a ser o centro político e econômico, a cidade de Paranaguá perdeu essa característica.

Partindo da premissa do “por que migrar”, e ciente de que não se pode isolar o Estado do Paraná de um contexto macro, na tentativa de encontrar algumas respostas para o contexto da imigração portuguesa, pode se dizer que os fatores que levaram o português a imigrar nos séculos XIX e XX estão atrelados, em grande parte, a razões de ordem econômica (à pobreza) e política (guerra colonial). Dessa grande massa de imigrantes portugueses, a grande maioria era do sexo masculino. Além do fator econômico como dito anteriormente, eles imigravam a fim de escapar do serviço militar em busca de oportunidades e um futuro melhor. Essa informação é corroborada pelo que aponta Pasckes (1990/1991),

“A introdução da mecanização na agricultura portuguesa, a exploração das terras incultas, a abolição dos antigos direitos sobre a livre circulação de mercadorias, geram um desenvolvimento agrícola com a expansão da viticultura, da criação de gado para a exportação e da cultura do arroz. As revoltas populares, como a Maria da Fonte e a Patuléia (1846- 1848), refletem as alterações ocorridas nas relações sociais de produção no campo. A economia de subsistência é destruída, ainda que a pequena propriedade não integrada no comércio exportador possa persistir em Trás-os-Montes, Beira Alla e Beira Baixa” (PASCKES, 1990/1991, p. 83)

O perfil do imigrante português que desembarcava no Brasil era o do camponês dos vilarejos situados ao norte de Portugal, já que essa região era a que vivia as mais duras penas, mais proletarizada, na qual os cidadãos viviam de trabalhos artesanais, manufatureiros e/ou tinham que se deslocar para maiores centros na busca de trabalho. Os imigrantes que chegavam ao Brasil se constituíam basicamente de artesãos, caixeiros e operários que estavam afastados do trabalho do campo, por isso buscavam no Brasil ofícios similares.

ao território hoje ocupado por Portugal. Segundo esse autor, desde o século VI a.C., a região era habitada pelo povo lusitano (daí o nome Lusitânia). Esse autor demonstra que o termo “lusitano” permaneceu como sinônimo de português, pois para ele, ao contrário do que tentaram demonstrar as doutrinas nacionalistas dos anos 30 a 60, não é possível encontrar vestígios coerentes de uma nacionalidade portuguesa antes da fundação do Estado. O primeiro fato que se pode relacionar com a futura nacionalidade portuguesa é aquele em que se verifica a associação de dois antigos condados pertencentes cada um deles a uma província romana diferente: o condado de Portucale, situado na antiga província da Galécia, e o de Coimbra, na antiga província da Lusitânia. Formaram o que então se chamou o “Condado Portucaleense” (o que pressupunha a hegemonia do condado do Norte sobre o do Sul), entregue pelo rei Afonso VI de Leão e Castela ao conde Henrique de Borgonha, como dote de casamento de sua filha ilegítima D. Teresa no ano de 1096” (MATTOSO, 2000, P, 7).

Nas pesquisas acadêmicas, só muito recentemente, ganharam visibilidade os estudos sobre a imigração portuguesa no Paraná, sendo que na Região Oeste do Paraná, não foram encontrados estudos com essa temática. Tocar nesse ponto é fundamental, porque a maioria dos estudos menciona o oeste paranaense colonizado por pequenos produtores oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, citando basicamente os imigrantes italianos, alemães e poloneses.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a imigração portuguesa na Região Oeste do estado do Paraná era a facilidade que o Estado oferecia aos imigrantes, a saber, “condições favoráveis para a aquisição de terras e uma eventual prosperidade econômica, com seus programas de colonização bem definidos e organizados” (SWAIN, 1988, p. 19). Cabe destacar que essa transformação econômica não se deu unicamente no Paraná, mas em todo o Brasil. De acordo com Almeida (2003, p. 389), “o governo passou a investir na ampliação da infraestrutura produtiva, permitindo a interligação das diferentes regiões do país, fatos que promoveram e intensificaram o movimento migratório para o interior”.

Tal conjuntura política, econômica e logística/estrutural, pode ter favorecido a vinda de imigrantes portugueses mais para o interior do estado, pois segundo pontua Boris Fausto (2001), “os imigrantes portugueses se dedicaram mais ao pequeno e grande comércio, assim como na indústria” (FAUSTO, 2001, p. 158). Como os portugueses se dedicavam mais a outras atividades, quase sempre no ramo do comércio, “tais atividades os direcionava com frequência a instalar-se em áreas urbanas” (SCOTT, 2001, p. 3). Por isso, estudar a temática da imigração no Paraná é de suma importância, além do mais, porque tais movimentos migratórios se entrelaçam diretamente com o desenvolvimento político, econômico e, principalmente, de povoamento e “formação” do Estado do Paraná.

No que tange à conjuntura política, fundiária e colonizatória, o oeste paranaense sempre vivenciou momentos de instabilidade, sobretudo no que concerne à terra e à ocupação de suas faixas de fronteiras. Observa que o município de Foz do Iguaçu vivenciou, a partir da década de 1950, um acelerado processo de ocupação das terras. Em grande parte, isso se deve ao programa nacional Marcha para o Oeste. Cabe salientar que neste processo de “colonização”, a ocupação se deu a partir da ampliação dos loteamentos rurais e urbanos e do forte afluxo populacional de migrantes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É neste contexto que os narradores chegaram a Foz do Iguaçu, um período em que houve desenfreada ocupação de terras, ao mesmo tempo em que foi

deflagrada a implantação de toda uma infraestrutura de transportes, articulando esta região com o resto do Estado do Paraná e com o Paraguai.

Mas se atendo aos imigrantes portugueses no Paraná, e mais precisamente onde quero chegar, na região *extremo oeste* do Paraná, pode se dizer que a entrada de portugueses se deu de maneira comedida, sendo que estes podem ser incluídos na Primeira Frente, Segunda Frente e Terceira Frente, como aponta Wachowicz (1987)

“A primeira frente é a oriunda do chamado “Paraná Tradicional”. Populações dos Campos de Guarapuava, das antigas colônias de imigrantes europeus localizadas no terceiro planalto paranaense, de Laranjeiras do Sul etc., irão aproveitar-se da abertura da estrada carroçável para Foz do Iguaçu e fixar-se-ão nas terras ainda baratas de Guaraniaçu, Catanduvas, Cascavel, Foz do Iguaçu etc. Esta é a mais antiga das frentes de ocupação da região oeste. A segunda frente é a que se originou nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O excesso de mão de obra agrícola nesses estados vai deslocar-se para as terras paranaenses, sendo o oeste uma das regiões preferidas. É a chamada frente sulista, composta por gaúchos e catarinenses. Foi a partir de meados da década de 1950 e 1970 que ocorre o grande fluxo desta corrente colonizadora. Vários municípios foram formados com esses elementos, notadamente descendentes de italianos, alemães e poloneses. Destaca-se sua presença em Medianeira, São Miguel do Iguaçu, Sta. Helena, Toledo, Marechal Cândido Rondon etc. A Terceira Frente é a oriunda do Norte do Paraná. Originada e estimulada pela economia cafeeira, depois de ocupar o Norte do Paraná, atravessou o talvegue do rio Piquiri e penetrou no Oeste. Na composição deste a frente continuaria existindo ainda elementos naturais de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, nordeste etc. Mas, já é bem elevada a participação de populações já nascidas no Norte do Paraná. Estas continuam integrando a frente nortista de colonização. Esta frente ocupou os municípios de Guaíra, Terra Roxa, Assis Chateaubriand, Formosa do Oeste, Nova Aurora, o distrito de Ouro Verde no município de Toledo, Vera Cruz do Oeste etc.” (WACHOWICZ, 1987, p. 182-183).

É claro que a participação portuguesa nesse processo de colonização foi a mais ínfima, ou como propus, mimetizada. No entanto, percebe-se que a produção historiográfica sobre a imigração e povoamento da região oeste do Paraná deu enfoque privilegiado a determinados grupos, em particular aos italianos, alemães, poloneses e alguns outros, a esse “*alguns outros*” que esse trabalho pretende dar visibilidade, e assim abordar o lado íntimo desse grupo de imigrantes portugueses. Nesse sentido, o texto dissertativo buscou explorar justamente essa lacuna, e, com o objetivo de minimizá-la, com base nas narrativas de memórias buscou elucidar alguns elementos que auxiliam a pensar um pouco sobre os imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu e algumas peculiaridades das *artes de fazer* dessa comunidade.

CAPÍTULO II

2. A memória como objeto de pesquisa

Neste capítulo, abordo, brevemente, o conceito de memória, memória coletiva e identidade, com a intenção de demonstrar como os conceitos de memória e identidade são inextricáveis. Esse arcabouço teórico busca abordar as narrativas como um método eficaz e apto para evidenciar a comunidade portuguesa no município, para demonstrar como esse grupo se articulou através da associação e como ocupou e consolidou um espaço de visibilidade social, criando, para si, um lugar de memória: a Casa de Portugal. Essas memórias, como elo de contínua interpretação do passado, são a voz e a imagem do acontecido. Segundo Le Goff (2013), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos, em primeiro lugar, a um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 2013, p. 387). As imagens, configurações e representações do tempo vivido, ou imaginado, pertencem ao campo da memória, poucas vezes exercitado na reconstrução da história do lugar.

Sobre o estudo da memória, é importante considerar que todo estudo a respeito desse tema nasce de uma prática necessariamente interdisciplinar. Além disso, ao se trabalhar com história e memória, é importante estabelecer relações éticas com o que se propõe a analisar, buscando se aproximar da “verdade”, mesmo sabendo que “a posição da verdade, na História, não é a mesma daquela identificada em outros campos do conhecimento humano, mas sim decorre das infinitas análises e interpretações construídas pelos investigadores para compreender o passado” (FERNANDES, 2013, p. 12).

Mas, afinal de contas, o que é a memória em pesquisa?

A memória pode ser considerada como uma trilha que o historiador pode transformar em fonte para sua pesquisa. A memória é um fragmento que reluta ficar entre nós, que nos auxilia a criar elos, a estabelecer laços de identidade individual e coletiva. É por meio da recordação e da revivificação que muitas conexões são criadas no âmbito pessoal e coletivo. A memória se erige no embate entre os diversos campos do coletivo e do individual e na tensão entre passado, presente e futuro. Assim, a memória é constituída a partir dessa numerosa rede relacional. Segundo Todorov (2002), é primordial

“compreender que memórias individuais e coletivas interagem para formar uma identidade memorial”. O autor acrescenta que:

[...] A recordação do passado é necessária para afirmar a própria identidade, tanto individual como de grupo. Um e outro também se definem, evidentemente, por sua vontade no presente e seus projetos de futuro; mas não podem prescindir dessa primeira lembrança (TODOROV, 2002, p. 199).

Assim, pode-se dizer que a memória está no próprio assento da História (história e memória se mesclam e se fundem), confundindo-se com o documento, com o monumento e com a oralidade. Uma historiografia sobre a memória pode produzir outras memórias e esquecimentos, e, por sua vez, memórias e esquecimentos podem construir identidades coletivas e individuais. Ademais, segundo a compreensão do conceito de memória apresentado por Pollak (1992), enquanto representações de um momento histórico e de lutas para fixar uma visão/posição, a memória é “um elemento constituinte de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução em si” (POLLAK, 1992, p. 204).

2.1. Memórias e Identidades

O que se pretende, no texto dissertativo, é analisar a memória sob dois aspectos: por intermédio das narrativas que os depoentes fazem sobre suas vivências; e, sobre as memórias que os mesmos *(re)fazem* no tempo acerca do grupo de portugueses, da edificação de uma sede social, evidenciando a necessidade de se fixar um lugar de memória. Nesse aspecto, conseguiu-se verificar que a memória atuou como um fator constituinte da identidade do grupo de lusitanos em Foz do Iguaçu. Assim sendo, seguindo as sugestões de Lavabre (2006), consegue-se vislumbrar nesse processo de edificação da Casa de Portugal as “condições sociais da produção das recordações pelas narrativas e como a memória se torna História”.

Por isso, é crucial compreender que a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, ou seja, nos diferentes contextos, na família, na escola, no ambiente de trabalho ou em determinado grupo. Para Halbwachs (2003), o indivíduo participa então, de dois tipos de memória (individual e coletiva) e isso acontece na medida em que “o

funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Outra autora em que esse trabalho se socorre é Santos (1998), que enfatiza que “a construção das memórias se dá através da participação dos indivíduos em grupos sociais determinados, delimitados espacial e temporalmente e que as memórias participam de um contexto social onde está contida uma história passada ou um passado em comum” (SANTOS, 1998, p. 5).

Segundo essa mesma autora,

“a memória é adquirida na medida em que o indivíduo toma como suas as lembranças do grupo com o qual se relaciona, necessariamente, existindo um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos” (SANTOS, 1998, p. 5).

Seguindo esse raciocínio, que assevera que o sentido de memória coletiva atua como processo de formação de uma coesão identitária, Pollak (1989) frisa que Halbwachs não interpreta a memória coletiva de forma impositiva, recebida através da dominação ou da violência simbólica, mas sim a reconhece como uma forma de coesão social, “pela adesão afetiva ao grupo, que ele chama de comunidade afetiva” (POLLAK, 1989, p. 3). Segundo esse autor, existem aspectos no pensamento de Halbwachs que levam a pensar sua teoria de maneira inflexível. Mas para Pollak (1989), “a formação e a manutenção destes quadros sociais de memória é um processo menos rígido, e afirma isso dizendo que tais processos estão sujeitos a disputas da sociedade e pela sobrevivência e reprodução das memórias subterrâneas”¹³ (POLLAK, 1989, p. 4).

Diante disso, esse estudo teve como crucial a compreensão desse caráter flexível de utilização dos usos do termo memória relacionados diretamente com o surgimento da Casa de Portugal, pois é possível evidenciar a fixação de, no mínimo, quatro memórias no prédio, quais sejam: 1) a que acredito ser a mais importante, a dimensão simbólica do espaço e o que esse representa; 2) a memória da construção; 3) a construção de memórias

¹³ Memórias que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

em torno da edificação da casa; e, 4) a arquitetura da mesma, aspectos que contribuem para a tornar um lugar de memória.

É importante que se identifique o local da produção das memórias coletivas como forma de se fugir da instrumentalização, pois segundo Lavabre (2006), “são as recordações, as representações individuais do passado, compartilhadas ou não, que justifica que se use a noção de memória” (LAVABRE, 2006, p. 37).

Argumentando ainda, é relevante enfatizar o que diz Aróstegui (2006) ao afirmar que não existe uma única memória histórica coletiva, pois é possível que existam “memórias históricas” que igualmente existem “memórias coletivas”. Para esse autor, as memórias não são estáticas, inalteráveis e por isso,

(...) as manifestações públicas das memórias são heterogêneas, não-coincidentes, fragmentadas; cada passado concreto tem diversas memórias coletivas e sociais. A memória, sua construção por um determinado coletivo, seu sentido e conteúdo, sua preservação ou marginalização são dimensões comuns em toda confrontação ideológica e política (ARÓSTEGUI, 2006, p. 59).

Neste sentido, a continuidade das memórias coletivas ocorre através das recordações e das imagens do passado, corroboradas pelas construções históricas passadas, entre os grupos que se constituem entre a nação e o indivíduo. Para Aróstegui (2006),

“[...] nesse conjunto de recordações e imagens do passado reside o trauma coletivo, que contém aspectos variados de vivências pretéritas e de aspectos de violência sentidos por qualquer tipo de coletividade. Essas vivências são capazes de gerar uma “memória compartilhada”, que será recordada, revivida, resignificada e que poderá ter reproduzidos os seus ecos dentro do grupo” (ARÓSTEGUI, 2006, p. 65).

Essa flexibilidade da memória e de seus usos e, por conseguinte, das identidades, é possível observar no pensamento de Lavabre, que aprofunda os usos políticos do passado, e ressalta que “não é sobre a história aprendida senão sobre a história vivida que se funda a memória” (LAVABRE, 2006, p. 50).

Assim sendo, segundo Santos (1998), “as reflexões levantadas por Halbwachs sobre a antecedência de quadros sociais da memória e da existência de lugares físicos da memória coletiva permitem compreender que há aspectos inerentes às memórias ou

identidades coletivas que estão fora do alcance tanto da capacidade reflexiva do ator social como das lógicas inerentes às construções simbólicas a que temos acesso” (SANTOS, 1998, p. 3).

É possível verificar que, quando requisitada, a memória busca revivificar, ou seja, traz à tona um processo histórico que está imerso no presente. Como num movimento de vai e vem, quer visitar um acontecimento de tempos idos, e faz a intersecção entre passado, presente e futuro. Nesse sentido, pode se dizer que a(s) memória(s) são dinâmicas e podem ser reivindicadas a qualquer momento. Assim sendo, se vislumbra a reflexão de Le Goff (2013), que diz que a narrativa “busca constituir uma memória coletiva, pois é através da recordação e da tradição que ocorre a manifestação da memória” (LE GOFF, 2013, p. 435).

Complementando essa ideia, Pollak (1992) investiga a relação entre a memória e a identidade social, chamando a atenção para o fato de que a “memória tem um papel fundamental na construção da identidade, tanto individual, quanto coletiva”. O autor, em um de seus escritos, enumera os elementos constitutivos da memória (POLLAK, 1992, p. 204). Primeiro, os acontecimentos vividos pessoalmente; e segundo, os acontecimentos vividos “por tabela”, ou o que ele chama de memória herdada, isto é, lembranças que não se localizam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo; no entanto, porque pertencem ao grupo a que a pessoa está vinculada, se transformam em quase conhecidas; e terceiro, a memória é constituída por pessoas, personagens. Aqui, também se pode falar em personagens frequentados por tabela. E, por último, os lugares de memória, ou seja, lugares que se ligam particularmente a uma lembrança.

A respeito dos lugares de memória, é oportuno fazer menção a Pierre Nora que descreve que os lugares de memória nascem e se generalizam no momento em que se verifica que não existe memória espontânea e, é preciso criar arquivos para

[...] Manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

[...] Em seguida, ele comenta: “eles” (lugares de memória) são rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que se dessacraliza (...) sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (NORA, 1993, p.13).

Dessa forma, as memórias são importantes registros vividos que partem das lembranças e eternizam lugares como referências e cenários para uma constante visita ao

passado. Assim, o lugar de memória, segundo Nora (1993, p. 21) “são lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico, funcional [...]”.

A partir disso, se tem a compreensão de que a memória está estratificada no lugar. As histórias contadas, tempo a tempo, estão impregnadas no meio, sedimentadas na saudade e à procura de registros e sinais da ausência que descrevem a memória do lugar. Gastal (2002, p. 77) afirma que “conforme a cidade acumula memórias, em camadas que, ao somarem-se vão constituindo um perfil único, surge o lugar de memória [...] onde a comunidade vê partes significativas do seu passado com imensurável valor afetivo”.

2.2. Memória coletiva

A memória coletiva de Halbwachs é uma obra que instiga o pensamento, ao mesmo tempo em que oferece suporte para uma profunda reflexão acerca da compreensão das ciências sociais. A obra de sua vida, *Memória Coletiva*, foi publicada postumamente, graças à recuperação de suas anotações. É uma prova viva das trevas de seu trágico assassinato pelo regime nazista, no campo de concentração onde estava aprisionado, em *Buchenwald*, no ano de 1945¹⁴.

Porém, sua grande contribuição não sofreu dano e ainda fala, principalmente, dentro das ciências sociais, constituindo-se em leitura obrigatória. Dentre as áreas do conhecimento que sofreram grande impacto pela obra de Halbwachs, uma delas foi a psicologia (social), pois ela é a área que busca compreender as mentalidades e os sentimentos dentro de seus processos históricos. O pensamento de Halbwachs é importante porque “permitiu pensar a coletividade desde alguns marcos sociais, libertando assim o discurso vigente na época, que amarrava a percepção, a afetividade e a memória a um reducionismo individualista, a saber, apenas no campo do individual” (HALBWACHS, 2003, p. 7-8).

Dessa forma, Halbwachs nos diz que “as lembranças são coletivas, e são trazidas a nossa consciência por outras pessoas, ainda que se trate de fatos que tenham ocorridos somente conosco e ou de objetos que somente nós tenhamos visto” (HALBWACHS, 2003,

¹⁴ Conforme Jean Duvignaud, no prefácio do livro *A Memória Coletiva*, “surpreende o quanto as últimas análises de Maurice Halbwachs, pouco antes de sua deportação e assassinato pelos nazistas, abrem um novo caminho para o estudo sociológico da vida cotidiana; é simplesmente lastimável que as ideias contidas neste *A memória coletiva*, livro póstumo publicado em 1950, não tenham fecundado outras pesquisas” (HALBWACHS, 2003, p. 7).

p. 30). Ainda, segundo esse autor, existem duas formas em que se organizam as lembranças, a saber, agrupando-se ao redor de uma pessoa definida, a quem o sujeito contempla de uma maneira determinada; e, distribuída no interior de uma sociedade, seja grande ou pequena, das quais se produzem imagens parciais. Assim sendo, para Halbwachs, existem duas memórias, a memória individual e a memória coletiva, que cada indivíduo é participante destes dois tipos de memória ao mesmo tempo, sendo que a memória coletiva agrupa as memórias individuais, mas não se confunde com elas (HALBWACHS, 2003, p. 72).

Ao destacar o conceito de memória coletiva, o trabalho relativiza e olha para além da placa desbotada afixada na fachada da Casa de Portugal e entende a associação não somente como um ponto de encontro da comunidade portuguesa, mas também, em sua dimensão simbólica, como um lugar de história e memória que retrata a presença e o fazer do imigrante português no município. Assim sendo, a memória coletiva ensina que a Casa de Portugal é muito mais que um simples ponto de encontro. As vivências dos depoentes ao narrarem suas memórias portuguesas que giram em torno da Casa de Portugal, vai de encontro com o que aponta Halbwachs (2003),

“Podemos admitir que jamais voltamos a encontrar essa lembrança porque nunca mais voltamos a esse local. Em outras palavras, a condição necessária para voltarmos a pensar em algo aparentemente é uma sequência de percepções pelas quais só poderemos passar de novo refazendo o mesmo caminho, de modo a estar outra vez diante das mesmas casas, do mesmo rochedo etc.” (HALBWACHS, 2003, p. 53).

Dessa forma, podemos também admitir que nessa necessidade de refazer um caminho, ou de encontrar essa lembrança, a comunidade portuguesa satisfaz essa necessidade quando erige para si uma associação, inclusive na representação que dão ao projetar a arquitetura da casa, um bastião¹⁵, denotando uma clara necessidade de categorizarem a si mesmos como uma comunidade de sentidos. Seguindo o raciocínio de Halbwachs (2003), pode-se afirmar que a memória individual não se encontra completamente fechada e ou isolada, mas um sujeito, para evocar seu passado “tem necessidade de apelar para as lembranças dos outros, e se põe em relação com pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade” (HALBWACHS, 2003, p. 72). Esse autor ainda acrescenta que os sujeitos criam para si uma espécie de

¹⁵ Base inabalável, fortaleza, referência, movimento de resistência.

“[...] ambiente artificial, exterior a todos esses pensamentos pessoais, mas que os envolve, um tempo e um espaço coletivo, e uma história coletiva. É nesse tipo de contexto que se juntariam os pensamentos (impressões) dos indivíduos, o que pressupõe que cada um de nós deixasse por um momento de ser quem é. Logo voltaria a si, introduzindo em sua memória pontos de referência e divisões que traz prontas de fora” (HALBWACHS, 2003, p. 80).

Assim sendo, parafraseando Woodward (2014), pode-se dizer que os membros da Casa de Portugal se apoiam nessa necessidade de apelo às lembranças, pois ao mesmo tempo em que o passado e o presente atuam nesse evento de instituição e, aqui digo no sentido mesmo de instituir uma memória de contestação, para a justificação da criação de uma identidade, conforme aponta Woodward (2014, p. 24), “necessitam evocar origens, mitologias e fronteiras do passado”. Todavia, é necessário compreender que o “português” de hoje está situado neste momento temporal, o aqui e agora, ou seja, não é aquele sujeito “português” de outrora, mas ao apelarem a antecedentes históricos oriundos da memória coletiva, os imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu podem estar *(re)produzindo* uma identidade e ou novas identidades.

CAPÍTULO III

3. Identidade Portuguesa e as narrativas: a escrita da memória

Quando decidi trabalhar com narrativas, inicialmente eu contava com apenas um narrador, que após alguns contatos indicou mais um interlocutor. Durante o curso da pesquisa, tive o cuidado de analisar se havia necessidade de identificar mais narradores, mas decidiu-se trabalhar apenas com os depoimentos de João da Silva Lavado e Manuel Alves Pereira Martins. Através da oralidade, abordo as memórias dos depoentes de modo a unir alguns elementos da imigração portuguesa em Foz do Iguaçu.

Ainda que, como autor, e ao mesmo tempo, expectador, eu não tenha domínio absoluto da arte da historiografia e da etnografia, pois psicólogo de formação, possa, de alguma maneira, ter me contaminado com o “objeto”, procurei compreender, com base na história oral (que é uma metodologia claramente interdisciplinar), as memórias e narrativas dos depoentes, como uma forma singular, de narrar o coletivo, a saber, as experiências da comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu. Tal assertiva é crucial que se leve em consideração, pois a história não pode ser tomada como algo neutro, e por isso, busquei interagir com os fatos que surgiram através das narrações, na medida do possível, atuando como aquele intermediário que apenas narra os fatos e que desperta algumas inquietações através dos depoimentos em torno da Casa de Portugal.

Neste capítulo foram reservadas algumas linhas para uma breve biografia dos depoentes, as respectivas identificações dos mesmos, registro de nomes e idades, trajetos percorridos até chegarem a Foz do Iguaçu. Ao tratar as biografias dos depoentes, não me preocupei em reunir ou organizar os elementos dispersos de suas vidas, mas na transcrição, buscou-se dar coesão às suas falas através do agrupamento de fatos, sentimentos e emoções, de modo a dar um sentido inteligível e coerente ao texto dissertativo.

Ao abordar as vivências dos sujeitos, esse trabalho traz à tona alguns fatos da imigração portuguesa no município de Foz do Iguaçu, fatos que se encontram imersos no presente. Mesmo sabendo que esse texto faz a interlocução das memórias de Manuel e João, e de suas singularidades, indiretamente acredito que falo um pouco das trajetórias e das memórias dessa comunidade. Dessa forma, além de contar fatos do cotidiano da

cidade, conto um pouco da história de outros portugueses chegados d'além mar que vieram ao Brasil em busca de melhores perspectivas e novas oportunidades.

Acredito também que, ao oportunizar aos narradores, a fala, promovo a escrita da história, pois a mesma sempre está à procura de um narrador. Quando decidi levar a cabo esse trabalho, estava convicto de que esses narradores apresentam “algo de significativo e especial”, não do ponto de vista da história convencional, mas da história de baixo, pois conforme pontua Bauer (2007), a necessária visão geral “de baixo”, a partir da experiência individual, só pode ser obtida com a ajuda da história oral (BAUER, 2007, p. 154).

Dessa forma, eu sabia que era importante e necessário “descer” até o microcosmo dessa singularidade, como nos aponta Ginzburg (2006) que nos diz que

“[...] Alguns estudos biográficos mostraram que um indivíduo medíocre, destituído de interesse por si mesmo – justamente por isso representativo –, pode ser pesquisado como se fosse um microcosmo de um estrato social num determinado período histórico...” (GINZBURG, 2006, p. 20)

È necessário dizer também que as histórias dos depoentes não são similares, mas que, em algum momento, elas convergem em torno da Casa de Portugal, que, a meu ver, teve o propósito, ainda que indiretamente, de congregar os portugueses em torno de uma identidade nação.

Assim sendo, através da imersão nas entrevistas viso explorar vivências e memórias dos depoentes, e como estas perpassam o singular e vão ao encontro do coletivo, girando em torno da Casa de Portugal. É através dessas vivências que se compreende que os narradores, ao contarem suas histórias, reúnem elementos dispersos de suas vidas e da comunidade portuguesa no município. É nessa etapa que a memória, como objeto de pesquisa, se revelou e se inseriu significativamente neste trabalho, a saber, através do desvelar da memória individual em relatos individuais, que, de certa forma, narram o coletivo, narrando à cidade e o grupo de pertencimento. É importante destacar também que, na medida em que os depoentes narraram suas vivências, se transformaram em personagens e protagonistas da história, e, ao mesmo tempo, conectaram temporalidades, entrelaçaram fatos e acontecimentos. Dessa forma, este trabalho buscou associar um pouco das biografias e das vivências dos depoentes com a história e memória dos imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu.

Importante destacar que esse trabalho não esgota as possibilidades de outras interpretações acerca de imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu, mas apresento aqui uma versão para a história dessa comunidade em suas andanças pela cidade. As narrativas se consistem na “pesquisa chão”, por assim dizer. Os relatos dos depoentes proporcionaram um registro relevante para a memória da sociedade iguaçuense, principalmente porque deixam algumas “migalhas” para a comunidade portuguesa. Assim sendo, exponho como a trajetória dos depoentes conta um pouco do movimento da comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu!

Vencida já a compreensão do conceito de memória coletiva, ainda que de forma sucinta, é crucial definir o que é ser “português”, e ao mesmo tempo, delimitar a categoria “identidade” portuguesa. Irei ampliar brevemente essa questão, pois se observou que ao narrarem, os depoentes se utilizaram de estratégias discursivas específicas, selecionando memórias que retratam a exaltação do “português”. Mas o que é a identidade do português? Para isso, de antemão é crucial compreender que o conceito de identidade teve sua origem na filosofia, que categoriza a identidade como algo que é diferente dos demais, porém idêntico a si mesmo. Nesse mesmo sentido, Habermas (1998) aponta que “a autoidentificação predicativa que efetua uma pessoa é, em certa medida, condição para que essa pessoa possa ser identificada genericamente e numericamente pelas demais” (HABERMAS, 1998, p. 457). Dessa forma, pode se compreender o “ser português”, ou melhor dizendo, que a identidade portuguesa é formada dialeticamente entre indivíduo e sociedade, sendo um processo mutável e em boa parte inconscientemente. Um exemplo para isso pode ser feito a partir dessa analogia: o indivíduo é ele mesmo e a sociedade, o espelho, ou seja, funciona como um processo de identificação própria reverberada pela identificação reconhecida pelos outros.

Ao se abordar a temática referente à identidade, é substancial compreendê-la como algo dinâmico dentro do indivíduo, e assim sendo, esse trabalho se socorre do conceito de identidade dado por Hall (2015), que nos diz que “aquele velho sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas” (HALL, 2015, p. 11).

Para este mesmo autor, as identidades estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais, assim sendo, pode se inferir que a identidade e

seus ajustamentos se refletem em ações dentro de determinado contexto. Hall (2014) aponta que as identidades

“[...] Surgem da narrativização do eu, mas a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui, de forma alguma, sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, ou seja, a “suturação à história” por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre em parte, construída na fantasia ou, a ao menos, no interior de um campo fantasmático. É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações de práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (HALL, 2014, p. 109).

Nesse mesmo sentido, Woodward (2014, p. 10) aponta que “a construção da identidade é *tanto* simbólica *quanto* social”. Ainda segundo essa autora, “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos” (WOODWARD, 2014, p. 11). Dessa forma, os discursos suntuosos e de exaltação à identidade do homem português, são uma forma de os narradores trazerem à tona o passado, de rememorarem o longínquo, uma demonstração de afeto e nostalgia para com a pátria mãe. Essas reivindicações e apelos discursivos se amparam no social e no simbólico, pois, como bem aponta Woodward (2014),

“[...] O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais” (WOODWARD, 2014, p. 14).

Dessas representações feitas, através das narrativas, os depoentes selecionaram de forma proposital alguns elementos de suas histórias de vida, utilizaram nuances discursivas, buscando um “encaixe” para si e para seu grupo de pertencimento. Nesse sentido, Hall (2015, p. 10) afirma que “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”.

Esse mesmo autor aponta que

“As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um *discurso* — um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações

quanto a concepção que temos de nós mesmos. As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas" (HALL, 2015, p. 31).

Tendo em mente que os conceitos de memória e identidade são inextricáveis, pode-se inferir que os relatos de memórias dos depoentes se revelaram e, porque não dizer, se desvelaram em vivências coletivas do grupo em que estão inseridos, muito mais do que apenas suas histórias de vida. Considerando o que afirma Barth (2011), "os processos identitários não existem fora de contexto" e, pode-se inferir que a comunidade portuguesa, como grupo social, se baseia em estratégias dicotomizadas para a construção social de uma "identidade", tendo em vista que, mesmo com as aproximações, as diferenças tendem a permanecer, apesar do contato interétnico (BARTH, 2011, p. 188).

Ainda segundo esse autor,

"Em primeiro lugar, fica claro que as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam. Em outras palavras, as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contato e informação. Mas acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, *apesar* das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais. Em segundo lugar, descobre-se que relações sociais estáveis, persistentes e muitas vezes de uma importância social vital, são mantidas através dessas fronteiras e são frequentemente baseadas precisamente nos estatutos étnicos dicotomizados. Em outras palavras, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário, frequentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes" (BARTH, 2011, p. 188).

Dessa forma, sendo as estratégias identitárias dialógicas e dicotomizantes, e segundo Woodward (2014) "marcada pela diferença" em "lugares particulares e em momentos particulares", se infere que por vezes surgem oportunidades de mimetização e, por vezes, alimenta-se a permanência das diferenças, que geralmente se dão através de práticas discursivas (WOODWARD, 2014, p. 11).

A fim de esclarecer com um exemplo, cito o conflito ocorrido a respeito da identidade do "português" e da representação criada em torno disso, em que as disputas e estratégias identitárias foram adotadas como marcadores sociais. O fato ocorreu num cenário de turbulência social e política no Brasil do século XIX, conforme bem descreve Venâncio (2007).

“No Brasil, a imigração, com certeza, também teve efeitos importantes. Um deles, ainda muito pouco estudado, diz respeito a sua relação com o processo de formação da identidade nacional. É bastante conhecido o fato de que, em meados do Século XIX, o debate intelectual brasileiro foi dominado por questões referentes à nacionalidade. Ora, o surgimento, nas principais cidades, de uma camada de portugueses pobres, em grande parte analfabetos, provenientes do meio rural, deve ter contribuído para a cristalização de uma nova imagem do antigo colonizador, uma imagem negativa que, de maneira preconceituosa, estigmatizava o português enquanto um indivíduo intelectualmente pouco qualificado. Quanto a isso, não deixa de ser sintomático o fato de que, na segunda metade do Século XIX, começam a ser registrados livros de anedotas, como o de Júlio Campina, que equiparavam os portugueses aos iletrados caboclos, operando, assim, uma sutil crítica à herança colonial” (VENÂNCIO, 2007, p. 75).

Dessa forma, se observa que *tanto* a sociedade que recebe os imigrantes, *quanto* os imigrantes, se veem em um dilema identitário em períodos em que emergem crises, como afirma Barth (2011, p. 194), “os atores usam identidades étnicas¹⁶ para categorizarem a si mesmos e aos outros”. Por tudo isso, ao se trabalhar com história oral e principalmente com narrativas que envolvem a questão identitária, é preciso relativizar as memórias, os discursos e o contexto.

3.1. Manuel Alves Pereira Martins e o monumento: significados da obra para as mãos que trabalharam

Antes de adentrar mais detalhadamente nos relatos dos depoentes, é crucial dizer que o município de Foz do Iguaçu, localizado no extremo Oeste do Paraná apresenta características bem específicas. O fato da cidade de Foz do Iguaçu fazer parte de uma fronteira tri-nacional (fronteira com o Paraguai e a Argentina) a torna uma cidade atípica. Dessa maneira, o município de Foz do Iguaçu se insere em um contexto macro. No que se refere ao tempo da chegada de Manuel à cidade, o contexto daquela época era de certa turbulência na América do Sul, que, de certo modo, esteve relacionado a uma corrida desenvolvimentista, e também a uma questão global que diz respeito à ideologização em uma conjuntura de guerra fria¹⁷. A partir disso, o Brasil percebeu uma oportunidade para se

¹⁶ “O termo grupo étnico, na bibliografia antropológica, é geralmente entendido (cf. Narrol, 1964) para designar uma população que: 1. Perpetua-se biologicamente de modo amplo; 2. Compartilha valores culturais fundamentais, realizados em patente unidade nas formas culturais; 3. Constitui um campo de comunicação e de interação; 4. Possui um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo” (BARTH, 2011, p. 189-190)

¹⁷ “A Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar, razoavelmente, como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. Pois, como observou o grande filósofo Thomas Hobbes, “a guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas

aproximar politicamente do Paraguai e “esfriar” a dependência exercida pela Argentina sobre o país. Para fazer isso, ou seja, facilitar essa aproximação e até mesmo diminuir a “rejeição” brasileira com referência ao Paraguai, devido à Guerra do Paraguai, o Brasil estabeleceu uma política de incentivo baseada na aplicação de créditos para o desenvolvimento urbano e auxílio na construção de infraestrutura do país vizinho. Alguns exemplos podem ser dados, como o caso da aprovação de uma lei de aplicação de crédito brasileiro (no ano de 1955) para a abertura de uma rodovia entre a cidade de Coronel Oviedo e Presidente Franco, no Paraguai e, para que essa rodovia pudesse ser concretizada, era necessário pensar em algo maior, então surgiu um acordo bilateral, entre o então presidente do Brasil e do Paraguai, Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961) e Alfredo Stroessner (1954-1989), quando em 1956 lançam a pedra fundamental da Ponte Internacional Brasil-Paraguai, cujo monumento pretendia ser o grande marco de “integração entre os países”, posteriormente rebatizada de Ponte da Amizade.

Outro momento que marcou o posicionamento brasileiro frente ao país vizinho foi o acordo firmado entre os chanceleres Raúl Sapena Pastor, do Paraguai, e José Carlos de Macedo Soares, do Brasil, quando, na ocasião, o porto paranaense de Paranaguá passou a ser Porto Franco Paraguaio (SILVA, 2012, p. 102). Todos os interesses em jogo não se atrelavam somente à questão macro, mas a região Oeste do Paraná também passou a despertar maior interesse pelo governo do estado, o qual passou a “cuidar” mais da região, sobretudo devido aos conflitos de terra que já se estendiam por alguns anos, mas que se

num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida" (Hobbes, capítulo 13). A Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX, foi sem dúvida um desses períodos. Gerações inteiras se criaram à sombra de batalhas nucleares globais que, acreditava-se firmemente, podiam estourar a qualquer momento, e devastar a humanidade. Na verdade, mesmo os que não acreditavam que qualquer um dos lados pretendia atacar o outro achavam difícil não ser pessimistas, pois a Lei de Murphy é uma das mais poderosas generalizações sobre as questões humanas ("Se algo pode dar errado, mais cedo ou mais tarde vai dar"). À medida que o tempo passava, mais e mais coisas podiam dar errado, política e tecnologicamente, num confronto nuclear permanente baseado na suposição de que só o medo da "destruição mútua inevitável" (adequadamente expresso na sigla MAD, das iniciais da expressão em inglês – *mutually assured destruction*) impediria um lado ou outro de dar o sempre pronto sinal para o planejado suicídio da civilização. Não aconteceu, mas por cerca de quarenta anos pareceu uma possibilidade diária. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética" (HOBBSAWM, 1995, p. 224).

agravaram com o levante dos posseiros de 1957 e no movimento separatista pró Estado do Iguaçu que, em tese, amenizou em 1968. Os olhos do governo do Estado do Paraná se voltaram para a região oeste. Segundo Wachowicz (1987),

“O homem do Sudoeste e do Oeste adquiriu na política paranaense um *status* próprio, maior personalidade histórica. Ele se fez em parte no levante dos posseiros de 1957 e no movimento separatista, que culminou em 1968. O governo do Estado passou a cuidar mais da região. As ligações com a capital multiplicaram-se. As estradas foram asfaltadas, as escolas superiores são inúmeras, o DDD e o DDI colocaram a região em contacto com o Brasil e o mundo, a televisão inclusive tem um canal na própria região, além das redes que ali penetram. Novos líderes apareceram. A região viu crescer de importância sua representatividade política e as suas peculiaridades regionais foram reconhecidas. Todas essas conquistas viriam naturalmente com o tempo, mas o movimento separatista do Iguaçu, indiscutivelmente as acelerou” (WACHOWICZ, 1987, p. 140)

É nesse tempo histórico que o senhor Manuel Alves Pereira Martins chega ao Brasil, cujo desembarque aconteceu no dia 22 de julho de 1954 na cidade do Rio de Janeiro – Figuras 1 e 2. Em sua trajetória rumo a Foz do Iguaçu, guiado pela expectativa de uma melhor condição de vida para ele e sua família, relata que estava ciente de que a construção da Ponte da Amizade era uma obra que duraria certo tempo para ser concluída, e decidiu por vir porque disse que seus filhos poderiam ter uma melhor condição de vida futuramente, além de frequentar a escola, pois ele mudava muito devido ao seu trabalho. Acabou mudando também à custa de seus poucos estudos, pois naquela conjuntura, não se encaixaria em outra área diversa daquela de seu ofício.

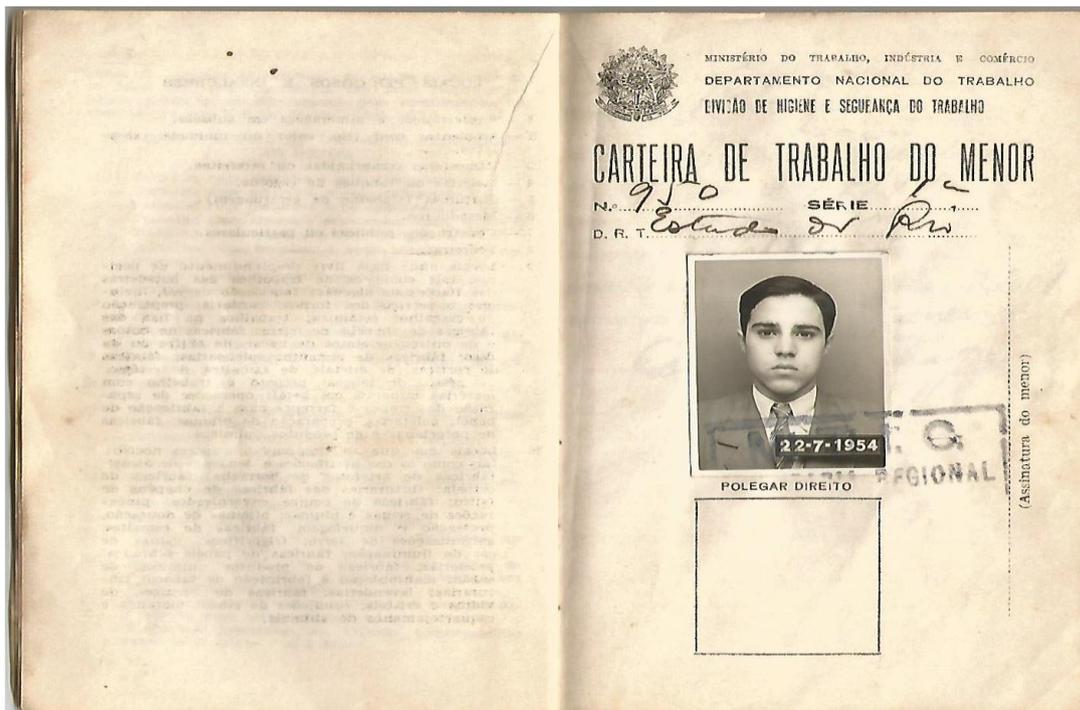


Figura 1: Foto da Carteira de Trabalho de Manuel Alves Pereira Martins. Fonte: Acervo pessoal do senhor Manuel Alves Pereira Martins.

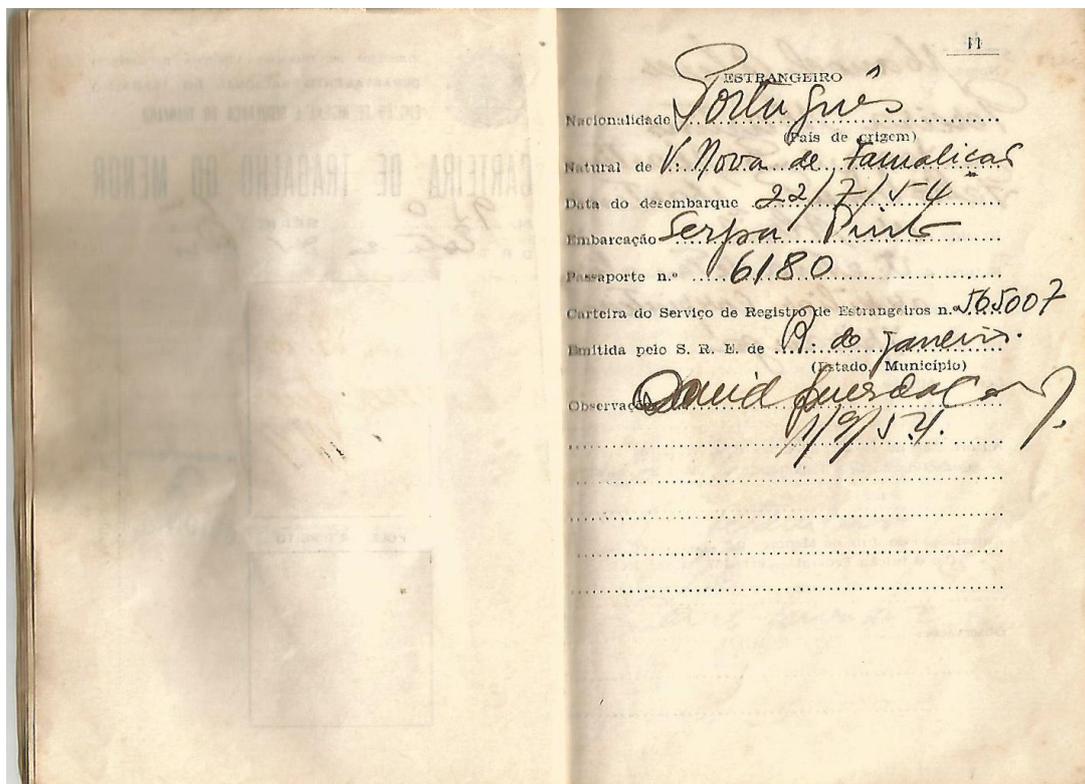


Figura 2: Foto da Carteira de Trabalho do Menor (Registro do desembarque no Brasil: 22 de julho de 1954). Fonte: Acervo pessoal de Manuel Alves Pereira Martins.

Segundo Manuel, ele está entre os portugueses que ingressaram na construção civil. Ele relata que a maioria dos imigrantes portugueses radicados no Rio de Janeiro se inseriam em ofícios ligados à construção civil, na qual havia muitas empreiteiras, a exemplo da Companhia Auxiliar de Viação e Obras - CAVO, Sindicato Nacional da Construção Pesada – SINICON, da Construtora Rabello e da Sociedade de Terraplanagem e Grandes Estruturas, Ltda. – SOTEGE. Esta última, de propriedade de um cidadão português¹⁸, cuja empresa trouxe um grande fluxo de trabalhadores para trabalharem diretamente na construção da Ponte da Amizade¹⁹. As empresas SOTEGE e Construtora Rabello foram as incumbidas da construção da Ponte da Amizade, inaugurada no ano de 1965, fato que marcou o início do processo comercial que viria a consolidar as cidades de Foz do Iguaçu e, principalmente, a cidade vizinha de Presidente *Stroessner*, atualmente *Ciudad del Este*, como principais centros comerciais da região. Importante salientar essa história, porque segundo aponta Rabossi (2007)

“[...] antes da fundação de *Puerto Presidente Stroessner*, atual *Ciudad del Este*, em 1957, os fluxos que estruturavam a região se davam entre Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, envolvendo tanto trocas comerciais como esquemas de circulação de pessoas” (RABOSSI, 2007, p. 290-291).

A construção da Ponte da Amizade também foi um marco que estreitou o ciclo econômico dos dois países, e dentre outros, ela também foi um dos fatores que fez com que o Paraguai sofresse o “boom” nos anos 90. Constata que a Ponte da Amizade não é simplesmente um marco incrustado na paisagem, pois muita coisa se extrai dos relatos de Manuel referente à sua participação na construção da mesma. Em seus relatos foi possível compreender a ênfase dada à participação do imigrante português na construção desse monumento, até mesmo porque a construção da Ponte Internacional da Amizade remodelou as relações transfronteiriças. Fazendo parte dessa história, primeiramente como

¹⁸ “A Sociedade de Terraplanagem e Grandes Estruturas – SOTEGE foi fundada pelo engenheiro João Alfredo Castilho, fundador, primeiro presidente e proprietário do escritório no qual funcionava e até hoje funciona o SINICON. Castilho tinha forte ligação com Juscelino, o que o levou a, após construir a Ponte da Amizade entre o Brasil e o Paraguai no governo JK, erguer uma casa no Paraguai com o formato das iniciais do presidente e lhe dar de presente, em terreno doado pelo presidente Alfredo Stroessner”. Fonte: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf> - Tese de Doutorado: Pedro Henrique Pedreira Campos. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

¹⁹ A Ponte da Amizade, que ligou as cidades de Foz do Iguaçu e Presidente Stroessner, na época, foi a ponte de maior arco em concreto armado do mundo. Sua construção ficou a cargo de uma comissão especial chefiada pelo engenheiro Almyr França e criada no DNER pelo Decreto nº 40.350 de 14 de novembro de 1956.

um imigrante, e depois como um português, Manuel faz questão de deixar vestígios e afirmar seu grau de participação nessa história, a saber, na construção da história da cidade. Em sua fala ele diz: “*eu sou um dos pioneiros dessa cidade, quando cheguei aqui não tinha nada, era tudo mato*”, e dessa forma, busca fixar raízes de pertencimento, manifestando assim, seu desejo pela cidade como fruto de sua escolha. É necessário dizer que assim como todo imigrante recém-chegado ao Brasil naquela época, Manuel trouxe na bagagem a expectativa por melhores condições de vida, pois sua primeira preocupação foi conseguir um emprego, e, como aprendera o ofício da carpintaria, como herança de seu pai, foi admitido em seu primeiro emprego nessa função, em 01 de agosto de 1954 pela Sociedade de Terraplenagem e Grandes Estruturas Ltda. – SOTEGE, quando ainda estava na cidade do Rio de Janeiro – Figuras 3 e 4.

12	13
Nome <i>Manoel Alves Pereira Martins</i> (Legível)	nome médico em de <i>Setembro</i> de 19.....
Matrícula <i>Joaquim T. Martins</i> <i>Felício Lima T. Martins</i>	Valido até de de 19..... (Consolidação Leis Trabalho, art. 418 pará. único)
Nascido a <i>14</i> de <i>Abril</i> de 19.....	Observações
Natural de <i>V. Nova de Fam. alien.</i>	Alfabetização: válida até de de 19..... (Consolidação Leis Trabalho, art. 419, § 1.º)
Profissão <i>auxiliar Carpinteiro</i>	Observações
Residência <i>Spiranga</i>	
Serviço Militar	
Autorização do Juiz de Menores n.º de (Consolidação Leis Trabalho, arts. 405, § 2.º e 406)	ORGÃO EXPEDIDOR <i>Friso Banca do Mar</i> (D. R. T. — Pósto — Cidade)
Autorização do Juiz de Menores n.º de Constituição Federal — art. 157, alínea IX)	Data <i>1</i> de <i>Setembro</i> de 19..... <i>JFL</i> (Funcionário)
Observações	<i>Cardoso</i> (Visto do Chefe)
	SOTEGE

Figura 3: Foto da Carteira de Trabalho de Manuel Alves Pereira Martins (Registro como Auxiliar de Carpinteiro): Fonte: Acervo pessoal de Manuel Alves Pereira Martins.

14	15
INCLUIDO Nº 48179921.294-6 CONTRATO DE TRABALHO	CONTRATO DE TRABALHO
Nome do Estabelecimento, Empresa ou Instituição SOCIEDADE DE T. AP. N. G. M. E. GRANDE e T. JUTURAS LTDA.	Nome do Estabelecimento, Empresa ou Instituição
Atividade econômica <i>Reconstrução civil</i>	Atividade econômica
Estado <i>Rio de Janeiro</i>	Estado
Cidade <i>Spiranga</i>	Cidade
Rua	Rua
Profissão <i>Ajd. carpinteiro</i>	Profissão
Exercida na <i>carpintaria</i> (Seção ou Setor do Estabelecimento)	Exercida na (Seção ou Setor do Estabelecimento)
Salário <i>R\$ 11.00 por hora</i>	Salário
Tipo de Salário (Mensal, Diário, Tarefa, etc.)	Tipo de Salário (Mensal, Diário, Tarefa, etc.)
Data da Admissão <i>1 de Agosto</i> de 19 <i>69</i>	Data da Admissão de de 19...
SOCIEDADE DE T. AP. N. G. M. E. GRANDE e T. JUTURAS LTDA. (Assinatura do Empregador) <i>Alcides Lima</i>	(Assinatura do Empregador)
Data da Saída de de 19...	Data da Saída de de 19...
COMPUTADORIA (Assinatura do Empregador)	(Assinatura do Empregador)

Figura 4: Foto da Carteira de Trabalho de Manuel Alves Pereira Martins (Registro como empregado da SOTEGE): Fonte: Acervo pessoal de Manuel Alves Pereira Martins.

Em suas memórias, Manuel relata como se deu sua vinda a Foz do Iguaçu, vindo a trabalho pela empresa SOTEGE, justamente para trabalhar na construção da Ponte da Amizade. Ao falar com o depoente acerca de suas histórias relacionadas com o trabalho na construção da Ponte da Amizade, a primeira coisa que ele fez foi pausar a entrevista e dirigir-se ao seu quarto, e retornando a sala, onde conversávamos, me ofereceu sua carteira de trabalho. Registro que esse gesto possui denso significado.

Além de esse gesto me fazer inferir que sua intenção era um método de eu não por à prova sua participação na construção da Ponte da Amizade, de modo que eu não pudesse duvidá-lo, outro fator que pude abstrair dessa ação de Manuel é que tal atitude denota que o trabalho para ele, está intimamente ligado à sua identidade. Assim sendo, esse é um ponto que mereceu destaque, e a esse respeito faço algumas considerações. O fato de ele compartilhar a sua Carteira de Trabalho comigo, algo tão íntimo, pessoal e ligado ao seu fazer laboral evidencia a importância de sua relação com o trabalho, cujas relações, sempre estão em uma permanente ebulição e movimento de forças. Através das narrativas feitas por Manuel, da oferta da carteira de trabalho e de determinadas fotografias ofertadas, me fez inferir acerca das tensões inerentes ao mundo do trabalho, asseveradas pelo modo de

produção capitalista, no qual se tem uma ideia aproximada da finalidade das atenções especiais a que Manuel se referiu quando expôs o que a firma proporcionava aos operários.

As estratégias que a “firma” utilizava se mesclava com o fator humano, pois a SOTEGE buscou aproximar um serviçal aos operários de mais baixo escalão, de modo a fazer um elo com a gerência do campo (o gerente como instrumento e como objeto), e neste caso, a vinda do Sr. Isidro²⁰, a quem a matéria do Jornal Oeste em Revista fez menção, seria uma espécie de capataz à disposição dos operários. Esses apontamentos tornam plausível uma hipótese, a de que as esferas produtivas dos espaços de trabalho estão intimamente ligadas ao disciplinamento e à docilização do trabalhador, e, mais recentemente, para o controle de si e do outro por meio de uma permanente mobilização subjetiva em direção à constituição do sujeito.

Nesse caso em específico, é possível inferir que a SOTEGE por meio dessa oferta de passeios, de missa(s) e do conduzir os filhos dos operários para a escola e os próprios operários para o campo de trabalho, tinha por finalidade o controle do corpo através de questões espirituais, morais e cívicas. Com esses apontamentos, quero propor a pensar que isso não estava somente ligado a um processo de docilização e a um nível de produtividade do trabalhador, mas também estava intimamente ligada a uma conjectura corroborada pelo contexto da época, uma conjuntura e ideologização de guerra fria em que aos olhos do capitalismo, a “onda vermelha” rondava a América Latina, a saber, o medo do comunismo preocupava, pois o mesmo inspirava guerrilhas, partidos comunistas e movimentos populares na América latina e alguns movimentos na América do Sul.

Portanto, quando Manuel narra essa história como trabalhador, se vislumbra *tanto* a importância do trabalho para ele e sua comunidade *quanto* a presença de fatores sociais, econômicos e políticos associados à região. Assim sendo, a SOTEGE e o trabalho tiveram grande impacto na vida de Manuel e do grupo de portugueses.

A empresa trouxe poucos profissionais, segundo Manuel, “*a mão de obra especializada era tudo portuguesa*”. Em seu discurso, ele busca produzir uma identidade social diferenciada para os imigrantes portugueses, pois segundo Berger e Luckmann (1978) “a identidade é produzida socialmente na interação entre os lugares e as pessoas, num processo dinâmico, vivo e dialético”, ou seja, a realidade acaba sendo formada pelos processos sociais, sendo estes processos, determinados pela estrutura social

²⁰ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pone-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

da divisão do trabalho, e, portanto, esses processos corroboram a formação e a conservação de determinada “identidade”. Sendo a maioria dos profissionais de nacionalidade portuguesa, os que sobraram, ou seja, a grande massa de trabalhadores que atuaram na construção da ponte era composta por trabalhadores paraguaios, argentinos e brasileiros. Um fator de peso no discurso de Manuel é o fato de como ele descreve a participação dos imigrantes portugueses na construção da Ponte da Amizade, “*uma obra de grande vulto no município*”, de fato, uma grandiosa obra da engenharia, sobretudo por se tratar de arco vão livre, a saber, o maior do mundo para a época, com 290 metros de vão livre. Essa construção em forma de arco foi desenhada e pensada a fim de não prejudicar a navegação, e precisou de um vão livre sustentado por um gigantesco arco de concreto²¹ - Figura 5, cuja armação fora trazida da cidade de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN.

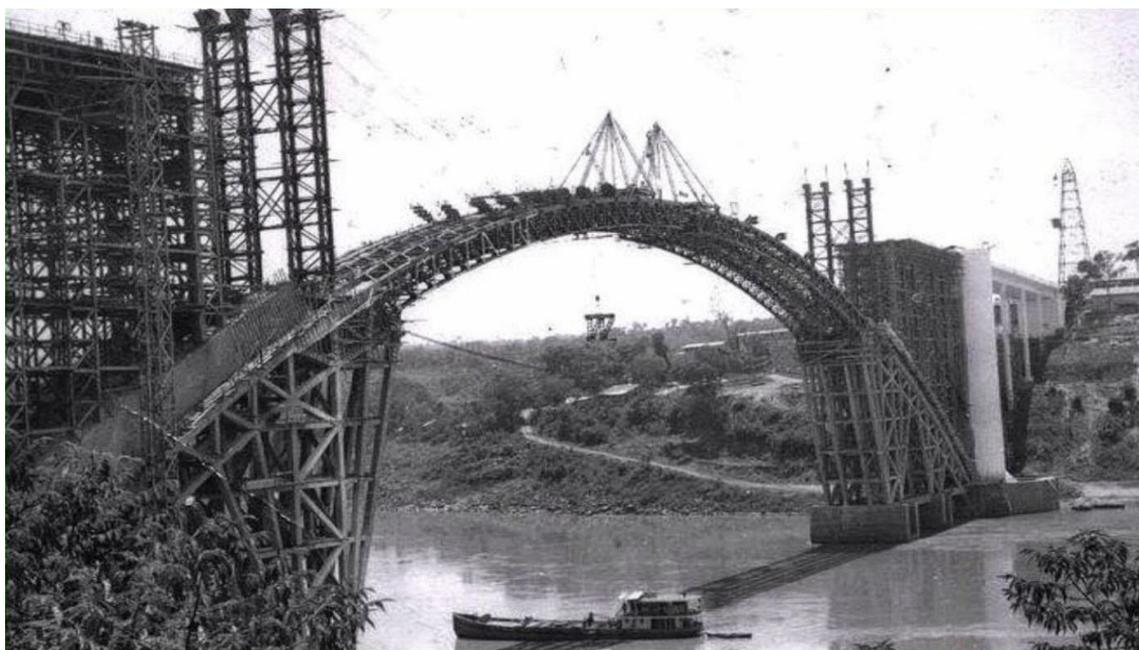


Figura 5 - Montagem da estrutura do arco da Ponte da Amizade para recebimento do concreto. Fonte: <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=fotos+da+constru%C3%A7%C3%A3o+da+ponte+da+amizade> - Acesso em: 23. Jun 2016.

²¹ A responsabilidade e tarefa da construção do imenso arco de sustentação da ponte foi entregue à Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, em Volta Redonda (RJ). A empresa teve por desafio construir e montar uma estrutura metálica especial com de 157,3 metros de comprimento, com 1.200 toneladas de aço. A estrutura saiu aos pedaços de Volta Redonda, distante 1.700 quilômetros de Foz do Iguaçu. O transporte dos pedaços da estrutura ficou a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Disponível em: http://jacolodel.blogspot.com.br/2011_04_26_archive.html (*Puente Presidente Stroessner: geopolítica, concreto e aço*) – Acesso em: 10. Jul 2016.

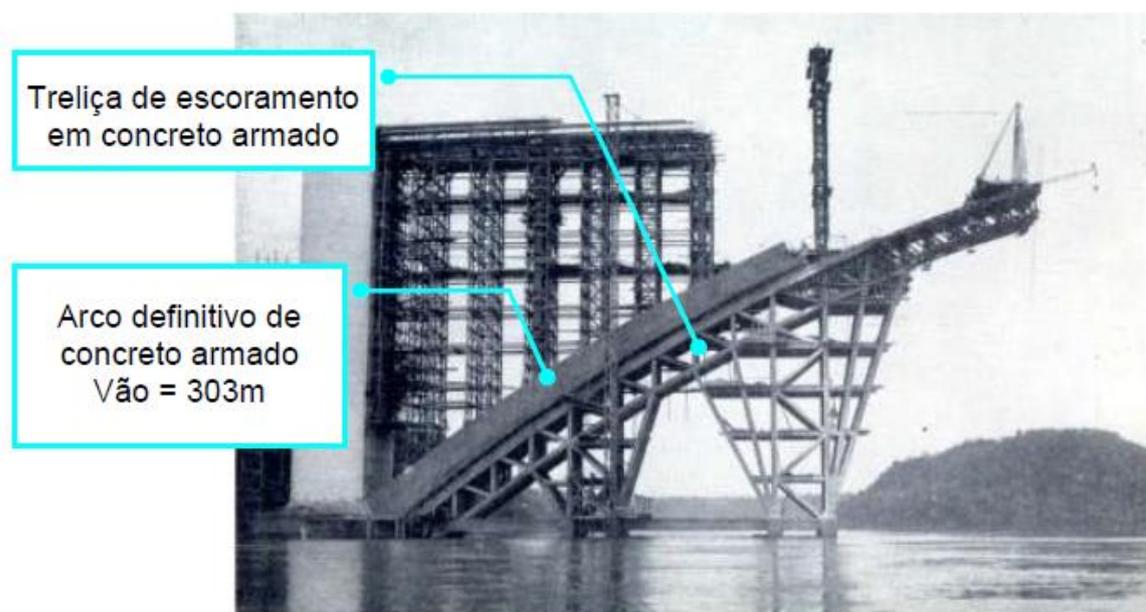


Figura 6 e 6.1 - Detalhes da montagem da estrutura do arco da Ponte da Amizade para recebimento do concreto. Fonte: <http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/ethomaz/baumgart/baumgart01.pdf> - Acesso em: 23. Jun 2016.

Ao observar a imagem da Figura 7, se tem noção do que o senhor Manuel se referiu quando disse “*eu sou um dos pioneiros dessa cidade, quando cheguei aqui não tinha nada, era tudo mato*”, pois as fotografias falam muito. Naquela época a transformação da natureza em “progresso” ainda se dava, principalmente, no corte e venda de madeira na região. Ao falar de sua condição e dos demais trabalhadores que atuaram na construção da Ponte da Amizade, o senhor Manuel relata as dificuldades,

“Naquele tempo era tudo difícil, a firma fez umas casinhas de madeira para nós, ali na região do Jardim América, por ali. Eram simples, mas até que eram bem ajeitadinhas, tudo de madeira...daí a firma tinha os ônibus que vinha buscar a gente para levar no canteiro de obras...nós fomos desbravador nesse lugar” (Manuel Alves Pereira Martins, 2016).

Indo ao encontro ao discurso de Manuel, e relativizando-o com a imagem abaixo, se observa que seu discurso é construído no sentido de manifestar seu espírito de desbravador, de pioneirismo na cidade, pois a todo o momento relatava que, no início, vivenciava uma condição extremamente difícil e de superação. Ao relatar que o “progresso não havia chegado por essas paragens”, revela sua vontade de se inserir como pioneiro, como aquele desbravador forte e destemido. Quando se analisa a fotografia, que demonstra a margem do lado paraguaio, realmente se vê uma densa mata e não se contempla edificação nenhuma.



Figura 7: Início da Construção da Ponte da Amizade (Em destaque a margem do lado paraguaio). Fonte: Fonte: Ivaenia De Giacomi Leite, Universidade Federal de Integração Latino Americana. – Disciplina: Estrutura de Concreto Armado – Ponte Internacional da Amizade, 2014, p. 4.

Outro fator que corrobora o depoente é o censo da época – Tabela 2, o qual demonstra o quantitativo populacional no final da década de 50 e início da década de 60, sendo que a população iguaçuense se resumia a 28.080 habitantes, e estimando homens aptos para o trabalho, esse número é bem ínfimo.

Ano	Total	População Urbana	População Rural
1950	16.420	3.400	13.020
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.970	20.150	13.820

Tabela 2: População de Foz do Iguaçu: 1950/1970²²

Então quando em seus relatos o senhor Manuel relata como marcante aquele momento, é o que de fato se verifica. Mas os significados da obra não estão apenas nos discursos do senhor Manuel, mas se percebe que estavam por todo o lado. Nesse sentido, o país vizinho chegou a lançar selos, postais e uma medalha em alusão à construção da ponte, como se observa nas figuras 8, 8.1 e 9, 9.1.



Figura 8 e 8.1– Selo e Postal paraguaio em alusão à construção da ponte da amizade. Fonte: <http://jie.itaipu.gov.br/node/42522>. Acesso em: 23. Jun 2016.

²² Fonte: Censo Demográfico, IBGE 1950 e 1960 e 1970.



Figura 9 e 9.1 – O Paraguai chegou a lançar a medalha acima para marcar a inauguração da ponte. No verso, a inscrição, “*Paz y Justicia*”, embora o slogan do governo de Stroessner fosse “*Paz y Progreso*”, cujo lema e suas variações estavam presentes nas transmissões de rádio, de televisão, na imprensa, em cartazes, em letreiros e em vários outros espaços e instrumentos de propaganda. Fonte: <http://jie.itaipu.gov.br/node/42522>. Acesso em: 23. Jun 2016.

Ao falar sobre estas imagens, não pretendo me ater aos seus aspectos meramente ilustrativos, mas fomentar uma reflexão acerca da fotografia como produtora de um discurso imagético do indivíduo e de seu contexto. Dessa forma, as fotografias “funcionam” também como um recorte histórico e recurso imagético de dado momento histórico. Através delas, o pesquisador pode fazer uma análise dos discursos impregnados nas mesmas. Um dado que emergiu por várias vezes durante os discursos do senhor Manuel foi o fato da ligação dos portugueses vindos ao município e a Construtora SOTEGE, que, em certo período, chegou a trazer duzentos e cinquenta operários para trabalharem na obra da ponte, em sua grande maioria, composta de imigrantes portugueses. Esse discurso não ficou bem claro, mas, ao que tudo indica, o depoente busca em suas discursividades, uma identificação de efeitos e sentidos entre a comunidade portuguesa e a construção de uma obra de grande vulto no município. Ele ainda salienta, “*a empresa era de propriedade de portugueses, o dono era o Castilho, os trabalhadores, “os encarregados” (como se referiu a ele mesmo), eram todos portugueses*”. Essa assertiva não é de se admirar, pois o próprio modelo do arco de concreto armado da Ponte da Amizade foi um modelo “importado” da ponte rodoviária do Rio Douro, em Portugal²³, cuja ponte tem 270 metros de arco em vão livre. Através de seus relatos e, principalmente,

²³ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pone-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

pela obra na época ser recorde mundial de arco de vão livre e destaque de engenharia, quando fala da obra, a representa como um monumento, sobretudo pelos ares de grandiosidade com que relata a sua participação e de seus compatriotas, quando recorda o cotidiano daquele momento e chega a dizer que

“[...] no alto (auge) da obra, a construção empregava cerca de quase mil homens trabalhando no canteiro. A maioria morava nas casas feita pela empresa, era tudo de madeira, mas bem feita. Havia um ônibus que levava os operários para o trabalho, também levava as crianças para a escola. As vezes levava a gente nos passeios fim de semana...eu e minha família sempre íamos” (Manuel Alves Pereira Martins, 2016).

Ao mapear suas memórias no que tange a sua participação na construção da ponte da amizade, se tem uma visão emblemática daquele período e de como o depoente vê aquele período, sobretudo, porque essas memórias trazem à tona os discursos, as imagens que o cercam, que de alguma forma, transformaram seu mundo, sua identidade e seu grupo de pertencimento.

3.2. O monumento: lazer, culto à Fátima e a missa em torno ao canteiro de obras

“*A empresa fez bem esse papel*”, é o que afirma Manuel. A firma (SOTEGE) proporcionava transporte aos trabalhadores em um ônibus caracterizado, que ficava à disposição para conduzir alguns trabalhadores até o canteiro de obras. Também conduzia os filhos dos trabalhadores para escola, trabalhadores e seus familiares a passeios em fins de semana. Manuel relata que ele e sua família e alguns trabalhadores foram levados para um momento de lazer em visita às Cataratas do Iguaçu. A missa realizada pelos missionários em culto à Nossa Senhora de Fátima no ano de 1960 (Figura 10) foi outro momento de bastante relevância. Para o senhor Manuel, esse momento era dedicado aos trabalhadores do canteiro de obras na Ponte da Amizade, mas, em especial, denotava um cuidado espiritual e um apelo aos portugueses, a nossa senhora de Fátima, pois a maioria nunca se afastara das raízes católicas,

“Como a maioria dos operários eram portugueses, bom, pelo menos os dirigentes e encarregados, desse jeito, a empresa solicitou a mudança de local da missa que estava planejada acontecer na igreja do centro. Sabe, a igreja matriz,

então decidiram fazer na cabeceira da Ponte da Amizade, próximo ao canteiro de obras... o canteiro encheu de gente para assistir a missa” (Manuel Alves Pereira Martins, 2016).



Figura 10: Foto do culto à Nossa Senhora de Fátima, realizado próximo ao canteiro de obras da ponte da amizade: Fonte: Acervo pessoal de Manuel Alves Pereira Martins.

Observa que a empresa acompanhava os trabalhadores para além da atividade produtiva, mas também, em seus fazeres cotidianos. Ao falar da missa, o senhor Manuel fala que *“a maioria daquele povo era tudo católico”*, e que não ouvira falar e nem tampouco conhecia pessoas de outra denominação. E acrescenta, *“somos um povo que tem por costume se reunir”*. No decorrer de uma das entrevistas, ele relatou que *“naquela época era tudo difícil, não havia facilidade como se tem hoje”*, se referindo às escassas possibilidades para registros de alguns fatos. Fez esta menção quando solicitei se possuía fotos ou registros, cartas trocadas com parentes, recortes de jornais da época, mencionando a participação portuguesa na construção da Ponte da Amizade ou algum registro pessoal seu. Foi então que tive acesso às fotos, gentilmente, cedidas por Manuel para a elaboração desta pesquisa, bem como de alguns documentos pessoais e de seus preciosos relatos.

Quando Manuel relata suas vivências em torno à obra, fala de um momento “ímpar” que a cidade estava vivendo. Em parte, esse discurso era construído pela imprensa,

como se observa no trecho a seguir, extraído de matéria veiculada no Jornal Oeste em Revista,

“[...] a Ponte Internacional pode ser considerada, em seu todo, como obra ímpar de excepcional valor técnico e digna de ser admirada e discutida pelos maiores engenheiros do mundo. Pode estar certo o leitor que não vai nesta nossa assertiva nenhum exagero. Quando concluída, a gigantesca obra provocará a admiração de leigos e técnicos, constituindo-se motivo de justo orgulho para nós outros, brasileiros. Uma revista especializada, reportando-se aos trabalhos da Ponte, esclareceu que serão empregados, na construção, perto de 170 mil sacas de cimento de 50 kg e 1.900 toneladas de aço. Esses cálculos, segundo dados que conseguimos colher recentemente junto a firma construtora, sofrerão pequenos acréscimos, mormente no que diz respeito ao cimento e aço.” (Jornal Oeste em Revista, 1960 (Sem data de publicação))²⁴.

Nesse mesmo sentido, a imprensa também enaltecia a relação da empresa com os operários, enfatizando a questão assistencial, conforto e remuneração salarial, conforme se depreende da matéria jornalística,

“A SOTAGE está trabalhando no local das obras (distante 3 kms. do centro) com um maquinário moderno e avaliado, pela reportagem, em mais de cem milhões de cruzeiros. Um grande acampamento, construído pela firma, abriga máquinas e veículos. Nesse conforto (luz elétrica e poço artesiano) foram construídas casas para os operários. Estes, além de perceberem os melhores salários da região, recebem atenções especiais da firma. Um moderno e confortável ônibus foi mandado do Rio, Sr. Isidro Pereira da Costa, Costa, Diretor de construção da SOTAGE, para servir ao pessoal da “vila”, como é mais conhecido o acampamento, cortado de alto a baixo por uma larga e bem conservada rua. O ônibus transporta, duas vezes por dia, as crianças, filhas dos operários, até o centro, para que elas possam frequentar a escola. Aos sábados, feriados e domingos, os trabalhadores e suas famílias servem-se do veículo para virem ao cinema. Não raro, os homens saem de ônibus para alguma “pelada”, nos domingos, em locais mais distantes. (Sem data de publicação))²⁵

Do trecho acima, se vislumbra o que Manuel relatou sobre os operários receberem atenções especiais da firma. Quando fez menção a esse fato, se referiu aos portugueses. Assim pode se inferir que aquele momento tinha impregnados os sentidos do depoente e dos trabalhadores. Em seus discursos pude observar uma ênfase ao “português” quando o senhor Manuel relata que a mão de obra especializada era toda vinda do Rio de Janeiro,

²⁴ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pone-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

²⁵ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pone-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

sendo a maioria composta de portugueses, como ele destaca, “*a obra até que empregou poucos trabalhadores, mas a maioria era portugueses*”, o que não destoia de algumas matérias veiculadas na época, conforme se visualiza na matéria veiculada pelo Jornal Oeste em Revista,

“Um trabalho que mantém ocupado 250 homens – 150 do “lado de cá”, isto é, do lado brasileiro, e 100 na margem paraguaia, sem que tivesse surgido até hoje um desentendimento mais sério entre os operários. Aliás, grande número desses trabalhadores veio do Rio, pois já estavam, ali, a serviço da firma há muitos anos” (Jornal Oeste em Revista, 1960 (Sem data de publicação))²⁶.

Ao narrar a sua participação e a de seus compatriotas portugueses na construção da Ponte da Amizade, o senhor Manuel enfatiza que a empresa tinha olhos especiais para essa comunidade, e fez certa ênfase quando relatou *tanto* o episódio da missa à Nossa Senhora de Fátima, *quanto* os passeios proporcionados pela empresa com os operários, que segundo ele, foram muitos. Ao falar dos passeios, o senhor Manuel relata que era difícil registrar aqueles momentos, mas que, em certa ocasião, pôde ter esse registro, quando ele e sua família foram contemplados pela empresa com um passeio às Cataratas do Iguaçu, conforme se observa na Figura 11.



Figura 11: Foto que registra o passeio que a SOTEGE proporcionou ao senhor Manuel e sua família e a alguns operários - Visita ao Hotel das Cataratas e as quedas d'água: Fonte: Acervo pessoal do senhor Manuel Alves Pereira Martins.

²⁶ Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-ponde-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

Outro evento marcante que o senhor Manuel destaca com certa ênfase e alegria é o fato de ter trabalhado e estado próximo ao engenheiro José Rodrigues Leite de Almeida, Diretor Técnico da SOTEGE (figura 12). Inclusive lembra-se de um churrasco em que participaram os “encarregados”, que é como o senhor Manuel se referiu à função que ocupava. Segundo ele,

“o seu José era português também. A firma era de três sócios portugueses. O seu José não ficava só na casinha dos engenheiros, ele ficava andando pela obra, de um lado pra outro... Era rígido e fiscalizava a obra a todo o momento, quando via um erro já mandava consertar na hora” (Manuel Alves Pereira Martins, 2016).



Figura 12: Foto do churrasco feito por alguns portugueses, em que o primeiro da esquerda para direita é o senhor Manuel e ao seu lado sua esposa (encarregados e esposas), tendo ao centro de chapéu o Engenheiro José Rodrigues Leite de Almeida, Diretor Técnico da SOTEGE: Fonte: Acervo pessoal do senhor Manuel Alves Pereira Martins.

Dessas fotografias cedidas por Manuel, além de, por meio delas ele querer mostrar seu lado de “pioneirismo” na cidade, elas demonstram um pouco do contexto da época. Assim sendo, o que pretendo com os usos das mesmas é mostrar a forte relação de pertencimento que o senhor Manuel e o grupo de portugueses têm com a cidade. Essas memórias visuais, “as fotografias”, ficam para a posteridade, ao mesmo tempo em que

evidenciam as paisagens construídas materialmente e no imaginário do depoente. As fotografias e os relatos dos depoentes são migalhas e fragmentos da história do “homem comum”, da história do município.

Dessas imagens fica uma grande contribuição à memória da cidade.

3.3. As narrativas e a Ponte da Amizade como monumento

Sem querer hierarquizar os fatos narrados em ordem de relevância, optei por elencar algumas falas que narram um pouco do cotidiano da cidade, e, ao mesmo tempo, tomou-se o cuidado de relativizar os fatos narrados, até mesmo porque não foi intenção investigar os fatos trazidos à baila nas narrativas, com o fim de promover uma inquirição em busca de uma verdade histórica, mas as narrativas foram “manuseadas” no sentido de dar um molde mais acadêmico à pesquisa. O que proponho é o entrelaçamento das narrações com os fatos históricos mediados de alguma forma naquela ocasião, embora se reconheça que a imprensa interfere na recuperação da memória. Assim sendo, não houve uma busca incessante pela autenticidade dos relatos, mas a busca se deu no sentido de satisfazer a historiografia, sobretudo porque a Ponte da Amizade representa um marco na história do município, e, por envolver milhares de pessoas, se insere no cenário iguaçuense como uma produtora de memórias.

Com o objetivo de sustentar essa trama, também me pareceu fundamental esclarecer o cidadão de foz do Iguaçu, principalmente aqueles que não vivenciaram aquele momento histórico, que por vezes, essa obra é tomada como um simples marco incrustado na paisagem do município, como algo natural, sem nos darmos conta de sua suntuosidade, pois afinal de contas, é ela a obra de maior importância econômica para a cidade, assim como o porto de Paranaguá está para o Estado. Esse fato é relevante de se mencionar porque há um discurso em apresentar a Itaipu Binacional como a obra mais importante para o município, embora essa obra tenha sua relevância, e há que se considerar isso, mas é a Ponte da Amizade que reflete um valor multidimensional, tanto no que se refere ao fluxo de pessoas, bem como ao fluxo econômico, o qual é marcado pelo comércio exportador e importador de Foz do Iguaçu e entre os dois países. Portanto, é a ponte da amizade que desempenha um importante papel nesse circuito, por estar diretamente ligada aos conjuntos de processos e aos fluxos que dão maior fluidez e multiplicação do capital.

A obra em si é importante para a cidade e, para Manuel, não é diferente, pois quando narra essa história produz muitos significados acerca de sua participação na construção, e como esse fato emergiu várias vezes durante as entrevistas, mereceu destaque. Acerca da participação na construção da Ponte da Amizade, é preciso dizer que, ao chegarem a Foz do Iguaçu, os imigrantes portugueses se depararam com um “cenário já construído”. Entendo que tal cenário remete às “exuberâncias” naturais e os discursos produzidos na direção de um desenvolvimento turístico. Estes discursos buscam promover uma contemplação e, ao mesmo tempo, direcionar o olhar para alguns pontos, a exemplo do Parque Nacional e as Cataratas do Iguaçu. Pode-se inferir que Manuel e os imigrantes portugueses buscam ser partícipes da história do município, através das narrativas e das obras feitas pelas mãos dos homens que trabalharam. Portanto, quando Manuel enfatiza sua participação e a participação de sua comunidade na construção da Ponte da Amizade, ele busca emoldurar um cenário no meio das belezas naturais de Foz do Iguaçu. Os “bravos imigrantes pioneiros” querem deixar marcas por meio de exposições narrativas que enaltecem esse grupo de imigrantes.

Assim como as narrativas de Manuel buscam enaltecer a sua participação e a participação portuguesa na construção da Ponte da Amizade, elas também buscam enaltecer o próprio homem diante das obras da natureza, ou seja, enaltecer o que os homens fizeram. Portanto, o que analiso são os significados e os sentidos que Manuel atribuiu a si mesmo, a seu grupo de pertencimento e à obra. Diante dessas representações²⁷ trazidas à baila pelo depoente, tratei esse fato histórico da construção da ponte como um monumento.

Ao narrar, Manuel diz que o município e seus moradores não dão o devido valor à história da construção da ponte da amizade, ele inclusive remonta a um fato que está esquecido, mas que para ele, é bem conhecido,

[...] “a pedra fundamental da Ponte da Amizade foi em outro ponto, não no lugar que a ponte está hoje, ela está nesse lugar porque foram feitos uns estudos

²⁷ “Roger Chartier argumenta que a incorporação das representações pelos sujeitos não exclui a possibilidade de desvios. A eficácia das mensagens produzidas e comunicadas pela escrita de textos depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico-culturais dos receptores. Por isso, o efeito não é unívoco e mensagens similares podem ser interpretadas de maneiras diferentes, produzindo ações diferentes, donde as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados” (CHARTIER, 1991, p. 177).

topográficos e de engenharia e viram que não seria possível onde o JK fez a pedra... Esse episódio não é conhecido de ninguém... Mas eu sei, essa pedra foi construída mais ou menos onde hoje é a Vila Paraguaia, bem mais pra baixo daonde está a ponte hoje...” (Manuel Alves Pereira Martins, 2016)

A pedra fundamental!

Essa informação, trazida à tona por Manuel, é importante não apenas por ser um marco simbólico construído no município. Mas faço a análise, porque a ausência de registros, também torna ausente a memória e a história. Quero dizer que a pedra em si é obsoleta, mas se não se registra a memória, se perde o significado da coisa, a saber, as histórias concatenadas com o fato, que são inúmeras. A esse respeito, pode-se citar algumas que continuam esquecidas, como, por exemplo: a vinda de Juscelino Kubitschek a Foz do Iguaçu para lançamento da pedra fundamental; a data do fato; como foi a escolta presidencial até o hotel onde o presidente ficou hospedado; qual o hotel; quem dirigiu o veículo; quem carregou sua bagagem; quem o acompanhava em sua comitiva; como tal fato repercutiu na imprensa e na comunidade iguaçuense. Desses fatos, sem hierarquizá-los em ordem de importância, todos são dignos da história, todos são produtores de memórias. Outros poderiam ser elencados. Tal notícia pode parecer um disparate para aquele que está um pouco distante da história do município de Foz do Iguaçu.

Mas na busca documental, houve alguns achados importantes que foram corroborados pelos fatos narrados e pelos fatos midiáticos. Um desses exemplos que pode ser aqui apontado é a matéria divulgada no Jornal Oeste em Revista²⁸ - Figura 13, que aponta uma fala do então Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, que demonstra sua preocupação em acelerar a construção da obra e terminá-la ainda antes do final do ano de 1960. Dessa matéria pude abstrair algumas questões que me pareceram relevantes.

Ao concatenar as narrações do senhor Manuel e a notícia em jornal da época constata-se um profundo vazio deixado na história, que a nosso ver se caracteriza como um apagamento de memórias, apagamento levado a cabo de maneira proposital. A fala nesse sentido se resume ao fato de a mídia nacional, principalmente a imprensa oficial²⁹ naquele momento, afirmar apenas que fora utilizada tecnologia e mão de obra exclusivamente nacional na construção da Ponte da Amizade. Importante frisar, que ainda, nos dias de

²⁸ Fonte: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pona-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

²⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7Te5KyxrAHE> – Acesso em: 21. Maio 2016.

hoje, ao se acessar vídeos ou matérias jornalísticas, não somente da época, não encontramos relatos da participação de paraguaios, argentinos, e ou portugueses na construção de tal obra.

Sob os auspícios de AMAMBHAY LTDA.
OESTE EM REVISTA

JK Quer Inaugurar A Ponte Internacional Em 1960

ENGENHEIROS DA SOTEGE FORAM À ALEMANHA ENCOMENDAR GIGANTESCA ESTRUTURA METÁLICA PARA PODEREM CONCLUIR OS TRABALHOS NO PRAZO CERTO — DUZENTOS E CINQUENTA HOMENS ESTÃO SENDO EMPREGADOS NAS OBRAS, JÁ BEM ADIANTADAS — UM "RECORD" MUNDIAL — MÁXIMO EMPENHO PARA A ENTREGA DA PONTE NO ANO VINDOURO.

(Última de uma série de duas reportagens)

Duzentos e cinquenta homens estão sendo empregados nas obras, já bem adiantadas, da Ponte Internacional Brasil-Paraguai. Os trabalhos na construção desse arrojado empreendimento de engenharia confiado exclusivamente a técnicos nacionais, estão sendo intensificados, à medida que se aproxima o prazo previsto para a sua conclusão.

Conforme tivemos a oportunidade de ressaltar em nosso último número, essa ponte, uma vez concluída, virá beneficiar sobremaneira o nosso Município, possibilitando-lhe novas fontes de renda, com a intensificação, inclusive do turismo. E a cidade poderá, dispondo de outros recursos, adquirir nova "roupagem", recebendo melhoramentos de há muito reclamados.

Eis porque merece esse emprenhamento — das metas de JK — especial atenção de nossa parte. A Ponte Internacional será, por sem dúvida, o maior e o mais recente do Governo Federal a Foz do Iguaçu — cidade ainda acanhada, sem conforto e, no entanto, conhecida no mundo inteiro pelas suas fabulosas cataratas. Uma vez concluída a Ponte, o nosso com rio com o Paraguai se intensificará e muitos produtos do vizinho País passarão pelo Município rumo ao Pôrto de Paranaguá. Foz do Iguaçu será a "porta" desse ativo comércio com a Nação irmã e daí os benefícios que logicamente auferirá. Além do mais, ao turista deslumbrado com a inextinguível beleza das nossas Cataratas, se oferecerá a oportunidade de, não só conhecer uma das mais notáveis obras da moderna engenharia como, também, de dar um "pulinho" à Assunção, porque poucas horas nos separarão, por

a intensificação, principalmente, do turismo. E a Associação que tenho a honra de presidir, está a postos para prestar, ao Poder Público Municipal, a cooperação que se fizer necessária para que a cidade seja dotada dos melhoramentos indispensáveis para oferecer, ao visitante, os recursos e o conforto que de por certo esperará encontrar entre nós".

UM "RECORD" MUNDIAL

Em nossa última edição, publicamos alguns dados técnicos a respeito da arrojada obra de engenharia, cuja execução foi confiada pelo Governo Federal à SOTEGE — Sociedade de Terraplanagem e Grandes Estruturas, Ltda. Desde então que a Ponte Internacional Brasil-Paraguai detém um "record": o seu arco de concreto armado, isto é, o seu vão teórico, será o maior do mundo, com 299 metros. O que mais se lhe aproxima é o da Ponte Rodoviária do Rio Douro (Portugal), com 270 metros.

O projetista da Ponte, engenheiro José Rodrigues Leite de Almeida, Diretor-Técnico da Sotega e autor de outros e importantes projetos, tem recebido os maiores elogios pelo seu trabalho. Moço, ainda, José de Almeida empolgou-se pela tarefa que lhe havia sido confiada e de tal forma se preocupou com o assunto, que deu ao mundo umaidade e do arrojado da nossa engenharia. Sem favor algum, a Ponte

junto à firma construtora, sofrerão pequenos acréscimos, momentaneamente no que diz respeito ao volume e ao aço.

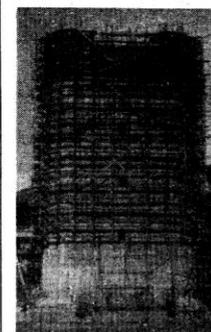
OPERÁRIOS: ASSISTÊNCIA, CONFORTO E BONS SALÁRIOS

A SOTEGE está trabalhando no local das obras (distante 3 kms. do centro) com um maquinário moderno e avaliado, pela reportagem, em mais de cem milhões de cruzeiros. Um grande acampamento, construído pela firma, abriga máquinas e veículos. Nesse mesmo acampamento, dotado de conforto (luz elétrica e pólo artesiano) foram construídas casas para os operários. Estes, além de perceberem os melhores salários da região, recebem atenções especiais da firma. Um moderno e confortável ônibus foi mandado do Rio, sr. Isidoro Pereira da Costa, Costa, Diretor de Construção da SOTEGE, para servir ao pessoal da "Vila", como é mais conhecido o acampamento, cortado de alto a baixo por uma larga e bem conservada rua. O ônibus transporta, duas vezes por dia, as crianças, filhas dos operários, até o centro, para que elas possam frequentar a escola. Aos sábados, feriados e domingos, os trabalhadores e suas famílias servem-se do veículo para irem ao cinema.

Não raro, os homens saem de ônibus para alguma "pelada", nos domingos em locais mais distantes.

particular, meio difícil, lá está para resolvê-lo para o trabalhador o calmo Mestre de obras, Arthur Ezequiel da Silva (funcionário veterano da firma). É uma espécie de "compadre" de todos os operários que residem na "Vila" e que não hesitam em consultá-lo pedindo-lhe a ajuda para a solução de seus "laços". Com o seu modo todo pessoal de encarar as coisas, sempre com um sorriso franco e cordial, o "seu" Arthur vai acomodando as situações e mantendo a camaradagem e a disciplina no trabalho — um trabalho que mantém ocupados 250 homens — 150 do "lado de cá" isto é, do lado brasileiro, e 100 na margem paraguaiá, sem que tivesse surgido até hoje um desentendimento mais sério entre os operários. E — o que é digno de registro — a firma jamais teve qualquer questão trabalhista com obreiros seus.

Isto porque, preocupada com o bem estar de quantos estão sob sua dependência econômica, pagando salários compensadores, dispensando aos operários inclusive cuidados médicos, dando-lhes moradia e respeitando-lhe os direitos, a SOTEGE pode manter o



Um dos pilões da Ponte. Tudo faz crer que a monumental obra será concluída mesmo até o ano vindouro.

clima de disciplina e harmonia necessário numa obra de tão grande vulto e responsabilidade. Aliás, grande número desses trabalhadores veio do Rio, pois já estavam, ali, a serviço da firma desde há muitos anos.

(Cont. na pág. 6)

ANIVERSÁRIOS

"Oeste em Revista" tem a satisfação de registrar os seguintes aniversários natalícios:

Dia 6 de abril, do sr. ROBERTO SIMÕES, contador do Escritório Iltan e pessoa muito relacionada com Dia 1.º de Maio, da Senhora JUDACY ROCHA SIMÕES, virtuosa esposa do sr. Roberto Simões e fi-

lhos do nosso Club por período de um ano, composto dos seguintes membros: Presidente de Honra: Dr. Saulo Ferreira; Presidente, Victorio Basso; Vice-Presidente, Antonio Motta; 1.º Secretário, Roberto Simões; 2.º Secretário, Carlos Luiz Samways; 1.º Tesoureiro, Walter Ferreira; 2.º Tesoureiro, Augusto Nélcor de Oliveira; Diretor Social, Jairo Celso Pontieri; Diretor Esportivo,

Figura 13 - Jornal Oeste em Revista – Traz a matéria enfatizando a vinda de 250 trabalhadores trazidos pela empresa SOTEGE, como enfatizado pelo senhor Manuel. Fonte: Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pone-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/> (Sem data de publicação). Acesso em: 21. Maio 2016.

Diante desses fatos, se percebe que ao trabalhar com fontes orais, ou seja, quando abordei os relatos de memória do senhor Manuel, ficou claro que o apagamento de memórias ocorreu. É possível inferir isso porque todos os argumentos da imprensa oficial asseveravam o caráter exclusivamente nacional na construção da Ponte da Amizade e, neste discurso oficial, ficou clara a presença de uma ideologização nacionalista, próprio dos regimes militares de outrora³⁰. Percebe um distanciamento entre o discurso e os fatos, ou seja, alguns pontos não se concatenam, aliás, se contrapõe.

³⁰ "A Ponte Internacional da Amizade foi construída durante as décadas de 1950 e 1960, liga a cidade de Foz de Iguaçu e Cidade do Leste no Paraguai, através de um tratado assinado em 29 de maio de 1956 pelos governos do Brasil e Paraguai, em 14 de novembro, no mesmo ano, foi formada a comissão Especial

Assim sendo, a fala do senhor Manuel desconstrói! Ou seja, o corpo de memórias produzido em suas narrativas apresenta uma história original e, em alguns pontos, diversa da história dos documentos convencionais e probatórios da época. Mesmo que sua trajetória de vida dê a impressão de estar inserida apenas dentro de uma visão micro, é necessário entender que, ao se eleger um sujeito e sua história, é possível chegar num contexto sócio-histórico. A esse respeito, muito nos ensina Ginzburg (2006) quando traz à baila sua pesquisa sobre Menochio, moleiro friulano por nome de Domenico Scandela, quando faz sua trama nos servir de exemplo de sujeito histórico, concatenando macro e micro-história (GINZBURG, 2006, p. 117). Através dessa obra, Ginzburg faz de seu objeto de análise não somente o ator principal, “Menochio”, mas faz uma análise daquele momento histórico, a saber, a cultura popular, especialmente a cultura camponesa naquele período, em que se cogita que de certa forma, Menochio poderia ser um porta-voz.

Dessa forma, é possível inferir que, quando se propõe a fazer história oral, é possível fazer a relação entre macro e micro-história, pois, nesse estudo, foi possível perceber que através dos relatos dos depoentes ficou uma lição interessante, que para nos aproximarmos o máximo possível do que aconteceu, é preciso descer até a “história de baixo”, a saber, o caminho da história das vivências.

3.4. Visita à Ponte da Amizade

Depois de inaugurada a Ponte da Amizade, o gozo de poder falar dessa obra. A visita à Ponte da Amizade era tarefa importante a ser realizada e, num domingo à tarde, a família é levada por seu Manuel para “*apreciar aquela maravilha*”, como ele se refere a obra depois de concluída – Figura 14. Quando relata a construção da Ponte da Amizade,

encarregada da execução da obra, sob a chefia do engenheiro Almyr França. Sua construção iniciou no final de 1956, com o então presidente Juscelino Kubitschek. Sua localização foi definida a partir da seleção de cinco pontos. A ponte foi projetada para que se tenha uma extensão de 553 metros sustentada sobre arco de 290 metros de vão livre. Sua altura é de 77 metros contando desde o fundo do rio, sendo 32 metros a partir do nível normal, dois metros acima da maior cheia registrada. Os problemas apresentados para a edificação da obra giravam em torno do atraso vivenciado na região. Foi inaugurada durante o governo do regime militar, em 27 de março de 1965, pelo então presidente brasileiro em exercício, General Castelo Branco e pelo presidente paraguaio Alfredo Stroessner”. Fonte: Ivaenia De Giacomi Leite, Universidade Federal de Integração Latino Americana. – Disciplina: Estrutura de Concreto Armado – Ponte Internacional da Amizade, 2014, p. 4.

ele reconstrói aquele tempo, ou seja, imprime sua marca, sua interpretação e seus significados.

Ao trabalhar com essas entrevistas, tive o privilégio de ouvi-lo, e, ao mesmo tempo, o desafio de interpretar sua narração. Ao fazer o trabalho interpretativo e ao transcrever os conteúdos, o desafio foi não sufocar as memórias a uma metodologia, pois como aponta Costa (2014),

[...] “interpretar é fazer uma viagem pelo imaginário do outro, na busca de decifrar o indizível, o sentido oculto do que é dito; é possibilitar que a pluralidade de sentidos se manifeste na construção do conhecimento histórico; é também permitir que na construção desse conhecimento aflore a polifonia de vozes que se esconde no corpus pesquisado; é, antes de tudo, dar visibilidade ao outro, deixar que a voz do outro aflore no texto interpretativo” (COSTA, 2014, p. 51).



Figura 14: Foto em família. O Senhor Manuel com filhos e esposa em visita à Ponte da Amizade depois de concluída obra. Fotografia do acervo pessoal de Manuel Alves Pereira Martins.

No que se refere à inauguração da ponte da amizade, se percebe que o município de Foz do Iguaçu viu nisso mais uma oportunidade para agregar essa obra ao nicho de mercado ligado ao turismo – Figura 15, pois até então, o município tinha uma economia baseada em atividades agropecuárias, e nesse momento, passou a ter sua imagem atrelada a mais um ponto de turismo como sua principal base econômica, a saber, as Cataratas do Iguaçu e a Ponte da Amizade como polo de recepção de visitantes. Para isso, se construiu um discurso enfático da obra como um ponto turístico (ainda que momentaneamente, pois

hoje em dia essa obra passou a fazer parte do lugar comum na paisagem do município), assim como o faz com outras obras no município, a exemplo de Itaipu, Templo Budista, Mesquita Muçulmana, entre outras. Observa-se que conforme o interesse, as representações que se deram para o “objeto” são distintas, para o município, a obra foi transformada em mercadoria, explorando a como nicho de mercado voltado para aquecimento do turismo, mas, para Manuel, a representação é no sentido de que a obra lhe proporciona clima de pertencimento e de pioneirismo, além de ser uma contínua produtora de memórias.



Figura 15 – A Ponte da Amizade como ponto turístico. Matéria extraída do Jornal Gazeta do Iguaçu - Edição Especial em Comemoração ao Centenário do município de Foz do Iguaçu, 10 de Junho de 2014. Disponível na Biblioteca Pública Municipal de Foz do Iguaçu.

Dessa forma, observa-se que o município de Foz do Iguaçu sofreu um processo de mudança e profunda transformação com a construção da Ponte da Amizade, resultando em alterações nas relações sociais, políticas e econômicas. Essas mudanças também impactaram a vida de Manuel, pois, para ele, a obra “atua” como um encaixe de pertencimento para si e para a comunidade portuguesa, fazendo parte da história do município. Assim sendo, esse texto dissertativo busca jogar luz em alguns pontos, e dessa maneira, fomentar a reflexão.

3.5. João da Silva Lavado: Os veios da madeira, o trabalho manual, o comércio e o associativismo a caminho da Casa de Portugal

A madeira bruta era serrada manualmente na serraria, “*tudo era difícil, as moradias era tudo precária, de chão batido, era um sertão*”. Essas são as primeiras palavras ditas pelo senhor João da Silva Lavado na primeira entrevista que realizei com ele. Através dessas palavras, pode se inferir como era a vida na prática de alguns imigrantes que trabalhavam em lavouras ou madeiras, e, dessa forma, compreender como era a rotina e o cotidiano de trabalho.

REPÚBLICA PORTUGUESA		
(République Portugaise – The Portuguese Republic)		
 <p>INDICATEUR DROIT – RIGHT FORE FINGER</p>	<p>BILHETE DE IDENTIDADE DE CIDADÃO NACIONAL</p> <p>— CARTE D'IDENTITÉ DE CITOYEN NATIONAL — IDENTITY CARD OF NATIONAL CITIZEN</p>	
 <p>ASSINATURA DO PORTADOR (SIGNATURE DU TITULAIRE – SIGNATURE OF BEARER)</p>		
<p>N.º 12244700 0</p>		<p>EMISSÃO (DELIVRANCE / ISSUE) 31/08/1992 * LISBOA</p>
<p>NOME (NOM / NAME) JOÃO DA SILVA LAVADO</p>		
<p>PAIS (PARENTS) AGOSTINHO LAVADO MOÇO * MARIA DE JESUS LAVADO</p>		
<p>NATALIDADE (LIEU DE NAISSANCE / BIRTHPLACE) MIRA DE AIRE * PORTO DE MOS</p>		
<p>RESIDÊNCIA (RESIDENCE / RESIDENCE) MIRA DE AIRE * PORTO DE MOS</p>		
<p>DATA DE NASCIMENTO (NÉ LE / DATE OF BIRTH) 10/01/1932</p>	<p>ESTADO CIVIL (STAT CIVIL / MARITAL STATUS) CAS.</p>	<p>ALTURA (TAILLE / HEIGHT) 1,68</p>
<p>VALIDADE (VALIDITÉ - EXPIRATION DATE) VITALICIO</p>		
<p>INDICAÇÕES EVENTUAIS (INDICATIONS EVENTUELLES / ACCIDENTAL INDICATIONS)</p>		
<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA CENTRO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL</p>		

Figura 16 - Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional do senhor João da Silva Lavado. Documento cedido para cópia. Fonte: Acervo pessoal do senhor João da Silva Lavado.

Trabalhou em madeireira, durante certo tempo como mascate viajante, depois comerciante. Hoje em dia, com 85 anos, é cidadão próspero, sendo que adquiriu algumas propriedades. Como imigrante português, sempre foi muito ativo para com os membros de sua comunidade. Em seu discurso, relata que os portugueses buscavam se inserir em trabalho nos meios urbanos, oferecendo mão de obra em serrarias, madeireiras, comércios, construção civil e/ou como ambulantes. Nesse sentido, a fala do senhor João vai ao encontro ao que diz a literatura, a qual enfatiza que “imigrantes portugueses na busca por melhores oportunidades, foram se dispersando por várias regiões brasileiras, mudando de ramo, mas, a maioria dos imigrantes portugueses, estabeleceu seu ofício trabalhando basicamente no comércio” (SCOTT, 2001, p. 3). Segundo relatos do senhor João, alguns dos imigrantes portugueses que, com ele chegaram ao Brasil, acabaram por reemigrar para outros estados, alguns para o Paraná, em busca de trabalhos menos penosos que a lavoura ou serrarias, como é o seu caso, o qual adentrou pelo norte do estado percorrendo o trajeto rumo ao oeste paranaense, estabelecendo-se em Foz do Iguaçu.

Ao buscar elementos sobre a presença de portugueses na região extremo oeste, me defrontei com o processo que denomino de “invisibilidade histórica”, fato que o município de Foz do Iguaçu avoca para si diante de alguns acontecimentos oestinos, e com isso quero dizer que a memória difundida constrói essa invisibilidade procurando não explorar ou, até mesmo, em não aprofundar a discussão sobre alguns eventos ocorridos no oeste paranaense e, inclusive, ocorridos em solo iguaçuense, a exemplo disso, podemos citar a passagem da Coluna Prestes e os conflitos de terra ocorridos nas glebas vizinhas ao município de Foz do Iguaçu. Essa insistência em apregoar uma visão romantizada, de cidade do mundo, cidade turística, afasta as possibilidades de pesquisas e de registro de informações e, com o passar do tempo, se perdem memórias. Talvez esse posicionamento se deva ao fato de que a atividade turística seja o “hotspot”, ao mesmo tempo em que é uma atividade que envolve o deslocamento de pessoas que buscam destinos.

Tendo em vista esses dados e também com base nos relatos do senhor João, estando a situação da terra no oeste paranaense deteriorada e baseada em conflitos, os imigrantes, assim como ele, buscavam outras alternativas, principalmente, no trabalho como mascates viajantes ou se estabelecendo como proprietários de micro comércios. Em suas andanças e percorrendo o seu trajeto rumo ao oeste paranaense, o senhor João relata que após chegar ao Brasil - Porto de Santos, permaneceu por um dia na cidade, depois veio à cidade de São

Paulo onde permaneceu poucas horas com destino ao norte paranaense, na cidade de Londrina, onde permaneceu trabalhando como auxiliar de serraria por sete meses,

[...] “como o serviço era muito pesado, e sem possibilidades de melhores condições, desci até Cruzeiro do Oeste, onde casei em 1953 com Manoela Lavado (portuguesa, filha de imigrantes) onde fiquei até 55, depois me mudei para Iporã ficando até 59, quando vim a Foz do Iguaçu” (João da Silva Lavado, 2016).

Antes de chegar ao município de Foz do Iguaçu, no ano de 1958, o senhor João veio conhecer a cidade, e como trabalhava como mascate viajante, fez questão de registrar na memória a construção da Ponte da Amizade, fato que a fotografia poderia eternizar. Essa obstinação em registrar esse momento “português” no município através de fotografias e discursos talvez se deva ao fato de não querer deixar um vácuo em sua história e na história da cidade. Ao fazer a análise desta fotografia – Figura 17, se observa que a mesma é muito mais que um registro histórico. *Tanto* para o senhor Manuel *quanto* para o senhor João (e para os imigrantes portugueses), a participação na construção da Ponte da Amizade representa o resultado do esforço e dedicação de toda a comunidade portuguesa, e, dessa forma, gera raízes de pertencimento e coesão identitária com o lugar, coisas que consideram essencial para o grupo. De forma geral, pode-se dizer que entre os trabalhadores, e, principalmente, entre os imigrantes portugueses, a participação na construção da Ponte da Amizade impregnou as experiências sociais dos sujeitos e a formação de uma cultura vinculada ao pertencimento, a saber, a vida em torno da obra, pois a construção da ponte demorou nove anos.

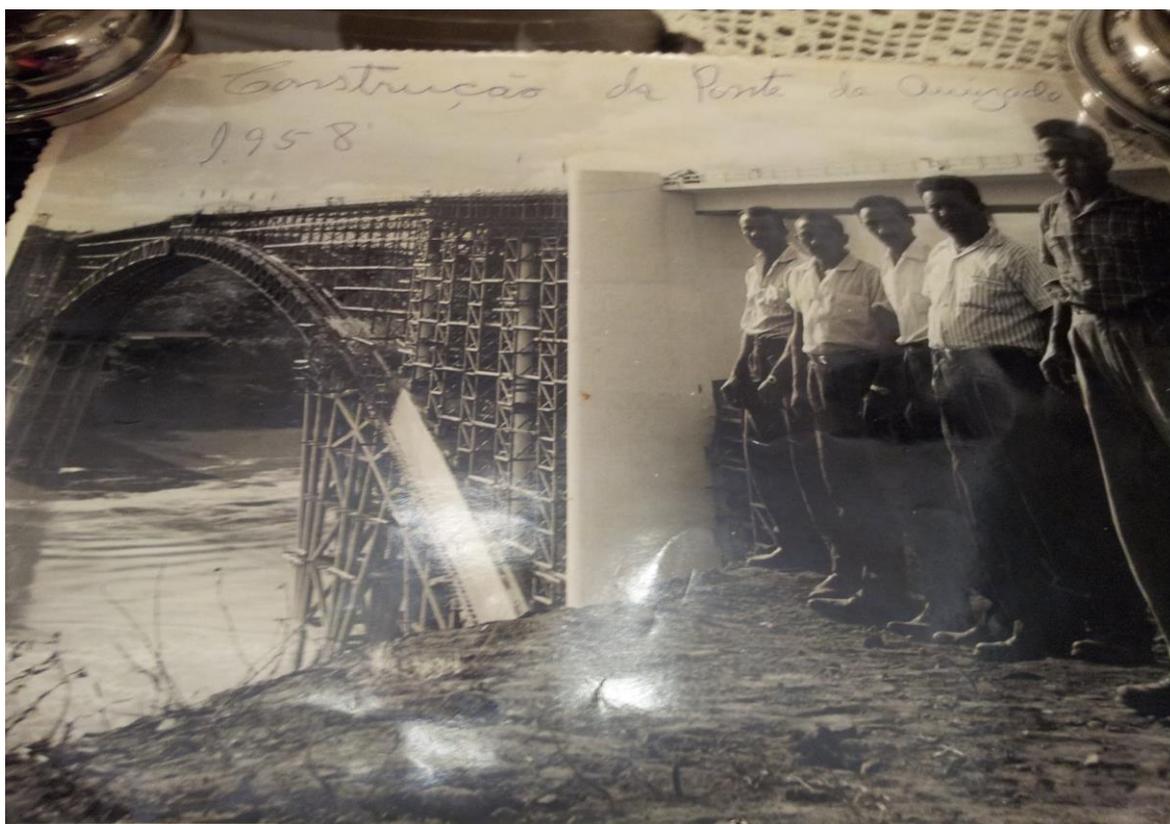


Figura 17 - Foto de Manoela Lavado de 1958 quando estava em construção a Ponte Internacional da Amizade, por uma construtora portuguesa. O senhor João da Silva Lavado é o segundo da esquerda para a direita. Fonte: <https://terrinhadadasguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/> - Acesso em: 24. Abril 2016.

Na época em que chegou a Foz do Iguaçu, o senhor João trabalhou como mascate. Buscava mercadorias nos grandes centros, principalmente na região norte do estado, a fim de revender as mercadorias na cidade de Foz. Através de um imigrante português, que lhe confiou mercadorias em consignado, começou a trabalhar definitivamente com ferragens e utilidades, abrindo um pequeno comércio e, posteriormente, foi proprietário da empresa Casa Mendes, uma casa de comércio bastante conhecida no município nas décadas de 70, 80 e 90. Dos relatos do senhor João, muitos remontam ao processo de formação do município de Foz do Iguaçu e, dessa forma, como depoente, ele pode ser considerado como um fiel narrador da cidade desde a década de 60.

3.6. As Casas de Portugal e a Casa de Portugal em Foz do Iguaçu: memórias e os caminhos para a edificação³¹

Mas o que essas duas histórias e a de outros imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu têm em comum? Essas histórias se “encontram” na casa de Portugal, das quais é preciso falar brevemente. No tocante às Casas de Portugal construídas no Brasil, ou mais precisamente, “Associações de Beneficência Portuguesa” como eram costumeiramente chamadas, elas buscavam estabelecer redes de relações e de dependência entre a comunidade portuguesa. Nesse sentido, exemplifico com o chamamento e a conclamação dos imigrantes portugueses, inclusive a consumirem produtos ali vendidos, como é o caso do anúncio publicado em junho de 1934, na Casa do Minho, que fora fundada no Rio de Janeiro quando a cidade ainda era capital da república, em cujos anúncios publicados se observam um forte apelo emotivo à identidade portuguesa,

“[...] preferindo os produtos aqui anunciados, praticareis um acto de justiça, cumprireis um dever de gratidão, sereis bons portugueses e podeis, ao mesmo tempo, ter a certeza de auxiliar casa de indiscutível probidade e consumir bons produtos... fazei propaganda das casas e produtos aqui anunciados” (SCOTT, 2001, p. 20).

Esse chamamento à aquisição dos produtos ali vendidos, que necessariamente remetem à terra d'além mar, a exemplo do vinho, do pão e do azeite, não é o ponto que quero destacar, mas sim, a dimensão simbólica das casas como um lugar de memória, de ligação com a pátria. Acrescento ainda que um fator importante para a motivação para criação de tais casas se deu, sobretudo porque na busca pelo eldorado, dos imigrantes que se aventuravam d'além mar, eram poucos os que trilhavam o caminho da prosperidade. Com o intuito de auxiliar os imigrantes portugueses que procuravam auxílio nas obras assistenciais, é que em 14 de outubro de 1921, o Cônsul Geral de Portugal, Dr. Joaquim de Barros Ferreira da Silva discorreu sobre a necessidade de implantação de obras assistenciais destinadas aos compatriotas menos afortunados.

Ele dizia,

“Invasão diária do Consulado, por grande massa de portugueses, premidos pela sua angustiosa situação, solicitando proteção do seu cônsul, implorando trabalho,

³¹ Todas as informações sobre a Casa de Portugal foram coletadas através dos relatos orais e de documentos disponíveis a que o pesquisador teve acesso, principalmente o processo judicial.

a alimentação, o regresso à terra querida e distante que haviam abandonado, mas que os receberia de braços abertos com caldo fumegante e consolador...” (SCOTT, 2001, p. 21)

Ainda nesse mesmo sentido, Scott (2001) aponta que,

“Em São Paulo também são várias as instituições criadas por imigrantes portugueses para auxílio nos momentos de maior aflição. Talvez, um caso que possa ser considerado exemplar seja o da Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência de São Paulo que conta com quase um século e meio de existência. Criada em 1859 por iniciativa de 118 imigrantes portugueses, tinha o objetivo de atender seus associados e a comunidade portuguesa em geral. O prestígio da Instituição foi reconhecido, não só através da visita do Imperador D. Pedro II (1886), como através da concessão do título de Real e Benemérita, em 1911, concedido pelo Rei Carlos I de Portugal. Ainda hoje, é uma das mais conceituadas instituições beneficentes do país. Se as associações de beneficência e assistência proliferavam, este é um sinal inequívoco da vida dura e repleta de privações que enfrentava a maioria dos imigrantes portugueses. Contudo, este é apenas um indicador do malogro potencial a que muitos estavam sujeitos. Recuperar estas trajetórias que não deixaram marcas tão visíveis quanto os palacetes é um desafio para os investigadores. Trabalhos recentes têm vasculhado as mais variadas fontes para resgatar o percurso dos imigrantes menos afortunados.” (SCOTT, 2001, p. 22)

A questão do apelo aos homens de boa vontade, ao assistencialismo e à benemerência eram direcionados ao socorro dos que procuravam aliviar suas necessidades e sofrimentos, ação esta, que vem de longa data. Esse traço deveria marcar a presença portuguesa em solo estrangeiro, e em particular no Brasil, esses “valores” deveriam estar imbricados na identidade do povo português, como bem aponta Scott (2001),

“E, não se diga que só os feitos de armas ou de conquistas lhe deram nome: Não! Temos também feitos de ‘Religião e Caridade’, que até hoje estão arraigados na alma deste Povo heróico, tanto que os espalham por toda a parte, sem olharem aos preconceitos de raça ou de nacionalidade. Onde está um Português, está uma instituição de Caridade” (SCOTT, 2001, p. 20).

Dessa forma, irmanados por esse apelo à benemerência e à dimensão simbólica do português, a comunidade aqui radicada buscou caminhos para a edificação da Associação Cultural Luso-Brasileira de Foz do Iguaçu, como era chamada inicialmente – Figura 18. Uma pergunta que ficou sem resposta e, que não foi possível entender, foi o fato de como, e em que circunstância se deu a troca do nome da Associação pelo nome atual, Casa de Portugal.

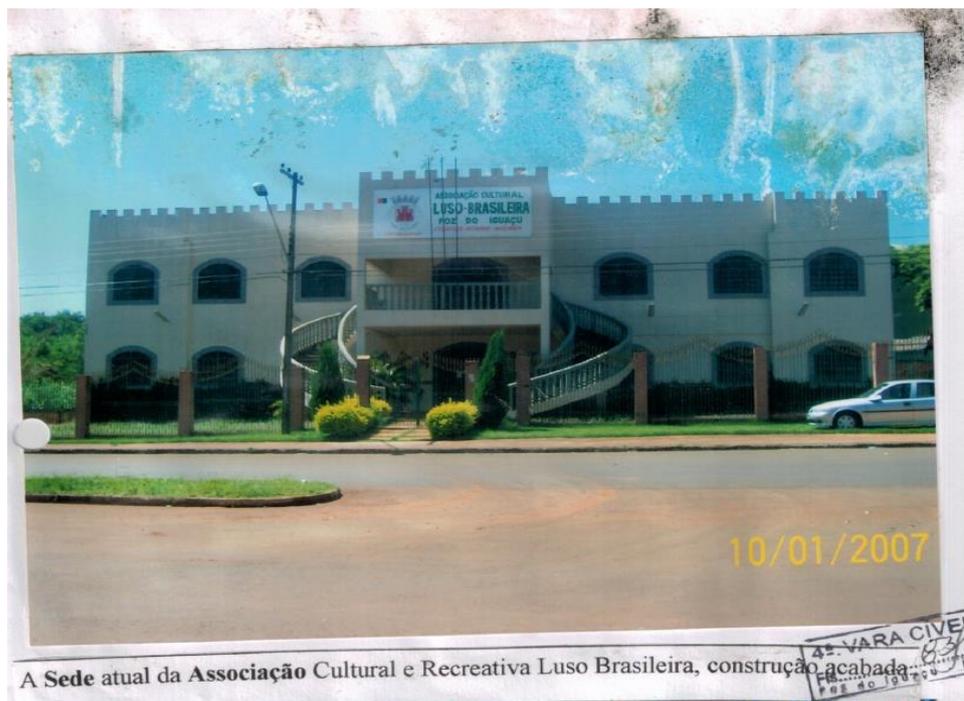


Figura 18 – Foto da fachada da Associação Cultural Luso-Brasileira de Foz do Iguaçu. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu Foto extraída do processo judicial, Fls. 83.

Esse fato é uma incógnita na pesquisa, pois, na tentativa de encontrar uma resposta, recorri a alguns membros da comunidade portuguesa, mas não souberam (ou não quiseram) falar sobre o assunto. Nem mesmo os depoentes souberam dizer o motivo, nem mesmo o senhor João, que havia sido tesoureiro da entidade (Figura – 19) por vários anos soube explicar, mas, em uma entrevista, ele alega que “*um dia chegou lá e o nome já estava posto*”. A figura 20 demonstra a alteração na fachada e acentua o dilema. A esse respeito é necessário fazer um questionamento: esse evento foi silenciado com o objetivo de não prejudicar a memória do grupo (que deseja homogeneidade), a fim de preservá-lo de possíveis mal-entendidos ou conflitos? Nesse sentido, a reflexão de Lopes (2007) é bem elucidativa, pois afirma que “a manipulação da memória por indivíduos ou grupos silencia lembranças proibidas, esconde conflitos e segredos guardados confidencialmente, a fim de que não prejudiquem a imagem que se quer perpetuar para o grupo” (LOPES, 2007, p. 179). Aqui vale lembrar também o que aponta Pollak (1989, p. 9), que diz que duas são as funções essenciais da memória, a saber, “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que o grupo tem como princípios comuns”, o sujeito coletivo.



**PRIMEIRA DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL
LUSO BRASILEIRA – ATA Nº 002 – EM 27/03/1995**

DIRETORIA:

Presidente: Manuel Maria Lameiras

Presidente de Honra: Faustino Ferreira Mendes

Vice-Presidente: *Herminio Bento Vieira*

1º Secretário: Célia Neto Pereira da Rosa

2º Secretário: Silvio Manuel Neto Lameiras

1º Tesoureiro: João da Silva Lavado

2º Tesoureiro: Manuel Marques de Matos

Diretor de Patrimônio: Jaime Antonio da Costa Mendes

Diretor Cultural: Jose Bento Viera:

Diretor de Relações Públicas: Alberto Pestana Cortes

Figura 19 – Trecho extraído da Ata de fundação da Associação Cultural Luso-Brasileira de Foz do Iguaçu – com a primeira composição dos membros da Diretoria, em que o senhor João da Silva Lavado aparece como tesoureiro. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Fls. 62.



Figura 20 – Foto da fachada da “Casa de Portugal em Foz do Iguaçu” (destaque dado pelo autor) . Foto do acervo do autor. Maio de 2016.

Não se cogita aqui encontrar uma resposta definitiva para esse dilema, que, a meu ver, permanece uma incógnita, mas acredito ser possível inferir acerca desse ponto que me

parece chave. Visto que os silêncios e o indizível (não dito) têm seu significado, a hipótese que me parece plausível é que o silêncio se deu justamente pelo fato de existir um processo judicial em andamento, que envolve a associação e alguns membros como litigantes. Minha intenção não é expor a nudez, as porfias e pelejas dentro da comunidade, mas é compreender como esse jogo de interesses afeta a memória e o campo do simbólico. É possível inferir que, nesse entrelaçamento entre silêncio e memória, como bem aponta Orlandi (1995, p. 59), o dizível e o indizível se mesclam, pois segundo essa autora, “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios e silenciamentos”. Isso também vai ao encontro com do que aponta Pollak (1989), que diz que “essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos.” (POLLAK, 1989, p. 8).

Deixando de lado essa sombra que nos perseguiu acerca da mudança do nome da associação, me dedicarei a explicar um pouco do movimento dos primeiros imigrantes portugueses em sua luta pela criação de um núcleo de sociabilidade. Esse tema foi abordado exclusivamente tendo como base os relatos de memórias dos depoentes, sobretudo porque não encontramos nenhum registro acerca dos primeiros imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu, salvo em algumas fotos pessoais que me foram cedidas e através da participação da Colônia Portuguesa na FENARTEC³², que segundo Amorin e Vasselai (2004), “era um evento marcante, pois chegava a congregar a média de 35.000 pessoas nos dias de realização, como foi o caso dos dias 06 a 09 de maio de 2004”, em cujo ano o evento chegou a essa marca de visitantes. Embora, nesse período, a comunidade portuguesa já era um núcleo de sociabilidade bem definido. Pelas narrações, se compreende como esse grupo fez uso da cidade na busca por visibilidade a fim de se porem em contato com o(s) outro(s) (AMORIN & VASSELAI, 2004, p. 20).

Dessa necessidade de se reunirem, os caminhos dos imigrantes convergiram para uma mesma direção, porém é impossível se ter uma certeza de quando surgem os primeiros encontros e quem cogita essa possibilidade. Mas conforme relatos dos depoentes, tudo se iniciou quando muitos dos operários que vieram com a empresa SOTEGE para trabalharem

³² Feira das nações, artesanato, turismo e cultura. Para a Câmara Junior (1998), o principal objetivo da Feira é o benefício da comunidade que, durante 4 dias, período de realização da FENARTEC, tem a oportunidade de vislumbrar a cultura e os costumes de algumas das etnias presentes no município e região. (AMORIN e VASSELAI, 2004, p. 24).

na construção da Ponte da Amizade acabaram ficando no município, os quais se tornaram conhecidos e se organizaram com o intuito de se congregarem. Dessa forma, como já havia certo número de imigrantes que haviam chegado ao município na década de 50 e 60, decidiram, primeiramente, que deveriam celebrar o Dia da Raça e de Camões³³, que em Portugal se comemora na data de 10 de junho, que coincidentemente é igual à data em que se comemora o dia da fundação do município de Foz do Iguaçu. A esse respeito, ao narrar, o senhor João diz o seguinte,

“[...] o pontapé inicial não foi o dia da raça, eu sei que houve encontros um na casa do outro, jantares, almoços, conversamos muito pra isso... Mas era nesses eventos que a gente se reunia um grupo pequeno e que sentia que faltava fazer alguma coisa” (João da Silva Lavado, 2016).

Quando ele faz menção a essa ideia inicial, ele conta que *“o que tínhamos era vontade, mas não sabíamos como íamos fazer”*. Segundo ele, nesses eventos aproveitavam a oportunidade para se reunir, mas também sentiam a falta de se organizarem de uma melhor forma. Como já tinham um membro da comunidade que era *“abastado”*, conhecido por Faustino Ferreira Mendes, o qual havia doado o terreno para a construção da associação, foi na data de 10 de junho de 1994 que decidiram por iniciar a construção, que inicialmente se deu em um sistema de cotas, que todos os associados deveriam adquirir cotas a fim de custearem a construção.

A organização da *“gente portuguesa”*, no município, pode ser comprovada na existência desse movimento em prol de uma associação. A ata de fundação da associação, datada de 30 de dezembro de 1994 demonstra a congregação da primeira leva de imigrantes portugueses vindos a Foz do Iguaçu, que organizaram uma reunião que tinha em seu nascedouro o intento de reviver o legado da herança cultural dos antepassados,

“Aos trinta dias do mês de dezembro de 1994, no salão social do Hotel Estoril, sito a Av, República Argentina, 694, nesta cidade de Foz do Iguaçu,PR, se

³³ “O Dia de Portugal, é originado de um culto cívico popular e nacional em torno do mito de Camões e das Comunidades Portuguesas. É comemorado no dia 10 de Junho cuja data assinala a morte de Luís Vaz de Camões. “Os republicanos aproveitaram o tricentenário da morte de Camões, em 1880, para fazerem manifestações contra a monarquia, pelo que, logo na Primeira República, o tornaram num feriado municipal de Lisboa.” Sendo assim, essa data conhecida como o Dia da Raça “foi aproveitada para exacerbar as características nacionais. Como Camões foi uma figura emblemática, associada aos Descobrimientos, essa data (em que se cogita seja data natalícia de Camões) foi a escolhida como uma forma de o regime celebrar os territórios coloniais e o sentimento de pertença a uma grande nação espalhada pelo mundo, com uma raça e língua comum”. Nesse sentido, o 10 de junho é sobretudo uma data simbólica” (MATTOSONO, 2000, p. 305-306).

reuniram pela primeira vez os senhores: Manuel Maria Lameiras, Faustino Ferreira Mendes, Hermínio Bento Vieira, João da Silva Lavado, Pestana da Silva Cortes, Manuel Marques de Matos, Antonio Avelino Teixeira, Fernando Rodrigues Valente, Célia Neto Pereira da Rosa, Silvio Manuel Neto Lameiras, Jaime Antonio da Costa Mendes, Miguel da Costa Mendes, Abílio Marques de Matos, José Bento Vieira, João Manuel Martins Lavado, João Manuel Alves Neto, no propósito de criar nesta cidade um “marco físico lusíada”, que simbolizasse os costumes, as tradições a cultura Portuguesa e luso Brasileira. Todos os presentes foram unânimes da necessidade desse marco. Há mais de vinte anos que um grupo ou outro se reuniram nos dias mais históricos do nosso País, falando na criação de um clube, mas sempre acabou nas saudades da “Santa Terra” nosso propósito. A ideia maior é deixar para nossos descendentes um meio de não esquecerem suas origens, recordar os nossos antepassados que tanto contribuíram para o relacionamento entre os povos dos quatro cantos do mundo e divulgar nossa cultura; quem pode esquecer os grandes navegadores? Como o infante D. Henrique, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães, Pedro Álvares Cabral, Diogo Cão e tantos outros de nossa história contemporânea” (Trecho extraído da ata de fundação da associação. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, Fls. 55).

Esse núcleo português no município pode ser constatado pelos relatos orais, e pela documentação disponível nas atas juntadas ao processo judicial, mas principalmente, pela organização em torno da Associação Cultural Luso-brasileira, a fim de preservarem a cultura portuguesa. Essa demonstração de associativismo estava voltada para a preservação dos valores e ideário advindos das raízes culturais. Dessa forma, é possível inferir que a ideia da associação tinha a missão de preservar os costumes, a língua, a culinária, os valores. Assim sendo, na formação desse núcleo português o desiderato era o de estabelecer o “tipo português” numa sociedade que tal “jeito português” não era encontrado (Figuras 21 e 21.1), e ou não havia possibilidade desse achado.



Neste encontro dia 10 de Junho de 1994, DIA DE PORUGAL, saiu a decisão definitiva de construir a sede da Associação Cultural Luso Brasileira, numa área doado pelo Sr. Faustino.

VARA CÍVEL
Fls. 77
Foz do Iguaçu - PR



Figura 21 e 21.1 – Fotografias de membros da comunidade Portuguesa no dia de Portugal (10 de junho de 1994) e no desfile cívico militar em comemoração ao aniversário do município de Foz do Iguaçu (10 de junho de 1994). Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu Foto extraída do processo judicial, Fls. 77.

A partir disso, a comunidade portuguesa busca se organizar em torno de uma “congregação” de vontades, porém para isso, infindáveis concessões e acordos foram negociados pelos sujeitos. Nessa aventura, buscam firmar os esteios para sedimentar essa

missão. Assim sendo, arquitetam o teor do Estatuto e da Ata de fundação, cujos documentos emblemáticos tinham por missão abrigarem os anseios da “raça”, a saber, o Estatuto pregava o seguinte, “*Primordialmente, promover o intercâmbio luso-brasileiro e divulgação dos costumes, das tradições e da cultura da gente portuguesa e luso-brasileira*” (Trecho extraído do Estatuto da Associação, Comarca de Foz do Iguaçu, 4ª Vara Cível, Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, 2007, Fls. 60). Em contraposição ao teor do Estatuto, ao se reunirem para a discussão da elaboração da ata de fundação, os sócios fundadores se encontram diante de um dilema, no qual contestam a forma de atuação de outro grupo de portugueses através da criação do Elos Clube – favorável a uma aproximação com a comunidade de não portugueses, conforme destaque a seguir,

“A criação do Elos Clube em Foz do Iguaçu veio dividir mais a comunidade, em vez de unir. Em outras cidades o Elos Clube somou muito, em Foz do Iguaçu ele dividiu mais. O Elos Clube tem pontos em comum com os Centros ou Clubes Culturais Portugueses, mas ele procura expandir os costumes, tradições e cultura Brasileira; enquanto os Centros Culturais Portugueses procuram dar continuidade aos costumes, tradições e Culturas Portuguesas. A maneira como foi desenvolvido, e a falta de esclarecimento perante a Comunidade tem levado a confusões. Nos reunimos hoje no grande objetivo de fundar uma Associação Cultural Luso Brasileira e levar avante a construção deste Marco Lusíada, na cidade das Três Fronteiras; e assim dar continuidade aos costumes, tradições e Culturas Portuguesas e Luso Brasileira. Para que seja um ponto de apoio e de referência para todos nossos compatriotas que nos visitam” (Trecho extraído da Ata de Fundação, Comarca de Foz do Iguaçu, 4ª Vara Cível, Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, 2007, Fls. 66).

Ao contestarem essa legitimidade, a associação promove um debate favorável ao isolamento e distanciamento baseado na solidificação de uma “identidade” em seus associados, pois orienta seus associados a não expandir os costumes, tradições e culturas portuguesas, ao mesmo tempo em que se colocam como “ponto de apoio e de referência” para todos os portugueses. Percebe uma contradição quando se atenta para o teor do estatuto em suas finalidades primordiais e a ata de fundação da associação, ou seja, ao mesmo tempo em que o estatuto apregoa “*promover o intercâmbio luso-brasileiro e divulgação dos costumes, das tradições e da cultura da gente portuguesa e luso-brasileira*”, a ata de fundação se põe numa linha de contraposição a uma assimilação, e dessa forma, *(re)produz* um ideário etnicista.

Tendo em vista esse dilema, também é preciso compreender a questão da “multiculturalidade e as tensões internas ocorridas dentro de grupos”, como do exemplo

claro que tive ao analisar a Ata de Fundação apenas ao processo judicial. Essas tensões internas dentro do grupo, isto é, entre a Associação Cultural Luso-Brasileira em Foz do Iguaçu e o Elos Clube é uma forma enfática de se vislumbrar como se dão as relações, mesmo dentro de um grupo fechado como o dos portugueses, as quais nem sempre são homogêneas. Esse fato nos permite inferir, sem medo de errar, do particular para o geral, que ao abordar a questão do multiculturalismo e, conseqüentemente, a noção de cultura e o seu derivado atual, a “identidade cultural”, o município de Foz do Iguaçu propaga apenas uma versão romantizada acerca do que é cultura, ou seja, como um recurso discursivo que se refere à presença simultânea de várias culturas e etnias, coabitando e disputando espaços em perfeita harmonia e/ou simetria. Esse discurso, oculta processos políticos e econômicos, principalmente os ligados ao turismo, sendo que a retórica utilizada para abordar a multiculturalidade, ou pelo menos, a ideia dela, busca difundir a ideia de homogeneidade e integração, onde são trabalhados apenas argumentos e movimentos para a mídia e para o senso comum.

Outro fator que merece destaque é a própria estrutura física da Casa de Portugal, que por si só, na forma de sua arquitetura, fala da presença de portugueses na cidade. Importante ressaltar que a arquitetura da Casa de Portugal remete ao perfil de uma antiga cidade medieval portuguesa, ficando evidente essa dimensão simbólica da casa, ou seja, criando a imagem de um lugar propício para o culto à memória, pois a casa denota a cultura como marca de valor a ser cultivada. É possível inferir que há uma apropriação simbólica do espaço por essa comunidade, pois produzem, ao mesmo tempo, um território e uma identidade.

Assim sendo, se percebe que na busca de uma aceitação, reconhecimento e legitimação de uma “identidade”, os membros da comunidade portuguesa promovem uma exaltação à identidade portuguesa, e sendo assim, ao mesmo tempo promovem uma construção baseada na diferença. Nesse movimento, se reconhece claramente a apresentação dos discursos e dos símbolos (vestimentas – datas comemorativas – coreografias em eventos da comunidade – momentos festivos - ratificação de atos por autoridades – jantares - músicas) como conteúdos e estratégias de legitimação. Os fundadores (Figura 22), fizeram bem o dever de casa, pois através da associação, buscavam manter viva a chama dos antepassados.

As 1000 Fundadores Associação

RELAÇÃO DOS SÓCIOS FUNDADORES E PROPRIETÁRIOS, COM DIREITO A VOTO NA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA LUSO BRASILEIRA:

002 Manuel Maria Lameiras
 003 João da Silva Lavado
 004 Herminio Bento Vieira
 005 Alberto José Pentana Cortes
 006 Antonio Avelino Teixeira
 007 José Bento Vieira
 008 Manuel Marques Matos
 009 Moacir da Rosa
 010 Silvio Manuel Neto Lameiras
 012 João Manuel Martins Lavado
 013 Jaime Antonio da Costa Mendes
 014 Miguel da Costa Mendes
 015 Maria Manuela Martins Lavado
 019 Manuel Alves Pereira Martins
 020 Filomena Martins Lavado
 021 Milene Martins Lavado
 022 Marcelo Henrique Neto Gonçalves
 023 Márcia Neto Gonçalves
 024 Carlos Alberto Ferreira Pais
 025 Guilherme Manuel Maia
 026 Helena da Conceição Neto Lameiras
 027 Francisco Carlos Reis Oliveira
 028 Maria Paula da Rocha Maltezinho Machado da Silva
 029 José Alberto Petters de Souza
 030 Dilyana Sbardelott
 031 João Luis de Sousa Jardim Lume
 032 Dirleene Sbardelott Lameiras
 033 Maria Preciosa Mendes Martins
 034 Maria Mendes Fernandes
 035 Silvino da Costa Mendes
 036 Emilia da Costa Mendes
 037 Terezinha da Costa Mendes Batista
 038 Maria Neide Ferreira
 039 Alexandre Sousa Neto
 040 Sirlei de Sousa

Foz do Iguaçu, 20 de maio de 2004.



Figura 22 – Os fundadores. Fonte: Documento cedido por João da Silva Lavado, de seu acervo pessoal.

3.7. A pedra fundamental, a construção e o pretense intercâmbio com a comunidade para um lugar de memória

Como não pude ter acesso aos documentos que, porventura, estão guardados na Casa, os documentos que foram objeto de análise foram o Estatuto da Associação, a Ata de fundação e demais atas, fotos e os relatos orais dos depoentes, cujos documentos e narrativas fizeram com que fosse possível identificar a missão que a associação tinha junto aos seus associados e as suas preocupações “essenciais”. Para o início da construção, esteve presente no ato simbólico de lançamento da pedra fundamental o senhor Pedro Ribeiro Meneses, embaixador de Portugal e a senhora Ana Paula Zacarias, cônsul de Portugal em Curitiba, além de outros membros da comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu – Figuras 23 e 24.



Figura 23 – Lançamento da primeira pedra. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu - Foto extraída do processo judicial, Fls. 78.



Figura 24 – Lançamento da primeira pedra. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu - Foto extraída do processo judicial, Fls. 73.

Não se tem registros em atas acerca do pronunciamento feito pelo senhor Pedro Ribeiro Meneses, mas se pode inferir que o discurso por ele proferido foi carregado de apelos direcionados à comunidade portuguesa, a fim de fomentar o surgimento do núcleo português em Foz do Iguaçu. Segundo João da Silva Lavado, ao me entregar um documento de seu arquivo pessoal (de quando fora tesoureiro da associação), em cujo documento ele rabiscou a mão, o nome do senhor Faustino Ferreira Mendes, que seria aquele “português” abastado que ajudou a congregar os anseios da comunidade, esse foi o passo decisivo para a criação de um espaço para a comunidade portuguesa e luso-brasileira.

Através dos relatos orais, observou-se que as memórias portuguesas em torno à construção da Ponte da Amizade e a Casa de Portugal demonstram ser uma experiência ufanista, e que hoje em dia, reverbera uma memória afetiva e nostálgica, pois nos seus discursos, sempre procuram atribuir uma imagem enaltecida de si mesmos bem como para o seu grupo de pertencimento. Talvez isso se deva ao fato de que, ao relatarem suas experiências como trabalhadores e edificadores, pretendem adentrar ao cenário municipal como pioneiros que constroem um “pedaço” da história do município. Assim sendo, das fotografias e dos discursos se extrai muito mais que apenas imagens e recordações. Ao buscar relativizar o conteúdo das imagens e ao apresentá-las no meio do texto dissertativo, quero dar a entender, e, ao mesmo tempo, presumir que os atos ratificados na presença de autoridades portuguesas tiveram certo poder de persuasão perante os membros da comunidade portuguesa, e dessa forma, o rito seria compreendido como possuindo um caráter de continuidade da cultura portuguesa e de valores dos antepassados.

Mas, ao terminarem a construção da “Casa”, já não seria necessária a manifestação de um membro do grupo em particular, visto que a partir de sua finalização como sede de um desiderato comunal, a associação passa a falar por si mesma, como uma fiel depositária da cultura portuguesa. Segundo o senhor João, “*essa construção foi um trabalho árduo e demorado*”. No que tange à construção e para levar a cabo a mesma, sobretudo porque eram poucos os membros da comunidade portuguesa envolvidos na obra, o senhor João relata que criaram um sistema de cotas, em que cada associado deveria adquirir um número de cotas a fim de custearem a construção. Sendo assim, uma das metas para a edificação da associação entre os membros da comunidade portuguesa era promover eventos culturais, para os quais eram convidados os associados, membros da comunidade com o intuito de promover uma aproximação e, ao mesmo tempo, angariar fundos para custear a

construção. Para isso, a associação e seus membros também se servem do pretexto de intercâmbio cultural, nos quais buscam propagar alguns valores com o objetivo de incentivar e fomentar a unidade, a fraternidade e a harmonia entre os portugueses residentes em Foz do Iguaçu e a comunidade iguaçuense, através da preservação do idioma, da cultura, dos costumes, de atividades culturais. A associação também denota necessidades de sedimentar uma afirmação política e de ligação junto à comunidade (Figuras 25, 25.1, 25.2 e 25.3).



Figura 25, 25.1, 25.2 e 25.3 – Intercâmbio cultural. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu - Foto extraída do processo judicial, Fls. 80 e 81.

Ao concluírem a construção, para agregar os portugueses, a Associação passa a propagar um discurso de forte apelo que vincula a “Casa” à cultura portuguesa e a “Casa”

como um lugar de memória. Neste contexto, ao dotarem a Associação de valor cultural, os seus membros sedimentam essa ação com o conceito de lugar, conforme aponta Tuan (1983), quando diz que

[...] “o espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que conhecemos melhor e o dotamos de valor [...], além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa: cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar”. (TUAN, 1983, p. 6)

Ainda no que tange a dotar um sentido de *valor* à “Casa de Portugal”, e aqui falo de valor cultural, é o que se pode observar na apresentação durante a vinda da turma de medicina da Faculdade do Porto - Figura 26.



Figura 26 – Vinda da turma de medicina da Faculdade do Porto - Intercâmbio cultural. Fonte: Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030, na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu - Foto extraída do processo judicial, Fls. 82.

O olhar fito de uma criança!

Diante dessa imagem se vislumbra a criança que se deixa contagiar pela música.

Nessa “encenação”, a música marca o passo e orienta as práticas e representações, e dessa forma, pode-se inferir que a música “funciona” como uma prece e um convite a uma assimilação da cultura portuguesa. Ampliando ainda mais essa visão, ao aproximar mais a imagem e viajar pelos seus detalhes, pode-se dizer que os instrumentos musicais ali apresentados, as vestimentas, as canções e os discursos atuaram como uma “moldura” na criança, como num ritual. Os símbolos, os signos e os rituais levados a cabo na associação evocam práticas simbólicas dos antepassados, e dessa forma, passam uma mensagem de preservação de uma identidade.

Pode-se inferir que as práticas rituais e as diferentes formas de representação levadas a cabo pela associação, *tanto* as praticadas fora da Casa *quanto* as praticadas dentro da Casa, buscavam enfatizar que não existiam diferenças no interior do grupo, passando a mensagem de um grupo integrado, ou seja, a prática ritual produzia uma coesão identitária na consciência do grupo. Nessa encenação, se observa um exemplo de atribuição de uma identidade para a criança, e para os membros do grupo, de preservação. Isso se observa nos relatos do senhor João, pois tal evento é umas das comemorações que costuma ser rememorada pelo senhor João, e constantemente, presente em sua lembrança.

Dessa imagem, que diga-se de passagem, desperta a representação diante da representação teatral, ele diz

“Nós tínhamos muitos eventos lá (na associação), teve um que foi muito bonito, a turma de medicina do Porto quando veio, foi um evento que mobilizou toda comunidade portuguesa em Foz, bem, pelo menos os que participavam da associação, pois muitos deixaram de ir com o tempo...” (JOÃO DA SILVA LAVADO, 2016).

Dessas montagens cênicas que marcaram os eventos da comunidade portuguesa, seja na Casa de Portugal ou os realizados na comunidade iguaçuense, a exemplo da FENARTEC, desfiles cívicos, jantares, bem como os eventos que marcaram a data comemorativa do Dia de Portugal [e tantos outros...], a associação impregnava e aguçava os sentidos de identificação em seus associados. É o que se pôde inferir através dos relatos de vivências dos depoentes, cujos relatos, por vezes, eram eivados e recheados de representação, fazendo uma apologia ufanista do “português”, da cultura e da gente portuguesa, como costumam dizer. Verificou sentidos de identificação junto à Casa de Portugal, bem como os construídos ao longo de suas experiências de vida, de suas acumulações de seus passados pessoais e de seus mundos imaginários, em cujos relatos, se

observaram a autoidentificação e a luta para manterem vivas algumas memórias particulares.

3.8. A judicialização da memória

Antes de adentrar, especificamente, no tema proposto para finalização do texto dissertativo, a judicialização da memória, é necessário fazer alguns apontamentos. Uma observação a ser feita sobre o texto dissertativo é que o mesmo foi construído quase que exclusivamente com fontes selecionadas pelos narradores (narrações, memórias, recursos imagéticos e fotos), matérias e recortes de jornais e pelo processo judicial. É necessário fazer esse destaque porque o tema central da dissertação foi exploração de memórias dos depoentes e, nesse sentido, ao mesmo tempo em que os narradores expuseram algumas vivências particulares, eles selecionaram o que seria contado e o que seria silenciado, ou seja, o que não trariam à tona. Ainda nessa vertente, o processo judicial não foi diferente, pois uma peça que analisei detalhadamente foi o processo judicial, mais precisamente, o recurso ao tribunal, nos quais se observa que tanto a associação, quanto o seu defensor selecionaram o que seria revelado, tanto o argumento jurídico como os documentos juntados aos autos, a exemplo do estatuto, das fotos e das atas.

Porém, acredita-se que esses fatores não comprometeram a pesquisa, pois a mesma não teve por finalidade promover uma inquirição processual da história. Outro fator que merece ser relativizado é o fato de não ter tido acesso aos espaços internos da associação, aos seus cômodos, aos seus acervos, enfim, ver. Tal possibilidade com certeza poderia ter aberto outras portas e vertentes de análise.

Sem adentrar na seara do direito, é necessário fazer um breve resumo sobre a questão judicial, pois ela servirá de pano de fundo para o que proponho no tema do subtítulo. Cabe dizer que o processo judicial ainda é objeto de análise pelo judiciário, sendo que tramita na 4ª Vara Cível da Comarca de Foz do Iguaçu, sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030. O referido processo envolve como partes a Associação Cultural Luso-Brasileira em Foz do Iguaçu como polo passivo e a Imobiliária Foz Nações Ltda. como polo ativo, sendo que a ação foi ajuizada no ano de 2007, e versa sobre uma questão litigiosa com pedido de reintegração de posse, envolvendo certa “quantia” de terra do terreno onde a associação foi construída. Em primeira instância, a associação perdeu a

causa e, dessa forma, recorreu ao Tribunal de Justiça do Estado Paraná com referência a essa sentença e, nesse recurso, foi vitoriosa.

O trecho que destaco a seguir é uma parte do acórdão, cujo relator foi o Desembargador Rui Bacellar Filho, que discorreu o seguinte

“[...] Isso porque, restou indene de dúvidas que os apelantes exercem posse mansa e pacífica sobre o lote de terreno desde dezembro/1994, pelo menos, sem qualquer oposição firme de desalojamento deles, utilizando-se do imóvel com inegável ânimo de dono, e edificando no imóvel estabelecimento associativo de finalidade social e cultural, segundo exige o texto legal. A posse contínua, portanto, está demonstrada há mais de 13 anos, sendo hábil o acolhimento da exceção de usucapião lançada em sede de defesa, inclusive pela aplicação da lei antiga, que exigia para a hipótese vertente o prazo de 10 (dez) anos entre presentes, na ocorrência de justo título e boa-fé, como ocorreu no presente caso. É de se anotar, desde logo, que o doador FAUSTINO FERREIRA MENDES, então conceituado empresário do ramo imobiliário, de nacionalidade portuguesa, mas radicado em Foz, resolveu juntamente com outros conterrâneos do além mar fundar a aludida sociedade lusitana, com vistas a manter vivas as tradições, os costumes e a cultura do povo português desterrado na tríplice fronteira, sendo certo que com esse desiderato ele e outros patrícios resolveram fazer por si mesmo, como mecenas, a sociedade em pauta como órgão de representação e orgulho de sua terra. As fotografias acostadas aos autos são eloquentes e falam mais do que outros documentos, pois, inclusive, o lançamento da pedra fundamental se deu com a presença do doador, do Embaixador Português Dr. Pedro Ribeiro de Meneses e da Cônsul de Portugal no Paraná, Dra. Ana Paula Zacarias e de grande parte da comunidade em memorável festividade. No referido ato (fls.73) foi aposta uma placa comemorativa onde constou inclusive a data – 10/04/1995, quando o terreno já estava todo terraplanado e murado. A posse é essencialmente fato, e a discussão aqui travada, a meu ver equivocadamente, desconsiderou essa realidade e limitou-se a descrever na perícia as metragens e divisas, o que a meu ver, repito, salvo melhor juízo, conduziu a decisão recorrida do desfecho contra a requerida, invadindo o debate para o campo petitório, quiçá meramente documental. A única testemunha ouvida sob a fé judicial – Sr. João da Silva Lavado, também antigo participante da agremiação lusófona e não contraditado, narrou e confirmou que a área destinada pelo doador pessoalmente é a hoje ocupada pela associação, postergando-se a escritura para mais tarde diante da ausência de recursos financeiros, se podendo retirar dos autos que o mecenas doador Faustino Ferreira Mendes entrara com o imóvel e os demais associados e a comunidade lusa interessada, capitaneados pelo Sr. Manuel Maria Lameiras contribuiria com as verbas de construção da sede. Disse a testemunha, como consta da mídia digital acostada aos autos: Que o imóvel pertencia ao seu Faustino, esse detalhe se a imobiliária era proprietária ou não, ele não tinha conhecimento, seu Faustino doou uma quantidade de metros, inclusive eu estava junto, resolveram fazer uma associação, Faustino se comprometeu a dar o terreno, depois mais tarde foi feita a escritura, ele começou a construção (Faustino), não tinha construção nenhuma antes disso, já havia muro com os vizinhos mesmo antes da obra, ele fez a

doação, "100 cotas para sócios", para arrumar dinheiro para construir, daí o dinheiro terminou e o Faustino resolveu colocar mais 100 cotas para vender e arrumar mais dinheiro para a obra, não participa mais da associação, nunca ninguém reclamou posse, "isso é bom para estacionamento", nunca ninguém reclamou, a área foi doada pelo seu Faustino, a testemunha estava presente na data da reunião junto ao dia da doação (juntamente com um representante de Portugal), a escritura foi feita posteriormente". Registro, uma vez mais, que nunca antes da morte do doador Faustino houve qualquer ato de impugnação à pacificidade da posse, nenhuma objeção firme, nem mesmo verbal demonstrada pela autora, o que somente veio a ocorrer depois, quando seus herdeiros adentraram à titularidade da empresa Imobiliária Foz Nações Ltda., proprietária da área limítrofe, da qual fora destacada a gleba para assentamento da associação pelo anterior proprietário, por certo homem de palavra e ações retas que os filhos e demais herdeiros não poderiam contrariar em vida" (Desembargador Rui Bacellar Filho, 2014, Fls. 5 a 7)³⁴.

Coloco esse trecho em análise porque ele revela algumas questões pertinentes, sobretudo acerca das questões de memória e identidade que abordamos no presente texto dissertativo. No tocante ao trecho acima e aos seus significados, e como estes são produzidos, Giorux (1997) aponta que

“[...] os significados são produzidos, mediados e incorporados em formas de conhecimento, práticas sociais e experiências culturais. Dessa forma, a ideologia é um conjunto de doutrinas bem como um meio através do qual os professores e educadores dão sentido a suas próprias experiências e às experiências do mundo em que se encontram” (GIROUX, 1997, p. 36).

Parafraseando esse autor e tomando a ousadia de substituir a palavra professores por juízes, que a meu ver não seria de todo incorreto, é facilmente embasado na compreensão de que os homens estão impregnados no seu próprio tempo cultural. E quando o magistrado membro do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná discorre em sua decisão, ele exara uma sentença baseada em suas próprias experiências de mundo, um discurso carregado de subjetividade, pois vejamos,

“É de se anotar, desde logo, que o doador FAUSTINO FERREIRA MENDES, então conceituado empresário do ramo imobiliário, de nacionalidade portuguesa, mas radicado em Foz, resolveu juntamente com outros conterrâneos do além mar fundar a aludida sociedade lusitana, com vistas a manter vivas as tradições, os costumes e a cultura do povo português desterrado na tríplice fronteira, sendo certo que com esse desiderato ele e outros patrícios resolveram fazer por si

³⁴ O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjpr.jus.br>

mesmo, como mecenato, a sociedade em pauta como órgão de representação e orgulho de sua terra (Desembargador Rui Bacellar Filho, 2014, Fls. 5)³⁵.

Não é minha intenção adentrar no mérito da sentença aludida, mas sim, demonstrar que os conceitos de memória e identidade também estão imbricados nos discursos dos sujeitos que tocam o tema. Percebe-se que o magistrado levanta a questão cultural e a trata como um “bem” elevado. Esse discurso permite descortinar um panorama muito mais amplo, a saber, a cultura como imaginário de agregação de valor, ao mesmo tempo em que denota o judiciário como uma instituição legitimadora que tem a última palavra sobre o assunto. Ampliando ainda essa visão, ao tempo que ratifica essa visão, o discurso do judiciário também atua como um formador de opinião e, dessa forma, ao dar ganho de causa à associação, o judiciário a dota de valor à medida que a transforma em “lugar de memória”.

Resolvida a disputa de memórias, pela via judicial, se resolve um importante assunto para a comunidade portuguesa em Foz do Iguaçu, haja vista que o que estava em debate litigioso era muito mais que uma edificação ou uma porção de terra, pois a “Casa de Portugal” é a fiel depositária dos anseios e reminiscências históricas e culturais dos antepassados, tombada não oficialmente como patrimônio cultural por lei municipal, “mas no imaginário”, tombada como patrimônio cultural pela comunidade portuguesa.

³⁵ O documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tjpr.jus.br>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao adentrar nas concatenações finais, é crucial entender que mesmo que para a elaboração do texto dissertativo se tenha lançado mão da história oral baseada apenas nos relatos de dois depoentes, é importante se ter em mente que essa história antes de ser uma história singular, é também uma história coletiva. Nesse estudo, pude constatar que através da busca do passado, por meio das narrativas, o passado se tornou presente na oralidade, e foi possível compreender a Casa de Portugal como um lugar representativo da memória dos portugueses. Nesse sentido, é possível afirmar que o espaço da associação é um importante resultado de relações sociais de uma comunidade, de disputas, vinculadas às mais variadas forças: culturais, políticas, da representação do espaço vivido, entre outras.

Ao ter tido a experiência de realizar esse trabalho de campo, acabei falando um pouco dos imigrantes portugueses no município, de suas vivências e do intercâmbio com a comunidade iguaçuense. Dessas aproximações e distanciamentos, a Casa de Portugal se revela como uma marca na paisagem, como um testemunho que suscita recordações que são capazes de contar a história do lugar. Através da apropriação do espaço, a Casa de Portugal acumula sentimentos e pertença, particulariza o espaço transformado em lugar, como uma tentativa de recuperação de uma memória, como um instrumento de afirmação da identidade portuguesa. É evidente que ao trabalhar, ainda que sucintamente com os relatos orais de dois depoentes, deixei de responder a inúmeras perguntas que o leitor porventura fará, porém, a pesquisa não teve por objetivo promover uma inquirição em busca de uma verdade histórica, e nesse ponto, acredito que o texto dissertativo e os discursos aqui apresentados fazem algumas concatenações, e nesse sentido, e conectou-se a história do “homem comum” com a história vista de cima.

Um fator que me preocupou muito durante o desenvolvimento desta pesquisa foi a escassez e a ausência de registros de alguns fatos que marcaram a história da cidade. A exemplo disso, pode-se destacar três episódios: a saber, o relato acerca da pedra fundamental para a construção da Ponte da Amizade, a missa realizada no canteiro de obras e o registro da presença de trabalhadores portugueses na construção da ponte.

No que tange à pedra fundamental, tive o cuidado de buscá-la nos relatos de alguns moradores antigos do Bairro Vila Paraguaia, pois segundo o senhor Manuel, estaria situado próximo à empresa Sadia. Mas essa informação encontrei apenas nos relatos do senhor

Manuel. O texto dissertativo, por estar baseado na exploração de memórias e narrativas de dois depoentes, alcançou os objetivos propostos, pois as narrativas abordadas estão diretamente relacionadas com as vivências e como estas a verbalizaram, sendo que suas preciosas memórias e histórias de vida, suas trajetórias e fatos selecionados, ora pelo pesquisador e por outros que emergiram na fala dos narradores, puderam contribuir, primeiramente, como registro de algumas experiências e vivências e, em segundo plano, como pano de fundo, trouxeram à tona alguns elementos constituintes da história do município, cujas falas contam um pouco da imigração portuguesa em Foz do Iguaçu, além de esta pesquisa ser uma abertura para estudos futuros.

Assim sendo, pode-se dizer que as falas dos depoentes, ainda que colocadas sucintamente no texto dissertativo, as ilustrações, a trajetória da comunidade portuguesa em torno a Casa de Portugal e as suas manifestações culturais remetem ao imaginário e à construção de uma identidade portuguesa no município de Foz do Iguaçu.

REFERÊNCIAS

FONTES ELETRÔNICAS

<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=fotos+da+constru%C3%A7%C3%A3o+da+ponte+da+amizade>

<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1370.pdf>

http://jacolodel.blogspot.com.br/2011_04_26_archive.html

<http://aquarius.ime.eb.br/~webde2/prof/ethomaz/baumgart/baumgart01.pdf>

<http://jie.itaipu.gov.br/node/42522>

<http://www.documentosrevelados.com.br/foz-do-iguacu/jk-prometeu-inaugurar-pone-da-amizade-ate-o-final-de-seu-mandato/>

<https://terrinhadasaguasfoz.wordpress.com/foz-dos-tempos-idos-mas-nao-esquecidos/>

<http://www.tjpr.jus.br>

<https://www.youtube.com/watch?v=7Te5KyxrAH>

FONTES JORNALÍSTICAS

Gazeta do Iguaçu. **Edição Especial do Centenário de Foz do Iguaçu**, 10 Jun. 2014.

FONTES JUDICIAIS

Comarca de Foz do Iguaçu, 4ª Vara Cível, **Processo Judicial registrado sob o número 0016158.78.2007.8.16.0030** – Ano, 2007.

FONTES ORAIS

LAVADO, João da Silva. Entrevistas concedidas a Samuel Cabanha. Foz do Iguaçu – PR, 2015 a 2016.

MARTINS, Manuel Alves Pereira. Entrevistas concedidas a Samuel Cabanha. Foz do Iguaçu – PR, 2016.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Indivíduo e biografia na História Oral**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. [5]f.

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

AMADO, Janaína. **O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos-Pós-Graduados em História e do Departamento de História/PUC/SP. São Paulo. n°. 15. 1995. p. 125-136.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral / Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira, coordenadoras**. – 8ª. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 304p.

AMORIN, Cristiane Regina.; VASSELAI, Kiara Amanda. **FENARTEC - Feira das nações, artesanato, turismo e cultura: apresentação de sua criação e evolução**. Foz do Iguaçu: UNIOESTE, 2004.

ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. **Guerra Civil: mito y memoria**. Madrid: Marcial Pons, 2006. 406 p.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth / Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart**: tradução Elcio Fernandes. – 2.ed. – São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 250p.

BAUER, Babet. A caminho da “história das vivências”? História oral na Alemanha. In: **Historiografia alemã pós-muro: experiências e perspectivas** / René E. Gertz, Sílvio M. de S. Correa (Org.) - Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Santa Cruz do Sul: Ed. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2007. 245 p. 21 cm.

BAUER, M.W.; GASKELL, G.; Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático / Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. In: **Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: Evitando confusões**. Martin W. Bauer; G. Gaskell; Nichollas C. Allum (Eds). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. 2002, p.17-36.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas: “**A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**”. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis –RJ. Ed. Vozes, 1978, 4ª edição, 247 pp.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos** / Ecléa Bosi. – 3ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BUESCU, Mircea. **História Econômica do Brasil – Leitura básica**. In.: Antonio Paim .(Org.). Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro, 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas** / Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. 368p.

BOAS, Maria Xavier Villas; PADILHA, Beatriz. **Rumo ao Sul: Emigrantes portugueses no sul do Brasil**. In: A emigração portuguesa para o Brasil / coord. Fernando de Sousa, Ismênia de Lima Martins, Conceição Meireles Pereira ; ca. Maria Adão. - Porto : Edições Afrontamento, D.L. 2007. - p. 401-415.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985** / Pedro Henrique Pedreira Campos. – 2012. (Tese de Doutorado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012. 584 f.

CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. Estud. av. vol. 5 nº.11 São Paulo Jan./Abr. 1991.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: **Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas a atenção básica à saúde**. 1ª Ed. 2010, 76p. In.: (Org.). Conselho Federal de

Psicologia (CFP) Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop).

COSTA, Cléria Botelho da. **A escuta do outro: os dilemas da interpretação.** História Oral, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014

DEMO, P. **Pesquisa qualitativa. Busca de equilíbrio entre forma e conteúdo.** Rev.latino-am.enfermagem, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 89-104, abr. 1998.

DENZIN, Norman K.; LINCON, Yvonna s. (colabs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens.** Tradução de Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, Synésio Scofano. **A verdade e a história.** Ver. DaCultura, ano XI/nº 21, 2013, 9-12p.

FRASER, Ronald. **História Oral, História Social.** Instituto de história social UNED, Valência, n. 17, p. 131-139, outono 1993.

FREISLEBEN, Alcimar P. **Como os professores usam a fotografia no ensino de geografia.** V Seminário Nacional Interdisciplinar em Experiências Educativas. 22 a 25 de Maio, 2015.

GASTAL. S. **“Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local”.** In: Gastal. S. (org.). Turismo investigação e crítica. São Paulo: Contexto, 2002. p. 69-81.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição /** Carlo Ginzburg; Tradução Maria Betânia Amoroso; Tradução dos poemas José Paulo Paes; revisão técnica Hilário Franco Jr. – 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIOURUX, H. A. **Repensando a linguagem da escola.** In: Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed. 1997. p. 33-41.

GREGORY, Valdir. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)** / Valdir Gregory. Cascavel: Edunioeste, 2002. 306 p.

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid, Taurus, Vol I, 1998.

HALBWACHS, M, 1877-1945. **A memória coletiva**. Maurice Halbwachs; Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, 224p.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Lamparina Editora – 12ª Edição - Rio de Janeiro - Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, 2015.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. — São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KLEIN, H. S. **A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil no Fim do Século XIX e no Início do Século XX**. Revista Brasileira de Estudos de População. São Paulo, v.6, n.2, jul/dez 1998, pp. 17-37.

LAVABRE, Marie-Claire. **Sociología de la memoria y acontecimientos traumáticos**. In: ARÓSTEGUI, Julio; GODICHEAU, François. **Guerra Civil: mito y memoria**. Madrid: Marcial Pons, 2006. 406 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 2013.

LEITE, Ivaenia de Giacomi. **Estrutura de Concreto Armado: Ponte Internacional da Amizade (Disciplina)**. Universidade Federal de Integração Latino-Americana – UNILA - 2014, p. 1-8.

LOPES, Sônia Castro. **Memórias em disputa: Anísio Teixeira e Lourenço Filho no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932-1935)**. Revista brasileira de história da educação n° 14 maio/ago. 2007. 177-201p.

MATTOSO, José. **História de Portugal** / José Mattoso... [et al]; José Tengarrinha, organizador. - Bauru, SP : EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000 . 371p .; 23cm. - (Coleção História).

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 5ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005, 291p.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Tradução: Yara Aun Khoury. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, 10 de Dez. 1993. p7-28.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio – no movimento dos sentidos**. Campinas, 3ª Ed. da Unicamp, 1995.

PASCKES, Maria Luisa Nabinger de Almeida. **Notas sobre os imigrantes portugueses no Brasil (Secs. XIX e XX)**. R. História, São Paulo, n. 123-124, p. 35-70, ago/jul., 1990/1991.

PASSOS, Giseli Cristina dos. **A presença dos imigrantes portugueses no Paraná na segunda metade do século XIX**. Trabalho de Conclusão de Curso – UFPR, Curitiba, 2009, 64p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

_____. Memória e Identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v.5, n.10, 1992, p.200-215.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 370p. il., mapas.

RABOSSI, Fernando. Árabes e muçulmanos em Foz do Iguaçu e Ciudad del Este: notas para uma re-interpretação. In: **Mundos em movimento: ensaios sobre migrações** / Organizadores Giralda Seyferth. [et. al]. Santa Maria. Ed. UFSM, 2007. 432p.

SANTOS, M. S. dos. **Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: problemas teóricos**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v 13, n. 38, p. 151-165, 1998.

SCOTT, A. S. VOLPI. **As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)**. In: Congresso de História Econômica de Zaragoza, 2001, Zaragoza.

SILVA, Rômulo Duarte Dias da. **Quando a pedra desafina: Itaipu e o recrudescimento das relações Brasil-Paraguai na contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2012.

SWAIN, Tânia Navarro. **Fronteiras do Paraná: da colonização à migração**. In: AUBERTINI, Catherine (Org.). *Fronteiras*. Brasília: UnB; Paris: Orstom, 1988.

THOMPSON, E. P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 386 p.

THOMSON, Alistair. AOs cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral. In: **História oral: desafios para o século XXI**. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tânia Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000. 204p.

TODOROV, Tezvetan. **Memoria del mal, tentación del bien – Indagación sobre el siglo XX**. Barcelona: Ediciones Península, 2002.

TUAN, Yi-Fu. 1983. **“Espaço e Lugar: A Perspectiva da Experiência”**. São Paulo: Difel.

VENÂNCIO, Renato P. **Brasil: 500 anos de povoamento/IBGE**. Centro de Documentação e Disseminação de Informações. - Rio de Janeiro : IBGE, 2007. 232 p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Obrageros, mensus e colonos: história do oeste paranaense** / Ruy Christovam Wachowicz. - 2ª ed. - Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. 218p.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. Ruy Christovam Wachowicz, 2ª ed., Curitiba: Ed. Vicentina, 1987. 212p.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**/Tomaz Tadeu da Silva (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ANEXO I

Ficha Técnica da Entrevista

1. DADOS DA PESQUISA

Nome da Pesquisa: “Memórias que narram a cidade: a trajetória de dois imigrantes portugueses em Foz do Iguaçu”.

Orientador: Prof. Dr. Samuel Klauck

2. DADOS DO ENTREVISTADOR

Nome completo: SAMUEL CABANHA

Local e data de nascimento: Foz do Iguaçu – PR (DN: 30/04/1972)

Endereço residencial completo: Alameda Wilibaldo Fritzen nº 97/B – Jardim Panorama

Telefone residencial: (45) 3523.2835

Telefone celular: (45) 99926.8950

Endereço profissional completo: Avenida Jorge Shimmelpfeng nº 111 – Centro (Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal de Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade)

Emails: samuelcabanha@globo.com

Profissão atual: PSICÓLOGO

3. CONTATO INICIAL

Indicação do contato: Silvio Manuel Neto Lameiras

Data do contato: 04/06/2015.

Forma de contato: Pessoalmente.

Local: Consulado de Portugal em Foz do Iguaçu.

Endereço do Consulado de Portugal em Foz do Iguaçu:

Observações: Foi o senhor Silvio que me indicou o senhor João da Silva Lavado como um possível depoente e este, posteriormente, indicou o senhor Manuel Alves Pereira Martins.

4. DADOS DAS ENTREVISTAS

LAVADO, João da Silva. **Entrevistas concedidas a Samuel Cabanha.** Foz do Iguaçu, Julho de 2015 a Dezembro de 2016.

MARTINS, Manuel Alves Pereira. **Entrevistas concedidas a Samuel Cabanha.** Foz do Iguaçu, Abril de 2016 a Dezembro de 2016.

DEPOENTE Nº 01:

Nome completo: JOÃO DA SILVA LAVADO

Local de nascimento: Região Central de Portugal.

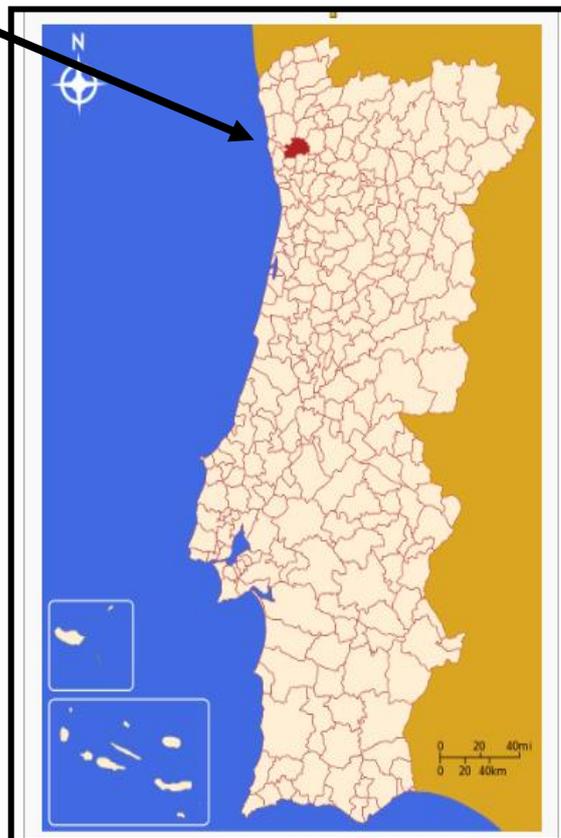
Na cidade de Mira de Aire, a qual é uma freguesia portuguesa do conselho de Porto de Mós, com 16,77 km² de área e 3 775 habitantes (2011). A sua densidade populacional é de 225,1 hab/km². Foi elevada a vila pelo decreto n.º 22 432, de 10 de Abril de 1933 e passou a denominar-se de Mira de Aire e antes de Mira.

Data de Nascimento: 10 de janeiro de 1932.



DEPOENTE Nº 02:**Nome completo: MANUEL ALVES PEREIRA MARTINS****Data de Nascimento:** 14 de abril de 1937.

Local de nascimento: Região Norte de Portugal. Nasceu em Vila Nova de Famalicão (conhecida frequentemente apenas como Famalicão) é uma cidade portuguesa localizada no Distrito de Braga, Região do Norte e sub-região do Ave, com 33.048 habitantes. É sede de um município com 201,59 km² de área e 133 832 habitantes (2011), subdividido em 34 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Braga, a leste por Guimarães, a sul por Santo Tirso e Trofa, a oeste por Vila do Conde e Póvoa de Varzim e a noroeste por Barcelos. Foi criado em 1835 por desmembramento de Barcelos e elevada à categoria de cidade em 1985.

**5. ROTEIRO DE PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA**

Onde nasceu? Origem dos pais (imigrantes Portugueses), o Pai.

O seu Pai, estórias que contava. O que o senhor lembra dele?

Herdou a profissão do pai?

A qual região de Portugal o senhor pertence? E as heranças de suas origens?

A infância e adolescência de arrabalde. Onde? Como era? Os deslocamentos na cidade, os lugares de diversão.

Com que idade veio para Foz do Iguaçu?

Fale um pouco disso.

A formação de sua família e amigos: Região onde viviam em Portugal.

Nome da Família.

A família possuía Brasão?

Existem documentos?

Vocês (ele e a esposa) se conheceram onde? Como foi essa história?

Como foi a tradição cultural passada pelos pais/avôs.

Como se deu ou se dá essa prática na chegada ao Brasil/Paraná e em Foz do Iguaçu?

Qual a sua relação com a Associação Cultural Luso-Brasileira em Foz do Iguaçu?

Fale um pouco de sua vida dentro da cidade?

A época mais marcantes da cidade, as ambiências culturais que lembram Portugal, cafés, cinemas e clubes?

Onde iam se divertir, onde costumavam passear, músicas que mais marcaram sua geração?...

E os amigos que via na associação? Quem são eles e o que faziam?

Seus vínculos afetivos com a Associação.

Que idade o sr. tinha quando começou a frequentar a associação?

Como era sua rotina, que horas acordava, que horas ia trabalhar, qual o trajeto fazia?

Quais os lugares em que o senhor trabalhou?

Como era trabalhar em Foz do Iguaçu nos anos 50/60/70/80? Histórias pitorescas do local?

Como se davam as reuniões culturais nessa época?

Qual a origem da associação?

Quem fundou? Ou quem fundou?

Qual a finalidade da associação?

Como se davam as festividades? Roupas – comidas – música – língua...

Existem algumas fotos?...

Existem documentos, atas, estatutos da associação em sua posse a que eu possa ter acesso?

De quem foi a ideia da arquitetura da Associação? O que o senhor acha da arquitetura da casa?

As transformações na associação?

7. DADOS DA ENTREVISTA

Tipo: História oral de vida

Entrevistador: SAMUEL CABANHA

Duração das entrevistas: Cerca de (50) cinquenta minutos a (01) uma hora.

Local da entrevista: nas residências dos depoentes

Formato de gravação: digital/gravador e registro manual

Gravação de áudio: Disponível em *Pen-drive*.